16a Legislatura

ESTADO DE SANTA CATARINA

2ª Sessão Legislativa

PALÁCIO BARRIGA-VERDE



DIARIO DA ASSEMBLE

ANO LVIII

FLORIANOPOLIS, 15 DE OUTUBRO DE 2008

NÚMERO 5.949

16^a Legislatura 2ª Sessão Legislativa

MESA

Julio Cesar Garcia **PRESIDENTE**

Clésio Salvaro

1° VICE-PRESIDENTE Ana Paula Lima

2° VICE-PRESIDENTE

Rogério Mendonça 1º SECRETÁRIO

Valmir Comin

2º SECRETÁRIO

Dagomar Carneiro 3º SECRETÁRIO

Antônio Aguiar 4° SECRETÁRIO

LIDERANÇA DO GOVERNO

Herneus de Nadal

PARTIDOS POLÍTICOS

(Lideranças)

PARTIDO PROGRESSISTA

Líder: Silvio Drevek

PARTIDO DO MOVIMENTO **DEMOCRÁTICO BRASILEIRO**

Lider: Manoel Mota

DEMOCRATAS

Líder: Gelson Merísio

PARTIDO DOS TRABALHADORES

Líder: Pedro Uczai

PARTIDO DA SOCIAL **DEMOCRACIA BRASILEIRA**

Líder: Marcos Vieira

PARTIDO TRABALHISTA **BRASILEIRO**

Líder: Narcizo Parisotto

PARTIDO REPUBLICANO BRASILEIRO

íder:Professora Odete de Jesus

PARTIDO POPULAR SOCIALISTA

Líder: Professor Grando

PARTIDO DEMOCRÁTICO **TRABALHISTA**

Líder: Sargento Amauri Soares

COMISSÕES PERMANENTES

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO **E JUSTICA**

Romildo Titon - Presidente Marcos Vieira - Vice Presidente

Jean Kuhlmann Gelson Merísio

Pedro Uczai

Pe. Pedro Baldissera

Narcizo Parisotto

Joares Ponticelli

Herneus de Nadal

Terças-feiras, às 9:00 horas

COMISSÃO DE TRANSPORTES E **DESENVOLVIMENTO URBANO**

Reno Caramori - Presidente Décio Góes - Vice Presidente Sargento Amauri Soares

Serafim Venzon

Manoel Mota

Renato Hinnig Jean Kuhlmann

Terças-feiras às 18:00 horas

COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA

Jailson Lima da Silva - Presidente Prof. Odete de Jesus-Vice Presidente

Darci de Matos

Herneus de Nadal

Jandir Bellini

Jorainho Mello

Genésio Goulart

Quartas-feiras às 18:00 horas

COMISSÃO DE AGRICULTURA, E POLÍTICA RURAL

Moacir Sopelsa - Presidente Reno Caramori - Vice Presidente

Sargento Amauri Soares Dirceu Dresch

Marcos Vieira

Gelson Merísio

Romildo Titon

Quartas-feiras, às 18:00 horas

COMISSÃO DE TRABALHO, ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇO PÚBLICO

Jean Kuhlmann - Presidente Joares Ponticelli - Vice Presidente

Flizeu Mattos Dirceu Dresch

José Natal Pereira

Renato Hinnia

Professor Grando

Terças-feiras, às 11:00 horas

COMISSÃO DE FINANÇAS E **TRIBUTAÇÃO**

Jorginho Mello - Presidente Gelson Merísio - Vice Presidente

Décio Góes

José Natal Pereira

Jandir Bellini

Manoel Mota

Renato Hinnig Professora Odete de Jesus

Silvio Dreveck

Quartas-feiras, às 09:00 horas

COMISSÃO DE SEGURANÇA

Dirceu Dresch - Presidente

Sargento Amauri Soares - Vice Presidente

Cesar Souza Júnior

Edson Piriquito Elizeu Mattos

Kennedy Nunes

Nilson Gonçalves

Quartas-feiras às 11:00 horas

COMISSÃO DE ECONOMIA, CIÊNCIA, TECNOLOGIA E **MINAS E ENERGIA**

Silvio Dreveck - Presidente

Renato Hinnig-Vice Presidente

Ada de Luca

Elizeu Mattos

Marcos Vieira

Pedro Uczai

Professor Grando

Quartas-feiras às 18:00 horas

COMISSÃO DE TURISMO E MEIO AMBIENTE

Décio Góes - Presidente Edson Piriquito-Vice Presidente

Edison Andrino

José Natal Pereira

Cesar Souza Júnior

Reno Caramori **Professor Grando**

Quartas-feiras, às 13:00 horas

COMISSÃO DE SAÚDE

Genésio Goulart - Presidente Jailson Lima da Silva - Vice Presidente

Edson Piriquito

Gelson Merísio

Kennedy Nunes Serafim Venzon

Professora Odete de Jesus

Terças-feiras, às 11:00 horas

COMISSÃO DE DIREITOS E GARANTIAS FUNDAMENTAIS, DE AMPARO À FAMILIA E À MULHER

Ada de Luca - Presidente

Pedro Uczai - Vice Presidente

Genésio Goulart

Kennedy Nunes Elizeu Mattos

Serafim Venzon

Professora Odete de Jesus

Quartas-feiras às 10:00 horas

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO. **CULTURA E DESPORTO**

Darci de Matos - Presidente

Pedro Uczai – Vice Presidente Ada de Luca

Manoel Mota

Jorginho Mello

Professor Grando

Silvio Dreveck Quartas-feiras às 08:00 horas

COMISSÃO DE RELACIONAMENTO INSTITUCIONAL, COMUNICAÇÃO, RELAÇÕES INTERNACIONAIS E DO

MERCOSUL Nilson Gonçalves - Presidente

Narcizo Parisotto - Vice Presidente

Edison Andrino

Jandir Bellini

Elizeu Mattos

Moacir Sopelsa Jailson Lima da Silva

Terças-Feiras, às 18:00 horas

COMISSÃO DE ÉTICA E **DECORO PARLAMENTAR**

Professora Odete de Jesus -

Presidente

Kennedy Nunes - Vice Presidente Jailson Lima da Silva

Moacir Sopelsa

Joares Ponticelli

Nilson Gonçalves

Jean Kuhlmann Romildo Titon

Manoel Mota

DIRETORIA LEGISLATIVA

Coordenadoria de Publicação:

responsável pela digitação e/ou revisão dos Atos da Mesa Diretora e Publicações Diversas, diagramação, editoração, montagem e distribuição. Coordenador: Eder de Quadra Salgado

Coordenadoria de Taquigrafia:

responsável pela digitação e revisão das Atas das Sessões.

Coordenadora: Lenita Wendhausen Cavallazzi

Coordenadoria de Divulgação e Serviços Gráficos:

responsável pela impressão. Coordenador: Claudir José Martins

DIÁRIO DA ASSEMBLÉIA EXPEDIENTE



Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina Palácio Barriga-Verde - Centro Cívico Tancredo Neves Rua Jorge Luz Fontes, nº 310 - Florianópolis - SC CEP 88020-900 - Telefone (PABX) (048) 3221-2500 Internet: www.alesc.sc.gov.br

IMPRESSÃO PRÓPRIA ANO XV - NÚMERO 1949 1ª EDIÇÃO - 110 EXEMPLARES EDIÇÃO DE HOJE: 28 PÁGINAS

ÍNDICE

Plenário

Ata da 043ª Sessão Solene da 16ª realizada em 13/10/2008.....2 Ata da 077ª Sessão Ordinária da 16ª realizada em 14/10/2008.....8

Publicações Diversas

Ofício	22
Portarias	23
Projetos de Lei	25

PLENÁRIO

ATA DA 043ª SESSÃO SOLENE DA

2ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 16ª LEGISLATURA REALIZADA EM 13 DE OUTUBRO DE 2008 PRESIDÊNCIA DO SENHOR DEPUTADO JULIO GARCIA HOMENAGEM AO DIA DO MÉDICO PROPOSIÇÃO DO DEPUTADO ANTÔNIO AGUIAR SUMÁRIO

DEPUTADO ANTÔNIO AGUIAR - Faz um histórico sobre a evolução da medicina; aborda a questão da saúde pública.

DOUTOR GENOIR SIMONI - Agradece a homenagem recebida, em nome da Associação Catarinense de Medicina.

DOUTOR RODRIGO BERTONCINI - Reporta-se à importância da profissão do médico.

DOUTOR JOÃO PEDRO CARREIRÃO NETO - Em nome do Sindicato dos Médicos, agradece ao Poder pela homenagem recebida; reporta-se ao papel que cabe ao médico dentro da sociedade; discorre sobre questões pendentes dentro da secretaria.

DOUTOR NELSON GRISARD - Agradece à Assembléia Legislativa pela homenagem recebida, em nome da Academia Catarinense de Medicina.

DOUTOR NEWTON FONTANELLA - Como médico e prefeito, refere-se aos investimentos em saúde e saneamento no município e parabeniza os homenageados.

DEPUTADO SERAFIM VENZON - Destaca a importância do envolvimento do médico na política.

DOUTOR NEWTON DJALMA DO VALE PEREIRA - Em nome dos homenageados, agradece a homenagem recebida.

DOUTOR RONALDO BACHMANN - Faz convite a todos os médicos da Assembléia para participarem do Fórum das Entidades Médicas.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antônio Aguiar) - Invocando a proteção de Deus, declaro aberta a presente sessão solene.

Convido as excelentíssimas autoridades, a seguir nominadas, para compor a mesa:

Excelentíssimo senhor doutor João Pedro Carreirão Neto, presidente do Sindicato dos Médicos de Santa Catarina;

Excelentíssimo senhor doutor Rodrigo Bertoncini, presidente do Conselho Regional de Medicina;

Excelentíssimo senhor Genoir Simoni, presidente da Associação Catarinense de Medicina;

Excelentíssimo senhor Newton Djalma do Vale Pereira; Excelentíssimo senhor Nelson Grisad, presidente da Academia Catarinense de Medicina. Excelentíssimas autoridades, senhoras e senhores, srs. deputados, a presente sessão foi convocada por solicitação da Mesa e deste deputado, e com a aprovação dos demais parlamentares, em homenagem ao Dia do Médico.

Neste momento, teremos a interpretação do hino nacional pelo coral da Assembléia Legislativa, sob a regência do maestro Reginaldo da Silva.

(Procede-se à execução do hino.)

Gostaríamos de registrar a presença das seguintes autoridades:

Tenente-coronel Aldo Antônio dos Santos Júnior, representando neste ato o comando-geral da Polícia Militar do estado de Santa Catarina;

Capitão do Exército Cláudia Vieira, neste ato representando o comandante do Hospital de Guarnição de Florianópolis;

Segundo-tenente da Aeronáutica, médico, Fernando Marcondes Penha, representando o comando da Base Aérea de Florianópolis; Senhor João Batista Bonassis, diretor do Hospital Nereu Ramos de Florianópolis:

Senhor Fernando Braga, neste ato representando o excelentíssimo deputado federal Edinho Bez;

Senhor Jorge Abi Saad, presidente da Unicred de Florianópolis;

Excelentíssimo sr. Newton Stélio Fontanella, prefeito municipal de São Joaquim, o qual convido para fazer parte da mesa, como médico e único prefeito presente.

(Palmas)

À seguir faço uso da palavra, na qualidade de autor do requerimento que ensejou a presente sessão.

(Passa a ler.)

"Prezadas senhoras, prezados senhores, colegas parlamentares e servidores da nossa Assembléia, meus cumprimentos a todos que nos assistem pela TVAL e que nos acompanham pela nossa Rádio Alesc Digital via internet. A minha reverência aos médicos e médicas aqui presentes.

Nesta noite em que antecipamos as comemorações pelo Dia do Médico que transcorre no próximo sábado, estamos homenageando muito mais que profissionais da saúde. Estamos, na verdade, rendendo graças a mais de quatro mil anos de história, pois são os médicos que nos trazem do antigo Egito as técnicas e os ensinamentos capazes de contribuir para a melhoria da qualidade de

Isso significa que os senhores e as senhoras, entre as quais eu me incluo, representam uma parte da história da humanidade que desafiou o tempo, as doenças, os mistérios da dor e que nos deu a alegria de muitas curas. E nesse desenvolver da linha do tempo, a ciência evoluiu e separou a medicina da religião e da magia. Afastou as crenças de que as doenças tinham causas sobrenaturais e fundou os alicerces da medicina racional e científica.

Passamos pelos registros de Hipócrates, pelos mosteiros beneditinos, pela Escola de Salermo e tantas outras escolas do avanço da medicina até a sua chegada em nosso país, com a vinda da corte portuguesa e a criação da primeira faculdade de medicina.

Já nos dias atuais, cientistas se dedicam ao estudo das moléculas presentes nas células para descobrir suas múltiplas funções. E nesse método reducionista, o profissional da saúde teve que seguir a tendência de se tornar especialista e saber cada vez mais a respeito de cada vez menos.

Isso é reflexo da cultura da ciência ocidental, que tem como explicação uma simples razão: a produção de resultados. E não estou dizendo que está errado porque essa busca pela maior capacidade de visualizar o funcionamento da célula vem da necessidade de prever o seu comportamento diante de determinados estímulos. É a busca de respostas para as mais diversas necessidades do ser humano.

falar aos senhores e às Para senhoras, decidi pinçar uma imensidão de assuntos que se ligam à medicina. Pensei que não seria necessário falar de dignidade à profissão médica, das normas éticas de conduta que devem nortear a vida do médico, tanto no exercício profissional como fora dele, pois sei que os senhores e as senhoras homenageados de hoje sabem conjugar bem os avanços científicos com o milenar ensinamento de amor ao próximo. A sabedoria de um médico está na maturidade de perceber que o paciente, por mais simples que ele seja ou por mais humilde que seja a sua origem, é quem ensina o valor e a fragilidade da saúde.

Espero que essa sessão especial torne pública a admiração desta Casa de Leis por vocês e pela profissão que escolhemos. Tenho a esperança de que esta noite se configure como uma oportunidade para aproximar o Parlamento e a comunidade médica, para discutir a intricada situação da saúde pública.

E por falar em saúde pública, peço permissão para mencionar palavras do colega médico Drauzio Varella, que diz que o juramento dos médicos deve ser revisto, e isso deve ser feito sem desmerecer Hipócrates, o pai da medicina, e suas louváveis intenções filosóficas a respeito da ética profissional que também conduziram a medicina para longe das explicações sobrenaturais. Esse médico com mais de 30 anos de carreira pontua com maestria a absurda rotina medieval a qual muitos de nós estamos impostos.

A saúde pública, por mais investimentos públicos e privados, todos nós ainda sabemos. enfrenta dificuldades. E é preciso repensar também as condições de trabalho e a remuneração pelos serviços de saúde prestados. A lógica de mercado e as infindáveis carências humanas impõem aos médicos plantões de 24 horas, muitas vezes seguidos de mais 12 horas de trabalho continuado no dia seguinte. É uma situação que agride a própria saúde dos médicos e coloca em risco a dos doentes atendidos nesses momentos de cansaço extremo.

Acredito que isso pode acontecer uma vez ou outra, mas nunca sistematicamente. O que faz da medicina uma profissão respeitável não são as noites em claro nem o texto sacerdotal, que é jurado na formatura. O que torna a medicina um trabalho admirável é o compromisso diário com a saúde das comunidades em que os senhores atuam.

Sei que o sonho da saúde pública de qualidade deve abranger diversas situações. Devemos nos atentar também para questões relacionadas à infra-estrutura como água tratada, esgoto, educação e orientações médicas, e as condições de trabalho dos profissionais da saúde, porque para cumprir com o que a sociedade espera de nós, é preciso lutar por remuneração digna, pois hoje é humanamente impossível ser bom médico sem assinar revistas especializadas, ter acesso à internet, freqüentar congressos e ter inglês fluente, a língua oficial das publicações científicas.

Num campo em que novos conhecimentos são produzidos em velocidade vertiginosa, os esforços para acompanhá-los devem fazer parte de um projeto permanente. Isso significa que a medicina é a profissão para quem gosta e para quem pode estudar.

Mas a luta não acaba por aí porque, apesar do domínio da técnica ser absolutamente necessário, só isso não basta. A prática da medicina também envolve a arte de ouvir as pessoas, de observar, examinar, interpretar o que é dito e discutir as opções mais adequadas para cada caso.

É nessa área que temos muito que aprender com os velhos mestres. Hipócrates acreditava que a arte da medicina está em observar, e ele queria ensinar que ao paciente interessa mais saber o que lhe acontecerá nos dias seguintes do que saber o nome da sua doença. Explicar claramente a natureza da enfermidade e como agir para enfrentá-la alivia a angústia de estar doente e aumenta a probabilidade de adesão ao tratamento.

Senhoras e senhores, para finalizar, quero também reafirmar a minha admiração aos médicos que se lançaram na vida político-administrativa. Aqui mesmo, nesta Assembléia, além deste orador, temos os colegas deputados Serafim Venzon e Jailson Lima no Parlamento. Também contamos, em Brasília, com o deputado federal Fernando Coruja, que recentemente respondeu pela secretaria de estado da Saúde. E muitos médicos exercem a vereança em nossas Câmaras de Vereadores, outros tantos respondem por secretarias municipais de Saúde e o nosso prefeito está representando aqui os médicos.

Quero ainda externar meu reconhecimento aos órgãos de classe, especialmente à Associação Catarinense de Medicina, ao Conselho Regional e ao Sindicato dos Médicos.

Parabéns a todos os médicos! Muito obrigado!"

(Palmas)

(SEM RÉVISÃO DO ORADOR)

Gostaríamos de chamar para fazer parte da mesa o dr. Joel de Andrade, superintendente de serviços especializados da secretaria de estado da Saúde, neste ato representando o excelentíssimo sr. governador Luiz Henrique da Silveira.

(Palmas)

Convido para fazer uso da palavra o dr. Genoir Simoni, presidente da Associação Catarinense de Medicina.

O DR. GENOIR SIMONI -Excelentíssimo deputado Antônio Aguiar, quero saudá-lo neste momento e, em seu nome, todos os membros da mesa: drs. Pedro, Rodrigo, Nelson, Joel e Newton, recém-eleito prefeito de São Joaquim.

É uma imensa alegria, deputado, poder receber uma homenagem ao longo dos 71 anos da Associação Catarinense de Medicina, por tantos serviços prestados à comunidade e à sociedade catarinense como um todo. Nesses longos anos, a Associação Catarinense de Medicina foi representada por quase todos os médicos que hoje aqui se encontram, por médicos que lutaram permanentemente para que pudéssemos ter, ao longo da existência da associação, a oportunidade de oferecer ao médico um aprendizado médico contínuo, podendo dar-lhe todas as condições para exercer uma medicina de qualidade e, principalmente, que ela fosse levada à população catarinense como um todo. sul, passando pelo norte, passando pelo centro-oeste, a Associação . Catarinense de Medicina se faz presente em todas essas regiões, tendo os médicos o seu baluarte, tendo o médico o seu maior primor, e esses médicos fizeram a história da associação ao longo desses últimos 71 anos

Lutamos incessante para que a sociedade seja bem atendida; para que os recursos da saúde sejam aplicados de forma correta e adequada; para que possamos evitar que pacientes permaneçam na fila de espera para serem atendidos; para que o governo do estado possa aplicar os recursos devidos à saúde e assim possamos ter uma saúde de qualidade em nosso estado.

Por tudo isso, deputado Antônio Aguiar, na Semana do Médico a Associação Catarinense de Medicina agradece a homenagem que hoje recebe, e quer dividi-la com todos os médicos do estado de Santa Catarina, porque essa homenagem que a Associação recebe só foi possível devido à participação efetiva de todos os médicos catarinenses

Dessa maneira, quero agradecer por este dia. Entendo que é um momento importante para a Associação Catarinense de Medicina e oxalá possamos corresponder aos anseios da categoria médica e aos anseios da sociedade, e que cada vez mais possamos estar com o médico coeso, aprimorando-se cada vez mais, lutando pelos seus direitos e fazendo com que tenha mais condições de trabalho para que daí, sim, ele possa oferecer os seus serviços à sociedade catarinense.

Quero dividir essa homenagem com todos os médicos catarinense, porque ela só foi possível graças, nesses 71 anos, a todo o esforço que o médico catarinense fez ao longo da existência da Associação Catarinense de Medicina.

> Muito obrigado! (Palmas) (SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antônio Aguiar) - Convido para fazer uso da palavra o dr. Rodrigo Bertoncini, presidente do Conselho Regional de Medicina do estado de Santa Catarina.

O DR. RODRIGO BERTONCINI -Excelentíssimo senhor presidente desta sessão, deputado Antônio Aguiar, colega médico;

Ilustríssimo doutor Nelson Grisard, presidente da Academia Catarinense de Medicina;

Ilustríssimo doutor Joel de Andrade, neste ato representando o governador;

Ilustríssimo doutor Genoir Simoni, presidente da Associação Catarinense de Medicina:

Ilustríssimo doutor João Pedro Carreirão Neto, presidente do Sindicato dos Médicos do estado de Santa Catarina;

llustríssimo médico, amigo e colega de turma dr. Newton Stélio Fontanella, prefeito de

São Joaquim;

Autoridades presentes, colegas médicos, colegas homenageados, senhoras e senhores.

Boa-noite! (Passa a ler.)

"É costume dizer que somos mais bem recompensados quando a missão a ser executada é difícil, mas nem sempre isso é verdade. A tarefa que hoje me cabe não é verdade. A tarefa que hoje me cabe não Como recompensa é uma lisonja, é uma honra poder expressar aqui o reconhecimento da classe médica e da sociedade através da Assembléia Legislativa do estado de Santa Catarina a esses médicos que dignificam a profissão que exerceram durante toda a vida e dignificam o nome da própria medicina catarinense.

Falar desses profissionais é falar de exemplos; exemplos de vida, de integridade, de competência, de conhecimento, de experiência, de amor ao trabalho, de zelo pela medicina e pelo ser humano. Falar de trabalho é falar de ato médico, do cotidiano de ações muitas vezes pequenas em tamanho, mas sempre impregnadas de grandeza, representando a dedicação de toda uma vida ao contínuo aperfeiçoamento de suas habilidades, e por isso esses colegas merecem ser lembrados e homenageados.

Mas eu prefiro aqui não falar de trabalho, pois a palavra trabalho tem origem no latim, *tripalium*, instrumento de tortura, que nos lembra martírio, dor e sofrimento. Para designar a atividade exercida por esses médicos, devemos buscar a origem no alemão *werk*, no inglês *work*, que significam obra e designam a produção de um artista.

A medicina é arte porque jamais cada ato médico será exatamente igual ao outro, uma vez que interagem com um ser vivo único; é ciência porque precisa obrigatoriamente do método científico; e é humanidade porque necessita de bondade, de benevolência e de compaixão. No dizer do padre Antônio Vieira, para falar ao vento bastam quatro palavras, e para falar ao coração são necessárias obras.

Lembro-me das lições marcantes dos homenageados, professores Universidade Federal de Santa Catarina aqui presentes, professores de grande parte dos outros colegas aqui presentes; dos desenhos perfeitos do dr. Mário Costa, que permitiu aos alunos entender o ouvido e a audição; do raciocínio lógico do dr. Othmar Bauer, ao ordenar a construção das hipóteses diagnósticas e do diagnóstico diferencial; das explicações claras do dr. Sérgio Francalacci, facilitando a todos o entendimento da função renal; da compreensão do dr. Newton Djalma do Vale Pereira, ao lidar com o sofrimento das crianças no hospital infantil; e da paciência e do respeito ao paciente com que o dr. Ney Mund nos ensinava o exame físico e da sua competência e elegância ao operar.

O dr. Ronald Bachmann, por sua vez, conheci através de relatos elogiosos de colegas da sua região, e depois pessoalmente nos encontros do Cosemesc, aos quais sempre compareceu, defendendo o sindicato dos médicos e as suas causas.

Falando do passado, já em 1878, Nietzsche assim se referiu ao futuro do médico: 'Não há, hoje, profissão que admita tal avanço como a do médico; ele deve ter uma eloquência que se adapte a cada indivíduo e atinja-lhe o coração; uma virilidade cuja simples visão afugente o medo; uma flexibilidade diplomática ao identificar os que para a cura necessitam receber alegria e os que devem dar alegria; a sutileza de um policial ou advogado que entende os segredos da alma sem delatálos. Em suma, a um bom médico requer os artifícios e os privilégios de todas as outras classes profissionais. Assim aparelhado, poderá tornar-se um benfeitor de toda a sociedade, fomentando as boas obras, a alegria e a fecundidade do espírito, eliminando com benevolência os tormentos espirituais; só assim se transforma em salvador sem fazer milagres nem se deixar crucificar'

As obras desses médicos e professores serão sempre lembradas, deixarão sementes férteis que vingarão e produzirão frutos que levarão adiante a herança de um patrimônio de valor inestimável e indisponível à vida e à saúde dos nossos cidadãos.

O Dia do Médico, 18 de outubro, é dedicado a São Lucas, discípulo de São Paulo, médico, pintor e escritor. Homem de múltiplos talentos e habilidades, tem nesses profissionais legítimos e dignos herdeiros de sua confraria que enobrecem a classe médica e são motivo de orgulho para todos os seus colegas.

Dr. Ney Mund, dr. Mário Gentil Costa, dr. Sérgio Francalacci, dr. Othmar Bauer, dr. Newton Djalma do Valle Pereira e Ronald Bachmann, a vocês, em nome da sociedade e dos médicos de Santa Catarina, o nosso agradecimento, a nossa homenagem pequena em tamanho e inversamente proporcional ao valor da obra que vocês realizaram.

A todos vocês meus parabéns!" Muito obrigado! (SEM REVISÃO DO ORADOR) O SR. PRESIDENTE (Deputado Antônio Aguiar) - Convido para fazer uso da palavra, neste momento, em nome do Sindicato dos Médicos do estado de Santa Catarina, o seu presidente, João Pedro Carreirão Neto, neste ato representando o sindicato.

O SR. JOÃO PEDRO CARREIRÃO NETO - Sr. deputado Antônio Aguiar que preside esta sessão; dr. João Andrade, neste ato representando a secretaria e o governador do estado de Santa Catarina; dr. Nelson Grissard, presidente da Academia Medicina; meus caros Catarinense de colegas Rodrigo Bertoncini, do Conselho Regional de Medicina, e Genoir Simoni, da Associação Catarinense de Medicina; dr. Newton Stélio Fontanella, caro prefeito e colega também, seja bem-vindo a esta sessão; professores, colegas médicos homenageados, demais colegas presentes e demais autoridades, senhoras e senhores, uma boa-noite, inicialmente!

Eu queria aproveitar para fazer, em nome do Sindicato dos Médicos, e acredito que também das duas entidades, um agradecimento ao deputado Antônio Aguiar pela sua iniciativa.

Este é o segundo ano em que está feita esta sessão solene para comemorar o Dia do Médico por iniciativa do referido deputado, e nós queríamos deixar o nosso agradecimento especial a ele e também ao Poder Legislativo de Santa Catarina, transmitindo, assim, ao deputado Julio Garcia e aos demais deputados os nossos agradecimentos por esta sessão. Um agradecimento se faz não só porque é um reconhecimento da sociedade catarinense, do Poder Legislativo, ao papel do médico na sociedade catarinense, como também um reconhecimento ao trabalho que os nossos homenageados aqui fizeram ao longo desse tempo, pois entendo que aqui se está fazendo uma homenagem ao médico de Santa Catarina, na pessoa desses seis médicos e também das suas representações.

Eu queria lembrar que um médico não é um profissional comum. Mas por que isso? Não porque nós somos médicos e acreditamos nisso. Não! Assim ele é visto pela sociedade. O médico jovem, um pretendente na escola de medicina muitas vezes pensa que o seu futuro ou o seu grande interesse é apenas lidar com um único paciente, ou seja, com o paciente que está à sua frente. Talvez seja seu único objetivo: prestar o bem, exercer a sua ciência e a sua arte e ser retribuído por ela e nada mais.

Na verdade, ele vai adquirindo, ao longo do tempo, uma consciência do papel que lhe cabe dentro da sociedade, que não é apenas essa, é muito mais do que isso. E todos nós, com os nossos trabalhos, acabamos interferindo no desenvolvimento da sociedade, interferindo pelo menos, obviamente, na parte da saúde, e com isso podemos promover também a saúde e, em especial, algumas especialidades são mais tipicamente voltadas... Mas, de qualquer forma, o médico, com o seu trabalho, acaba tendo essa influência.

E por isso nós lembramos que, além da responsabilidade civil, que é a característica de qualquer profissional - e no médico ela é muito intensa -, ele acaba tendo um peso muito grande exatamente porque lida com a vida. Mas a responsabilidade social do médico é algo muito importante, o que é esquecido pelo jovem médico ou pelo jovem pretendente a médico.

Então, eu queria lembrar que a sociedade também percebe essa diferença e trata-nos diferente, não só o cidadão comum. Ao rever decisões dos tribunais, especificamente dos Tribunais do Trabalho, fica bem claro o que a nossa sociedade pensa quando se trata de trabalho médico e reconhecimento de direitos dos médicos. Já existe uma infeliz jurisprudência que prejudica os médicos. Quando o médico é explorado no seu trabalho, não é considerado igual a outro trabalhador, pois o juiz entende que, como ele é médico, tem discernimento e aceita aquela condição de trabalho porque lhe é conveniente.

No entanto, se fosse qualquer outra profissão, provavelmente a decisão seria diferente. Seria não, é diferente, como nós temos nos relatos da própria jurisprudências e das decisões judiciais. Esses tribunais agem diferente por julgar que esse indivíduo é diferente. Se um médico trabalha 12 horas, e é ilegal, a decisão do Tribunal pode não ser pela ilegalidade; mas se alguém, qualquer outro empregado for explorado e ultrapassar as oito horas, será ilegal e o juiz vai se decidir assim.

Então é esse o entendimento e por isso eu disse que às vezes nos vêem de maneira diferente na hora errada, talvez. Mas esse é o entendimento que nós temos da profissão e do seu impacto dentro da sociedade que, como eu disse, infelizmente nem sempre acaba, através desses órgãos, reconhecendo.

Nós queremos dizer que o dia 18, que marca o Dia do Médico, é uma data importante para nós porque nos faz meditar, refletir sobre o nosso papel e sobre a importância que tem o trabalho das entidades médicas e de todos os médicos neste estado.

Eu quero agora dizer aqui, lembrando todos os nossos homenageados, muitos dos quais foram meus professores, que essa homenagem é singela, mas merecida, e que também essa distinção concedida nada mais é do que o reconhecimento das próprias entidades e da sociedade a esses colegas que tanto fizeram pela medicina.

Queria lembrar apenas detalhes de alguns que talvez muitos não conheçam, e por isso vou tomar a liberdade de citar alguns fatos. O dr. Ronaldo Bachmann, meu colega de sindicato, é um médico que atua em Timbó e acredito que ajudou a fundar o próprio sindicato. Ele é natural de Rio do Sul, formouse no Paraná em 1973 e iniciou a sua atividade em Timbó em 1974 no Hospital e Maternidade Oásis, onde trabalha até hoje. Lá ele gerencia um pouco de tudo que, como eu digo, é típico da atividade médica. Ele acabou sendo administrador, diretor clínico e chefe de serviço de cirurgia, entre outras coisas.

O dr. Ronaldo Bachmann fez Medicina do Trabalho em 1966 e atua em diversas empresas até hoje, algumas ele já deixou. Ele é membro do Colégio de Cirurgiões, e quero aqui destacar o papel de sindicalista que ele desempenhou no médio vale do Itajaí, e continua desempenhando até hoje, apesar de me dizer que ameaça uma aposentadoria precoce. Quero dizer que acho que o dr. Bachmann ainda tem energia suficiente para continuar conosco por mais alguns anos. Não faça isso!

Quanto ao dr. Othmar Bauer, meu caríssimo professor, eu peguei alguns dados, porque se for ler o seu currículo aqui nós vamos ficar até amanhã. O dr. Othmar Bauer formou-se aqui, na Universidade Federal de Santa Catarina, em 1967, e depois fez pósgraduação na Santa Casa de Misericórdia de Porto Alegre, no Pavilhão Pereira Filho, em pneumologia.

Iniciou sua atividade em Santa Catarina em 1970, tanto como professor, como na atividade clínica na Universidade Federal de Santa Catarina. Foi professor do departamento de Clínica Médica de Pneumologia e exerceu a chefia da disciplina de pneumologia no departamento de Clínica Médica e foi diretor de medicina do Hospital Universitário, tendo sido logo depois o seu diretor.

O dr. Othmar Bauer é muito modesto, forneceu alguns dados, mas acabou escondendo muita coisa. Ele teve uma importância muito grande tanto no Hospital Universitário, como professor e como médico, sendo muito respeitado pelos seus alunos e pelos seus colegas.

Entre todos homenageados já citados, eu quero também citar o dr. Newton, colega pediatra que trabalha no Hospital Infantil, onde tive oportunidade de travar conhecimento mais de perto. É médico pediatra, professor de longa data e bastante conhecido pela sua atividade didática e clínica.

O dr. Mário Gentil Costa já foi até citado aqui pelas suas ultra-habilidades tanto de professor e médico, quanto pela prosa e pelos desenhos já muito conhecidos.

Ao dr. Ney Mund quero dizer que há muitos anos não o via e foi um grande prazer revê-lo. Fiquei preocupado ao saber que um nosso quase parente... Temos um parentesco meio distante, mas um laço em comum. Então, fiquei preocupado quando disseram que talvez não pudesse vir porque estava doente. Fiquei muito feliz ao vê-lo, e já tive a oportunidade de dizer isso e de abraçá-lo.

E o dr. Sérgio Luiz Francalacci, com quem já tive a oportunidade de conversar, foi meu professor e já foi citado pelo Rodrigo também pelas suas habilidades.

A todos deixo aqui, em nome do Sindicato dos Médicos de Santa Catarina e acredito que em nome das entidades, um forte abraço a todos. A homenagem é bastante merecida.

Antes de terminar, gostaria de lembrar que hoje é um dia que falamos de festa, mas também de preocupações. Preocupações porque temos ainda alguns problemas em relação ao estado de Santa Catarina, principalmente na secretaria onde temos algumas questões pendentes com relação ao plano de cargos e salários. Volto a dizer, novamente, que freqüentemente somos taxados de que médico é diferente e por isso talvez nem precise disso, não precise de direitos ou de garantias, mas, na verdade, o médico também é um trabalhador que requer o cumprimento desses direitos.

Agora nos preocupa por demais a questão das organizações sociais, visto que já há um contrato de gestão assinado, no caso, para administrar o Hospital Materno Infantil de Joinville. As notícias que nos chegam são de que já está iniciando o processo de eleição. Os deputados Serafim Venzon e Antônio Aguiar também deveriam se preocupar porque, segundo nos consta, não serão seguidos os trâmites que dizem respeito às normas de direito público. Há um edital que foi retirado, não sei se podem informar se ele foi republicado, que coloca o Samu como mais um alvo dessas terceirizações. Lembro ane terceirizações são válidas até certo ponto; o que nos preocupa são as suas repercussões, a questão do serviço em si e da própria legalidade, porque a Lei n. 8.080 e também a Constituição falam que a iniciativa privada pode participar do SUS de forma complementar, mas não substitutiva, e o que antevemos é uma forma substitutiva.

O que está acontecendo e o que se pretende com o Samu é uma forma substitutiva, até porque o serviço já existe e a lei determina que a iniciativa privada - isso na Lei n. 8.080 está bem claro - só poderia participar no caso do estado ser insuficiente para promover. Hoje o estado é suficiente, tanto que já existe o serviço desde 2006, ele vai apenas substituir pela iniciativa privada. Isso é a influência ainda funesta, nefasta, do neoliberalismo, que somente no Brasil parece que persiste em continuar.

Então, deixo aqui o apelo aos deputados. Essa é a preocupação das entidades médicas com uma avalanche que pode causar tanto a desassistência, quanto problemas nas áreas de direito trabalhista de médicos e outros profissionais da saúde.

Mas o momento, hoje, é de alegria e saúdo todos os deputados médicos e todos os médicos de Santa Catarina. Quero deixar o meu abraço e a lembrança do sindicato dos médicos e das outras entidades.

Muito obrigado! (Palmas) (SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antônio Aguiar) - Convido o deputado Serafim Venzon para fazer parte da mesa.

Com a palavra o dr. Nelson Grisard, presidente da Academia Catarinense de Medicina.

O DR. NELSON GRISARD - Boanoite a todos! Uma saudação e um agradecimento ao Poder Legislativo de Santa Catarina, em nome da Academia Catarinense de Medicina e de seu corpo de acadêmicos, em especial ao deputado Antônio Aguiar, proponente desta sessão solene.

Saúdo todos os membros da mesa, em especial o dr. Joel de Andrade, ilustre representante do sr. governador, homem preocupado com os transplantes e que neste estado tem um percentual de destaque.

Minha saudação aos médicos militares aqui presentes, dr. Penha, da Aeronáutica, e dra. Cláudia, do Exército brasileiro.

Saúdo o nosso prefeito Newton Fontanella, de São Joaquim; o deputado Serafim Venzon e os presidentes do Sindicato dos Médicos, da Associação Médica e do Conselho Regional de Medicina.

Sras. médicas, demais colegas, dr. Jorge Abi Saad, presidente da Unicred; dr. Julio Antônio Vieira, presidente de honra da Academia Catarinense Maçônica de Letras; dr. Bonassis, representando os diretores dos hospitais, os meus cumprimentos.

Srs. homenageados, colegas homenageados, amigos homenageados, a Academia Catarinense de Medicina saúda-os com júbilo.

Esta é uma sessão solene muito especial, em que os drs. Othmar Bauer, Mario Gentil Costa, Sérgio Luiz Francalacci, Ney Mund, todos acadêmicos titulares da Academia Catarinense de Medicina e também os drs. Ronaldo Bachmann e Newton Djalma do Vale Pereira são aqui objeto da nossa alegria e do nosso júbilo por tão merecida homenagem.

Tem sido relevante, dr. Antônio a expressiva presença médica Aguiar, Casa, e quero relembrar os nessa deputados constituintes médicos de 1989: os drs. Stélio Boabaid, José Bell, Martinho Herculano Guizzo, Alan Índio Serrano e Nodgi Enéas Pellizzetti que, juntamente com os demais deputados, bem souberam introduzir, logo no artigo primeiro da Carta Estadual a cidadania, a dignidade da pessoa humana e os valores sociais do trabalho e da livre iniciativa como fundamentos constitucionais. Nesta noite vemos cumpridos tais dispositivos quando se reconhece o valor da nobre profissão médica através da atuação médicos digna ética dos menageados.

A Academia Catarinense de Medicina agradece Assembléia Legislativa deste estado, deixando a todos os médicos e médicas uma mensagem que eu transcrevi do livro *Deontologia e diceologia*, de Hermes Alcântara, edição de 1979.

(Passa a Ier.)

"'Aquele que se dedica a uma profissão tão cheia de conotações espirituais e tradições filantrópicas, de valores morais e feitos verdadeiramente épicos, contando com defensores apaixonados e inimigos impedernidos, só pode ter características especiais que chegam, às vezes, às raias do inusitado.'"[sic]

Credito a vocês, homenageados, e mais uma vez agradeço a essa Assembléia por esta sessão solene tão justa.

Muito obrigado! (Palmas)

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antônio Aguiar) - Convido para fazer uso da palavra o prefeito Newton Fontanella, de São Joaquim.

O SR. PREFEITO NEWTON FONTANELLA Boa-noite a todos! Inicialmente, gostaria de cumprimentar o nosso colega médico que preside esta sessão, deputado Antônio Aguiar.

Quero cumprimentar o dr. Joel Andrade, que representa o governador do estado, o professor dr. Nelson Grisard, o dr. Rodrigo Bertoncini e o dr. Serafim Venzon, colegas da turma de 81, formados na Universidade Federal de Santa Catarina; o dr. Genoir Simoni, presidente da Associação Catarinense de Medicina; o dr. Pedro Carreirão Neto, presidente do sindicato; os homenageados de hoje: dr. Ney Mund, dr. Mário Gentil Costa, dr. Sérgio Francalacci, dr. Newton do Vale Pereira, dr. Ronaldo Bachmann e dr. Othmar Bauer.

Sem dúvida alguma, até fico lisonjeado, deputado Antônio Aguiar, porque de surpresa estou aqui, no dia de hoje, nesta sessão tão importante em homenagem ao Dia do Médico.

Rapidamente, gostaria de dizer que fui prefeito por acaso, e se tivesse que o ser novamente faria tudo de novo. Fui prefeito reeleito e fiz o sucessor. Por que fizemos o sucessor? Porque o limite de investimento na educação é de 25%, na saúde é de 15%, e nós - ainda vi hoje os números - fizemos de investimentos no município 40% na educação e 25% na saúde, ultrapassando os limites que a lei exige.

Então, fico satisfeito, como médico, de ter a vida política influenciando e ajudando o meu município. Dou como exemplo que sempre sonhamos que os filhos sigam o nosso exemplo, porque realmente a medicina é um de vida, integridade, competência, conhecimento, experiência e amor ao trabalho. Tenho quatro filhos naturais e um sobrinho filho. Quatro decidiram ser médicos e uma odontóloga. Já tenho um filho médico formado, uma odontóloga formada, um sobrinho-filho no quinto ano de medicina, uma filha com 21 anos e outra com 20 anos que não queria que fizessem medicina, mas, para surpresa minha, elas optaram em fazer e estão terminando o terceiro ano. Portanto, isso é um exemplo e uma gratificação a Deus, por escolherem esse caminho de fazer o bem para o ser humano.

Por que eu não queria que fizessem medicina? Porque vem do latim *tripalium* e, além de tudo isso de bom que a profissão nos propicia fazer, também nos lembra martírio, dor e sofrimento. É uma vida de muitas alegrias, mas de muitas tristezas também. Quando temos um problema de saúde na família, aí é que valorizamos realmente o quanto é importante a saúde do ser humano e o quanto somos necessários, deputados Antônio Aguiar e Serafim Venzon e toda a classe médica que tiver influência na política. O caminho é este: educação e saúde.

Também gostaria de parabenizar os professores, e há professores que nem se lembram mais de mim aqui, dr. Raul Chatagnier: o dr. Bonassis e dra. Maria Helena Nunes, que é uma conterrânea.

Quero também cumprimentar todos esses nossos colegas e dizer que precisamos ter influência política, sim, para melhorar muito mais a saúde. Um exemplo simples no nosso município é o saneamento, que é uma das coisas mais importantes no nosso país e estamos concluindo neste ano saneamento. No ano passado, através de influências políticas no governo federal, conseguimos recursos para mais 50%. Então, no município de São Joaquim teria quase 100% de saneamento básico com captação, tratamento e destino final dos dejetos, mas fui derrotado pela Câmara de Vereadores, onde nunca tive a maioria. A maioria se elegeu comigo, mas logo em seguida, por interesses pessoais, sempre tendia para outro lado.

Foi reprovado o recurso federal, porque sempre estendia para o outro lado. Foi reprovado o recurso do governo federal, para o meu município ficar com quase 100% de saneamento básico, por politicagem.

Então, é um exemplo que dou aos meus colegas que é importante, sim, nós, médicos, termos a oportunidade de sempre viabilizar o melhor para a vida, para a saúde: água, educação. E para quem quiser realmente entrar para a política como médico, saiba que fui prefeito porque pude continuar trabalhando como médico. Eu sou médico de manhã e prefeito à tarde. Durante os meus oito anos de mandato, nunca deixei de trabalhar um dia por essa situação de ser político.

Assim, eu gostaria de dar esse exemplo pessoal e mais uma vez dar os parabéns aos homenageados, já citados. Quero dizer que me sinto muito homenageado de estar aqui, hoje, nesta sessão solene, deputado, na comemoração do Dia do Médico.

Viva o Dia do Médico! Muito obrigado! (SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antônio Aguiar) - Convido o deputado Serafim Venzon para fazer uso da palavra.

O SR. DEPUTADO SERAFIM VENZON -Meu caro presidente, deputado Antônio Aguiar, que preside esta sessão, em nome dos médicos da Assembléia Legislativa, gostaria de dizer que v.exa. fez essa indicação não apenas porque somos médicos, mas, principalmente, porque nós, como médicos, temos, sim, a responsabilidade maior, em nome sociedade, de trazer aqui o agradecimento e o reconhecimento que a sociedade como um todo tem pelos médicos, em todos os lugares de Santa Catarina e do Brasil. Sei que a sociedade reconhece o trabalho de cada um, o trabalho de todos, de tantos médicos que temos, e que cada um tem uma história própria. E temos a responsabilidade de estar aqui presentes por todos os médicos.

Saudamos o doutor Joel de Andrade, representando aqui o governador do estado de Santa Catarina;

Saúdo o nosso professor, presidente da Academia Catarinense de Medicina, dr. Nelson Grisard;

Saúdo o doutor, colega médico e honrosamente presidente do Conselho Regional de Medicina, Rodrigo Bertoncini;

Saúdo o senhor presidente da Associação Catarinense de Medicina, dr. Genoir Simoni;

Saúdo o senhor presidente do Sindicato dos Médicos, dr. João Pedro Carreirão Neto;

Saúdo o colega médico, representando os prefeitos de Santa Catarina, dr. Newton Stélio Fontanella;

Quero saudar também, em nome da mesa, os nossos homenageados.

Cada um de nos tem um reconhecimento especial pelos nossos professores, eis que nos ensinaram não só a parte da ciência, mas algo mais do que a ciência médica. Talvez a ciência médica seja isso mesmo. Não é simplesmente o conhecimento, mas, acima de tudo, o jeito de ser. E vendo aqui os nossos professores, posso dizer que cada um de nos pratica o seu trabalho reproduzindo os ensinamentos que tiveram dos seus professores, que aqui orgulhosamente estamos homenageando: dr. Newton do Vale Pereira, dr. Mário Gentil Costa, dr. Othmar Bauer, dr. Ronaldo Bachmann, dr. Ney Mund e dr. Sérgio Francalacci.

Ouvi aqui o depoimento do dr. Newton e gostaria de dizer que certamente a saúde da população depende muito mais de ações políticas do que de ações individuais de nós, médicos. E justamente como conhecedores da ciência médica, pela importância social que temos em cada cidade, existe a necessidade do nos envolver, sim, na atividade política para ajudar a mudar, ou melhorar, a qualidade de vida das pessoas.

Eu ouvi aqui o dr. Newton descrevendo as suas dificuldades, como prefeito, de fazer algumas ações de saneamento, por uma questão política. Alguém não queria que ele fizesse, porque assim ele seria um prefeito em São Joaquim muito importante. Mas com certeza muitos médicos ajudaram a melhorar a qualidade de vida das pessoas por esse envolvimento.

O maior orçamento que existe em qualquer lugar da sociedade é justamente na política, e hoje grande parte desse orçamento é destinado para a Saúde. Aqueles 12% que a lei exige da PEC n. 29 são para ações diretamente voltadas para a saúde, mas existem inúmeras outras ações, como, por exemplo, ações de saneamento, melhoria de condições de moradia. melhoria do envolvimento social das pessoas, melhoria da qualidade da família, enfim, tudo isso envolve, resolve ou muda a qualidade de vida das pessoas. E naturalmente aquele que tem o conhecimento científico disso poderá fazê-lo

Quero destacar a importância do envolvimento do médico na política, porque é através de ações públicas que vamos modificar a qualidade de vida das pessoas, o que têm muito a com saúde. Inclusive, como disse na apresentação o deputado Antônio Aguiar, essa homenagem é também uma forma de reconhecer o que a sociedade sente pelo médico. A categoria médica em si, apesar de ser muito importante dentro da sociedade, tem também certa rejeição da sociedade. E cada um de nós, todas as nossas famílias têm um ou dois, três ou quatro médicos, os seus médicos da família, pelos quais têm extremo reconhecimento. Até nós mesmos, como médicos, temos alguém que foi o nosso médico, o médico que nos operou, que atendeu um filho nosso ou que o salvou de uma situação diferente.

Gostaria de dizer que a intenção da homenagem é também para ressaltar a importância do médico. Talvez o médico seja o homem que na sua atividade tenha a maior autoridade que possa existir. É claro que se você tem essa autoridade, terá que honrá-la muito. E cada um de nós pode imaginar vários exemplos de autoridade que nós, médicos, temos, até para decidir sobre a vida ou o que fazer de melhor por aquele que está na nossa frente.

Se a sociedade dá a alguém tamanha autoridade, naturalmente é porque o respeita muito. E nós, como disse na apresentação, temos a obrigação de reconhecer essa autoridade e, ao mesmo tempo, chamar a atenção dos colegas, porque temos muita responsabilidade e o compromisso de dignificar essa grande responsabilidade. Tenho orgulho também de ser médico. Meus parabéns a todos vocês.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antônio Aguiar) - Convido o jornalista Valter Souza para proceder à nominata dos homenageados.

O SR. MESTRE-DE-CERIMÔNIAS (Valter Souza) - Senhoras e senhores, muito boa-noite! Neste momento, o Poder Legislativo presta homenagens às entidades médicas que fazem parte do Conselho Superior das Entidades Médicas do Estado de Santa Catarina e também a profissionais da Medicina.

Eu convido o sr. deputado Antônio Aguiar para fazer a entrega da homenagem, em nome do Poder Legislativo, à Associação Catarinense de Medicina.

Convido para receber a homenagem, em nome da associação, o dr. Genoir Simoni, seu presidente.

(Procede-se à entrega da homenagem.)

(Palmas)

Convido para receber a homenagem, em nome do Conselho Regional de Medicina de Santa Catarina, o dr. Rodrigo Jorge da Luz Bertoncini, seu presidente.

(Procede-se à entrega da home-nagem.)

(Palmas)

Na seqüência, recebe a homenagem o Sindicato dos Médicos do Estado de Santa Catarina. Convido para receber a homenagem, em nome do sindicato, o dr. João Pedro Carreirão Neto, seu presidente.

(Procede-se à entrega da homenagem.)

(Palmas)

Dando continuidade à solenidade, o Poder Legislativo e o Conselho Superior das Entidades Médicas de Santa Catarina prestam homenagem aos médicos, pela sua dedicação ao exercício da Medicina com humanismo, responsabilidade e ética profissional. Convido o sr. deputado Serafim Venzon e o dr. Genoir Simoni para fazer a entrega da homenagem ao dr. Newton Djalma do Vale Pereira.

(Procede-se à entrega da homenagem.) (Palmas)

Convido para fazer a entrega da homenagem, agora, ao dr. Mário Gentil Costa.

(Procede-se à entrega da homenagem.) (Palmas)

Eu agradeço ao dr. Genoir Simoni e peço que o deputado permaneça aí na frente, por favor!

Convido o dr. João Pedro Carreirão Neto para, juntamente com o deputado Serafim Venzon, fazer a entrega da homenagem, agora, ao dr. Othmar Bauer.

(Procede-se à entrega da home-nagem.)

(Palmas)

Convido ainda o deputado Serafim Venzon e o dr. João Pedro Carreirão Neto para fazerem a entrega da homenagem ao dr. Ronaldo Bachmann.

(Procede-se à entrega da home-nagem.)

(Palmas)

Àgradeço ao dr. João Pedro Carreirão Neto. E chamo à frente, por favor, o dr. Rodrigo Bertoncini.

A homenagem agora será prestada ao dr. Ney Mund.

(Procede-se à entrega da home-nagem.)

(Palmas)

Convido o deputado Serafim Venzon e o dr. Rodrigo Bertoncini para prestarem a homenagem ao dr. Sérgio Luiz Francalacci.

(Procede-se à entrega da home-

nagem.)

(Palmas)

Agradeço ao dr. Rodrigo Bertoncini e ao deputado Serafim Venzon.

Neste momento, o Coral da Assembléia Legislativa brindará todos com a música *Nos Campos do Mundo*, de autoria do maestro Acácio Santana.

(Procede-se à interpretação da música.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antônio Aguiar) - Neste momento, fará uso da palavra o dr. Newton Djalma do Vale Pereira, representando os homenageados.

O DR. NEWTON DJALMA DO VALE PEREIRA - Sr. deputado Antônio Aguiar, presidente desta sessão, demais autoridades componentes da mesa, senhoras e senhores, autoridades presentes, meus caros colegas homenageados, coube-me proferir algumas palavras em nome dos homenageados desta noite. Realmente é uma honra muito grande e sinto-me enaltecido com essa escolha, principalmente devido à importância dessa homenagem. Cada um dos homenageados tem, no mínimo, 40 anos de exercício pleno da medicina com honradez e, sobretudo, com muita ética.

A atividade médica é muito onerosa em relação a sacrifícios, a desempenhos e, inclusive, a manter uma ética adequada. Em nome da dignidade dos homenageados, quero agradecer inicialmente Assembléia Legislativa, pela idéia dessa homenagem; ao Conselho Regional de Medicina: à Associação Catarinense de Medicina e ao Sindicato dos Médicos, que nos indicaram para essa homenagem; e a toda classe médica representada por essas entidades. Realmente é uma honra muito grande sermos destacados momento. Estamos sinceramente honrados com essa homenagem, pois ela muito engrandece o nosso desempenho e a nossa atividade médica.

Agradecemos a todos os presentes que vieram engrandecer essa homenagem e, principalmente, aos nossos familiares aqui presentes, que sempre nos acompanharam em todos os momentos fáceis e difíceis, principalmente nos difíceis, da nossa profissão.

A medicina é uma ciência e, ao mesmo tempo, uma arte. No tempo de Hipócrates, já aqui citado, a medicina era essencialmente uma arte executada com o coração, isto é, com a sensibilidade e a mente, principalmente, a faculdade de observação empregada com saliência. Com o desenvolvimento do tempo, a medicina passou a ser uma ciência, estruturou-se e pôde ser ensinada nas universidades, nas faculdades e nas escolas.

No tempo de Hipócrates, a medicina era transmitida para os discípulos do mestre através do exemplo e do ensinamento conjunto. Com o tempo e com a criação da ciência médica, esse ensino passou a ser executado de modo sistemático, e nós participamos desse ensino como professores, cuja saliência já foi citada aqui várias vezes pelos oradores que me antecederam.

Os homenageados desta noite sempre levaram a medicina como arte. Apesar de fazer ciência nas horas vagas, sempre usaram a sensibilidade como denominador comum das suas atividades como médico. É óbvio que também empregaram a observação como elemento fundamental na pesquisa do diagnóstico e na execução da ciência médica. Alguns dos colegas homenageados destacaram-se em alguns aspectos da arte, seja na pintura, na prosa ou na poesia.

Sem dúvida é muito honrosa essa homenagem a todos nós. Queremos agradecer, sinceramente, e dizer que ela ficará marcada para sempre em nossas recordações por toda nossa vida. Por isso somos gratos à Assembléia Legislativa, ao Sindicato dos Médicos, ao Conselho Regional de Medicina de Santa Catarina e à Associação Catarinense de Medicina por essa homenagem.

Muito obrigado! (Palmas)

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antônio Aguiar) - Convido o dr. Ronaldo Bachmann para fazer uso da palavra.

O DR. RONALDO BACHMANN - Cumprimentando o colega deputado Antônio Aguiar, cumprimento os demais integrantes da mesa e agradeço a oportunidade, em nome do Cosemesc - Conselho Superior de Entidades Médicas de Santa Catarina -, de hoje, durante a festividade do Dia do Médico, poder convidar todos os colegas para o Fórum das Entidades Médicas, que será realizado no ano que vem, no médio vale do Itajaí onde labuto.

Terei, mais uma vez, a honra de prestar esse serviço não só ao sindicato médico, onde sempre labutei, mas também a todas as entidades médicas do estado, lembrando ainda que Santa Catarina é pioneira nesse tipo de fórum em que são discutidos os grandes problemas da política e do desempenho médico em todo o estado de Santa Catarina, e as vezes até do país, porque recebemos visitas de outras entidades brasileiras que vêm em conjunto discutir esses problemas.

Então, fica o meu convite a todos os médicos da Assembléia

Legislativa para que nos prestigiem e, mais uma vez, tenhamos sucesso no Femesc, no ano que vem, que deverá ser no fim de maio ou início de junho - ainda não temos uma data perfeitamente delineada.

Muito obrigado! (Palmas) (SEM REVISÃO DO ORADOR) O SR. PRESIDENTE (Deputado Antônio Aguiar) - Convidamos todos para, de pé, ouvirmos a execução do hino de Santa Catarina, interpretado pelo coral da Assembléia Legislativa, sob a regência do maestro Reginaldo da Silva.

(Procede-se à execução do hino.)

A Presidência agradece a presença das autoridades com assento à mesa e a todos que nos honraram com seu comparecimento, convidando-os para um coquetel no *hall* deste Poder.

Encerramos a presente sessão, convocando outra, ordinária, para amanhã, à hora regimental, com a seguinte Ordem do Dia: matérias em condições regimentais de serem apreciadas pelo Plenário.

Está encerrada a presente sessão.

ATA DA 077° SESSÃO ORDINÁRIA DA

2º SESSÃO LEGISLATIVA DA 16º LEGISLATURA REALIZADA EM 14 DE OUTUBRO DE 2008 PRESIDÊNCIA DO SENHOR DEPUTADO JULIO GARCIA

Às 14h, achavam-se presentes os seguintes srs. deputados: Ada De Luca - Ana Paula Lima - Antônio Aguiar - Dado Cherem -Dagomar Carneiro - Darci de Matos - Décio Góes - Dirceu Dresch - Edison Andrino - Edson Dias (Piriquito) - Elizeu Mattos - Gelson Merísio Genésio Goulart - Herneus de Nadal - Jailson Lima - Jandir Bellini - Jean Kuhlmann - Joares Ponticelli - Jorginho Mello - José Natal - Julio Garcia - Kennedy Nunes - Manoel Mota -Marcos Vieira - Moacir Sopelsa - Narcizo Parisotto - Nilson Gonçalves - Pedro Baldissera Pedro Uczai - Professora Odete de Jesus -Professor Grando - Renato Hinnig - Reno Caramori - Rogério Mendonça - Romildo Titon -Sargento Amauri Soares - Serafim Venzon -Silvio Dreveck - Valmir Comin.

SUMÁRIO Breves Comunicações

DEPUTADA ANA PAULA LIMA - Saúda representantes do MST; aborda o não-cumprimento da Lei n. 254; refere-se à greve dos trabalhadores téxteis em Blumenau e à ação da Polícia Militar.

DEPUTADO DIRCEU DRESCH (aparte) - Critica a ação da polícia na greve dos trabalhadores têxteis de Blumenau.

DEPUTADO PEDRO UCZAI (pela ordem) - Solicita espaço para que a representante dos sem-terra e dos sem-terrinha possa se manifestar.

DEPUTADO PEDRO BALDISSERA - Saúda os representantes dos sem-terra e dos sem-terrinha; elogia a administração do prefeito de Guaraciaba.

DEPUTADO DIRCEU DRESCH (pela ordem) - Saúda os representantes dos sem-terra e dos sem-terrinha.

Partidos Políticos

DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES - Refere-se ao movimento dos sem-terra e dos sem-terrinha; aborda a greve dos trabalhadores têxteis e critica a presença da polícia nas fábricas.

DEPUTADO MOACIR SOPELSA - Comenta o Dia de Nossa Senhora Aparecida, o Dia da Criança e o Dia do Engenheiro Agrônomo; enfatiza a importância do trabalho do engenheiro agrônomo.

DĚPUTADO ROMILDO TITON - Reporta-se às eleições municipais.

DEPUTADO MANOEL MOTA (aparte) - Parabeniza o deputado Romildo Titon por sua atuação nas eleições.

DEPUTADO NILSON GONÇALVES - Comenta as eleições municipais.

DEPUTADO PEDRO BALDISSERA - Discorre sobre as eleições municipais, abordando a necessidade de uma reforma política.

DEPUTADO PEDRO UCZAI (aparte) - Cumprimenta o deputado Pedro Baldissera por pleitear uma nova reforma política.

DEPUTADO KENNEDY NUNES - Discorre sobre o Hospital Materno-Infantil de Joinville.

Ordem do Dia

DEPUTADO DIRCEU DRESCH (pela ordem) - Refere-se à indicação de sua autoria pedindo providências referentes à recuperação da SC-283

DEPUTADO SERAFIM VENZON (pela ordem) - Manifesta-se sobre requerimento de sua autoria manifestando pesar pelo falecimento do padre Pedro Paloschi.

DEPUTADO JOSÉ NATAL (pela ordem) - Pede permissão para subscrever moção do deputado Silvio Dreveck solicitando ao coordenador do Fórum Parlamentar Catarinense apoio ao Projeto de Lei n. 0058/2003.

DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES (pela ordem) - Pede permissão para subscrever moções da bancada do PT que tratam da greve dos bancários e da greve dos trabalhadores das indústrias têxteis.

DEPUTADO PEDRO UCZAI - Discute moção da bancada do PT que trata da greve dos trabalhadores das indústrias têxteis.

DEPUTADO PEDRO UCZAI (pela ordem) - Registra a presença do prefeito de Saltinho, do vice-prefeito de Caibi e de sr. Rubens Diniz.

DEPUTADO JOARES PONTICELLI - Discute pedido de informação de sua autoria sobre processo licitatório para execução das obras no Aeroporto Regional de Jaguaruna.

Explicação Pessoal

DEPUTADO DIRĆEU DRESCH - Cumprimenta o prefeito eleito e o vice de Saltinho, e o vice-prefeito de Caibi; manifesta-se sobre a crise econômica mundial.

DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES

Discorre sobre a crise financeira mundial; aborda a situação da greve dos trabalhadores têxteis em Blumenau e região; fala da luta dos praças da Polícia Militar e do Corpo de Bombeiros.

DEPUTADO PEDRO UCZAI - Manifesta-se sobre a importância de o estado implantar o salário mínimo regional; refere-se à situação de algumas universidades do Sistema Acafe

DEPUTADO DÉCIO GÓES (aparte) - Solidarizase com a preocupação do deputado Pedro Uczai com relação ao Sistema Fundacional de Santa Catarina.

DEPUTADO MANOEL MOTA - Fala da importância de se resgatar a verdade no Parlamento; critica colocações do deputado Joares Ponticelli sobre as eleições municipais; refere-se ao aeroporto de Jaguaruna.

DEPUTADO PROFESSOR GRANDO - Refere-se ao Dia do Professor e às conquistas da classe; aborda projeto, de sua autoria, que cria cadastro para bloqueio de recebimento de ligações de *telemarketing*.

DEPUTADO JOARES PONTICELLI - Aborda a passagem do Dia do Professor; critica o não-cumprimento, por parte do governo do estado, de promessas de campanha; reporta-se às eleições municipais.

DEPUTADO DAGOMAR CARNEIRO (pela ordem) - Registra a presença do vereador eleito em Brusque, Jones Bósio.

DEPUTADO SERAFIM VENZON - Registra o falecimento do padre Pedro Paloschi.

DEPUTADO ELIZEU MATTOS - Critica colocações do deputado Joares Ponticelli acerca das eleições municipais; refere-se ao crescimento do PMDB

DEPUTADO MANOEL MOTA (aparte) - Critica colocações do deputado Joares Ponticelli sobre as eleições municipais.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Julio Garcia) - Havendo quórum regimental e invocando a proteção de Deus, declaro aberta a presente sessão.

Solicito ao sr. secretário que proceda à leitura das atas das sessões anteriores.

(São lidas e aprovadas as atas.)

Solicito à assessoria que distribua o expediente aos srs. deputados.

Passaremos às Breves Comunicações. Inscrita para falar a sra. deputada Ana Paula Lima, a quem concedemos a palavra por até dez minutos.

A SRA. DEPUTADA ANA PAULA LIMA - Sr. presidente e srs. deputados, gostaria de saudar o MST presente no Parlamento catarinense, os sem-terra e os sem-terrinha, que estão na capital do estado de Santa Catarina para realizar um encontro na Escola Sul.

(Passa a Ier.)

"Srs. deputados, sras. deputadas e público que nos acompanha pela nossa TVAL e pela Rádio Alesc Digital, o que me traz à tribuna no dia de hoje é o tema da segurança pública, sobre o qual já me manifestei na semana passada, cobrando do governo do estado o cumprimento da Lei n. 254, que foi votada nesta Casa e sancionada pelo governador, e desde o ano de 2003 não estava sendo executada.

Eu também quero falar, srs. parlamentares e sras. deputadas, sobre os 20 anos da nossa Constituição Cidadã, que fez aniversário no último dia 5. E essa Constituição, ou seja, a Constituição Federal, estabeleceu, em seus arts. 7º a 12, a justa remuneração aos trabalhadores, tanto os urbanos quanto os rurais, pelo trabalho realizado. Ou seja, dignidade para receber um esalário compatível com a função exercida e capaz de dar sustento às necessidades básicas do indivíduo.

Da mesma forma, foi estabelecido o direito de greve, sempre que um dos direitos lhes for tolhido, esgotadas as negociações entre os empregados e entre os patrões, nos termos disciplinados também em legislação suplementar. Esse é um direito que foi garantido na Constituição Cidadã.

No último dia 6, deputada Ada De Luca, os trabalhadores têxteis da cidade de Blumenau iniciaram paralisação no sentido, dentre outros direitos, de lutar pelo reajuste de 15% sobre o piso da categoria que é hoje da ordem de R\$ 497,00. Essa justa e legal manifestação se deve tanto ao fato de ter sido feita por total obediência à legislação que disciplina o direito de greve quanto por entender que o salário pago está aquém da retribuição dos trabalhadores.

Mas o que a greve dos trabalhadores têxteis tem a ver com relação à segurança pública? Aí é que está o problema.

No último domingo, dia 12, estive pessoalmente acompanhando o movimento dos trabalhadores têxteis que estão em greve e quando fui visitar determinada empresa vi verdadeiro paradoxo: a cidade Blumenau, como todo o vale do Itajaí, está submersa à violência de todos os tipos, por conta do número reduzido de policiais. E, além disso, há outro agravante, estamos nas festas de outubro e a cidade de Blumenau tem uma das maiores festas do estado, inclusive faço o convite para que venham festejar conosco.

Por esse motivo foi encaminhado para Blumenau um grande efetivo de policiais militares. E pasmem, caros parlamentares e sras. deputadas: o que presenciei naquela fábrica, naquela indústria foi um grande aparato militar, inclusive com a presença do GRT - Grupo de Respostas . Táticas -, num policiamento coercivo junto com os trabalhadores que pacificamente exerciam um direito conquistado pelos trabalhadores, que é o direito de greve. E esses grevistas com os quais me solidarizei são na grande maioria, deputada Ada De Luca, mulheres que, além de serem mães, esposas е donas-de-casa, são costureiras da indústria têxtil Blumenau. E essas mesmas mulheres estão sendo coagidas por um exército policiais е apetrechos desnecessários àquela situação!"

Tinha cachorro, cavalaria, que nunca se viu na cidade de Blumenau, spray de pimenta, escudo e armas em punho para as mulheres costureiras e para os homens trabalhadores da indústria têxtil, coisa que eu nunca vi na nossa cidade.

(Continua lendo.)

Deixo claro aqui, deputado Sargento Amauri Soares, no entanto, que eu não estou desmerecendo o trabalho e a importância de um efetivo policial. Estou nesta tribuna diuturnamente defendendo, sim, o direito e os salários dos policiais, inclusive alguns estavam até constrangidos por estarem naquela empresa coibindo e também deixando as mulheres constrangidas.

É de longa data que reitero a preocupação em relação à situação funcional dos policiais e do abandono em que a nossa população se encontra com o reduzido contingente!

O que me deixou indignada é o fato de o governo estadual, através do secretário Segurança Pública Ronaldo Benedet, da deputado desta Casa, com quem falei domingo à noite sobre esse assunto, sobre essa preocupação, recrutar tamanho efetivo para uma situação absolutamente pacífica e que não representava riscos à segurança da comunidade!

Ilustrando essa cena, srs. parlamentares e sras. parlamentares, além do batalhão de choque - e eu peço que mostrem as fotografias no telão -, estavam os coletes à prova de bala, os sprays de pimenta, que reforçavam o policiamento coercivo junto aos grevistas que eram, na maioria, mulheres. E o que era pior e inaceitável, porque eram mulheres que estavam na frente da empresa, deputado Sargento Amauri Soares, era o carro da Polícia Militar dentro da empresa e os policiais fazendo o policiamento do patrimonial em vez de fazerem a segurança do nosso cidadão". Estavam ali inibindo as mulheres e os homens que fazem a riqueza da cidade de Blumenau com spray de pimenta, com cachorros. com cavalaria, que veio de Florianópolis, pois Blumenau não tem exército de cavalaria, para fazer a segurança da Oktoberfest. Em vez de estarem fazendo a segurança dos visitantes, estavam dessa forma fazendo o policiamento patrimonial da empresa de Blumenau.

(Continua lendo.)

. "A função da polícia, srs. parlamentares, é aquela derivada do conceito de segurança pública - que de volta à Constituição Federal remeto-me ao art. 114 -: direito e responsabilidade do estado para preservação da ordem pública e para a prevenção das manifestações de criminalidade e violência"

Mas o que está acontecendo nas empresas de Blumenau não é a diminuição da criminalidade, é a segurança patrimonial da indústria têxtil, tanto é que esses veículos e esses policiais estão dentro das empresas têxteis coagindo as pessoas. Até o major estava lá filmando as nossas trabalhadoras e os nossos trabalhadores, para depois decerto dar para o dono da empresa para fazer as demissões necessárias. Não é dessa forma que a polícia tem que agir.

Eu faço uma defesa, sim, aos policiais, mas eu quero mostrar aqui o meu repúdio ao secretário da Segurança Pública, ao governo do estado, porque em vez de a polícia estar recolhendo os 19 presos que fugiram do presídio regional de Blumenau, em vez de fazer a segurança na cidade de Blumenau e região, em vez de fazer a segurança da Oktoberfest, está inibindo as mulheres e os homens trabalhadores que estão exercendo um direito seu, que é o direito da greve, para reivindicar melhores condições de trabalho e melhores condições de salários.

O Sr. Deputado Dirceu Dresch -V.Exa. me concede um aparte?

A Sra. Deputada Ana Paula Lima -Pois não!

O Sr. Deputado Dirceu Dresch -Parabéns, deputada Ana Paula Lima, pelo seu pronunciamento e por trazer esse tema aqui.

Infelizmente, temos visto isso em muitos locais, seja a luta dos trabalhadores sem terra, seja a luta da agricultura familiar ou dos funcionários públicos, e nesse caso v.exa. se reportou aos bravos trabalhadores da área têxtil de Blumenau. Parabéns, primeiro, pelo pronunciamento, pela defesa da luta dos trabalhadores de Blumenau, principalmente das mulheres que têm essa coragem de ir defender os seus direitos, os seus salários, para poderem alimentar e criar seus filhos.

Nós também acompanhamos todo o processo pela imprensa e entramos em contato com o secretário da Segurança Pública justamente porque entendemos que a polícia tem que fazer a participação e o meio de campo e não tomar frente num momento de conflito entre empresa e trabalhador.

Por isso queremos, da mesma forma, nos somar a esse momento de luta dos trabalhadores e trabalhar para que a polícia não assuma nenhum lado, nesse caso somente a luta dos patrões.

A SRA. DEPUTADA ANA PAULA LIMA deputadas e srs. deputados, essas mulheres e esses homens fazem a riqueza do nosso município e não representam nenhum perigo à sociedade catarinense e a cidade

(Discurso interrompido por término do horário regimental.)

(SEM REVISÃO DA ORADORA)

O Sr. Deputado Pedro Uczai - Peço a palavra, pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Julio Garcia) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Pedro Uczai.

O SR. DEPUTADO PEDRO UCZAI presidente e srs. deputados, o Movimento dos Sem-Terra conseguiu fazer a organização dos sem-terrinha que a cada ano promove alguns dias de estudo e viagens. E novamente este ano eles estão aqui na capital do estado para dias de estudos, de audiências, fazendo uma visita também à Casa Legislativa, e eu agradeço à Presidência e à nossa Casa pela acolhida. Mas para aproveitar esta visita deles a este Poder, uma representante dos sem-terrinha gostaria de utilizar de quatro a cinco minutos deste horário, se for entendimento dos srs. líderes, para fazer uma pequena em homenagem também ao pronunciamento, deputada Ana Paula Lima.

Então, eu consulto v.exa., sr. presidente, no sentido de saber se é possível, em entendimento com os líderes das bancadas, a Rosângela, representando os sem-terrinha que são em torno de 400, mais 100 monitores que acompanham os professores, os educadores, os pedagogos aqui na capital do estado, fazer uso da tribuna neste momento.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Julio Conforme praxe da Casa, a Presidência consulta os srs. líderes de bancada para saber se podemos suspender a sessão por até dez minutos, para ouvirmos a representante dos sem-terra e dos semterrinha.

(As lideranças aquiescem.)

Havendo aquiescência de todos os srs. Líderes, a Presidência suspende a sessão por até dez minutos.

Está suspensa a sessão.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Julio Garcia) (Faz soar a campainha) - Estão reabertos os trabalhos.

Ainda em Breves Comunicações, o próximo orador inscrito é o deputado Pedro Baldissera, a quem concedo a palavra por até dez minutos.

DEPUTADO SR. PFDRO BALDISSERA - Sr. presidente, srs. deputados, sra. deputada, a minha saudação a cada uma e a cada um dos líderes do Movimento dos Sem-terra e saúdo, assim, de maneira muito especial, os adolescentes, jovens e crianças que representam aqui os sem-terrinha. Nós compreendemos profundamente a luta, a organização de cada uma e de cada um

Quero parabenizá-los pela iniciativa e por estarem realizando o quarto encontro estadual. Isso não é pouca coisa, é uma história que vem acumulando experiência, aprendizado, e sem dúvida nenhuma, atitudes de mudança de políticas, de políticas públicas e sociais extremamente importantes e indispensáveis à inclusão social, e ao mesmo tempo, também, fatores de geração de renda e de oportunidade.

Acho que esse processo todo faz com que repensemos o papel do poder público seja ele na esfera nacional, estadual ou municipal, e ao mesmo tempo também repensemos sobre a responsabilidade do mesmo na democratização do acesso à terra, tão necessária e importante para o desenvolvimento deste nosso país, do nosso estado e da nossa sociedade

É uma pena que o tempo, porque está chovendo, "impossibilite", entre aspas, neste momento a manifestação de vocês na secretaria de Educação, quando haveria a oportunidade de sensibilizar o governo do estado. através daquela secretaria, do secretário, no sentido não apenas de acolher, mas também de contribuir e ajudar para melhorar o atendimento à educação dentro dos assentamentos e acampamentos no estado de Santa Catarina.

Quem perderá a oportunidade desta bonita experiência poderá ser o próprio secretário da Educação, que dialogar, conversar e ter um momento importante de convivência com a experiência e o trato da coisa social como vocês o fazem.

Mas não há de ser isso, porque muitas experiências outras aue vocês acumularam, ao longo desse processo e dessa história, poderão servir como instrumento de inclusão social de uma grande parcela da sociedade em que vivemos.

Penso que outra experiência rica, além da troca de experiências, será exatamente aquilo que vocês irão realizar com as pessoas mais excluídas dentro do setor urbano, que são os nossos favelados, que são as pessoas que vivem à margem das políticas públicas e fundamentais para a vida humana. Sem dúvida nenhuma essa experiência será mais um acúmulo na caminhada e no processo histórico de cada um de vocês movimento dos sem-terra, especialmente dos sem-terrinha.

Temos que reconhecer aqui a importância dos nossos movimentos sociais. Muito se tem feito, temos avançado numa série de políticas públicas com o nosso governo do presidente Lula, em nível nacional, mas sabemos que muito ainda há que ser feito numa parceria com os governos estaduais e com os municipais. No entanto é sempre esse processo, e é nesse processo que nós vamos acertando e melhorando a vida de cada um de nós.

Quero realçar agui também. aproveitando o nosso tempo, que estava a poucos instantes conversando com o prefeito de Guaraciaba, município do extremo oeste do estado com quase 11 mil habitantes, que vem implementando em sucessivos mandatos um novo jeito e uma nova forma de se governar, que nasce da pro-funda relação estabelecida com as diferentes organizações, com os diferentes movimentos sociais e com os diferentes conselhos que lá existem, pois através deles se faz o debate e a discussão das políticas públicas que o município tem que priorizar no seu dia-a-dia e ano após ano.

Somos um dos sete municípios. em nível nacional, que em 2008 passou para o quarto mandato do PT em administrações consecutivas - Guaraciaba, onde tive a incumbência de iniciar o trabalho em 1997. E pela primeira vez na história do município temos feito o sucessor, porque fui prefeito, fui reeleito, no meu lugar assumiu o meu vice que foi reeleito e pela primeira vez na história, nos seus 47 anos, o município fez um sucessor e tem sido sucessor do Partido dos Trabalhadores, o Ademir José Zimmermann que assume a partir do ano que vem.

Portanto, é uma região que tem exercido uma forte influência em nível regional devido ao importante trabalho lá iniciado em 1997, que se somaram a outras importantes experiências da faixa da fronteira, como as realizadas nos municípios de Itapiranga e de Iporã do Oeste, onde por outras razões perdemos a prefeitura, mas foi recuperada a de Dionísio Cerqueira depois de oito anos de governo do Partido dos Trabalhadores.

Então, quero registrar aqui a importância que representa o nosso pequeno município do extremo oeste do estado no cenário político, deputado Pedro Uczai, em nível nacional do Partido dos Trabalhadores no nosso estado e no país. Assim, quero deixar isso registrado nesta tarde de hoje.

Muito obrigado, sra. presidente. (SEM REVISÃO DO ORADOR)

À SRA. PRESIDENTE (Deputada Ana Paula Lima) - Muito obrigada, sr. deputado!

Ó Sr. Deputado Dirceu Dresch - Pela ordem, sra. presidente.

A SRA. PRESIDENTE (Deputada Ana Paula Lima) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Dirceu Dresch.

O SR. DEPUTADO DIRCEU DRESCH Quero Obrigado, sra. presidente! cumprimentar também aqui todos os semterrinha e a coordenação do movimento pelo bonito trabalho, que tem como tema a educação no campo, que é uma questão fundamental.

Eu, como agricultor familiar sei da importância de vocês. iunto conosco. construírem essa grande luta para terem qualidade na educação no meio rural em nosso estado e em nosso país.

Parabéns pelo encontro. muito sucesso para vocês nesta caminhada que estão fazendo, já lutando também, juntos, pelos que estão em casa que vocês estão representando.

Parabéns a vocês! Boa luta e bom trabalho aqui.

pela Óbrigado presença na Assembléia Legislativa.

(Palmas)
A SRA. PRESIDENTE (Deputada Ana Paula Lima) - Obrigada, sr. deputado.

Sras. deputadas e srs. deputados, esta Casa também tem assento no Comitê de Gerenciamento da Bacia Hidrográfica do rio Itajaí-Açu, e no último final de semana houve o fórum do encontro dos comitês e ficamos encarregados da distribuição do jornalzinho do comitê de Itajaí aos srs. deputados e deputadas desta Casa, ao qual esperamos que todos vocês já tenham tido acesso.

Fim do horário destinado às Breves Comunicações.

Passaremos ao horário reservado aos Partidos Políticos. Hoje, terça-feira, os primeiros minutos são destinados ao PTB.

Com a palavra o sr. deputado Sargento Amauri Soares, por até cinco

DEPUTADO SARGENTO 0SR AMAURI SOARES - Sra. presidente, sra. deputada, srs. deputados, telespectadores da TVAL, ouvintes da Rádio Alesc, pessoas que acompanham nesta sessão especialmente os pequenos militantes do movimento sem-terrinha. É uma satisfação poder recebê-los aqui nesta Casa Legislativa.

Quero parabenizar a Mesa Diretora da Casa e o presidente Julio Garcia pela abertura democrática deste Poder possibilita o acesso dos movimentos sociais, porque infelizmente não podemos dizer a mesma coisa de outras instituições do nosso estado, no caso a Universidade Federal de Santa Catarina, na pessoa do reitor, o professor Prata, que não possibilitou que os sem-terrinha ficassem alojados no espaço físico daquela universidade durante os três dias que estarão na capital. É um absurdo político! E eu falo isso porque na década passada eu ainda era estudante e diretor do Diretório Central dos Estudantes daquela universidade e o primeiro encontro estadual dos sem-terrinha foi dentro da UFSC. Na oportunidade, nós, do DCE, fomos lá ajudar a construir o encontro.

Quero parabenizar a luta deles e dizer que somos solidário a qualquer luta justa da classe trabalhadora e do povo brasileiro, deputada Ana Paula Lima, assim como somos favorável à legalidade, à legitimidade e à justeza da greve dos trabalhadores têxteis de Blumenau, Indaial e Gaspar. Com o salário aviltado, a classe que produz toda a riqueza, quando faz uma greve é tratada pelos grandes meios de comunicação com o silêncio, pelos governos com desprezo e pelo estado, algumas vezes, com repressão.

Somo-me à deputada Ana Paula Lima para dizer que nenhum dos praças de Blumenau, em sã consciência e de vontade própria, está lá ajudando a reprimir os trabalhadores têxteis. Se for o caso, pode-se fazer uma enquete para ver se não é verdade que 90% dos praças não gostariam de estar dentro das portas das fábricas para proteger o lucro e os interesses dos patrões. São os governantes, o secretário da Segurança, o comandante-geral, os coronéis da Polícia Militar e, por que não, o próprio governador do estado, que colocam a instituição e seus servidores para servir de bate pau dos interesses da classe economicamente dominante.

É um absurdo que uma instituição pública, paga com o dinheiro dos impostos de todos os trabalhadores, de toda a sociedade, vá para dentro das fábricas, que são lugares privados, fazer um serviço que não é inerente a uma instituição pública. A Polícia Militar existe proteger a população, 100% população. Ela pode e deve estar lá na região, na área, nas proximidades das fábricas para evitar conflitos entre os trabalhadores e outros servidores, inclusive os seguranças das fábricas. Jamais a Polícia Militar deveria ser usada para abrir piquete em nome de patrão, para coagir trabalhador a trabalhar sem vontade, para impedir o direito de ir e vir dos trabalhadores.

Então, nós estamos fazendo este pronunciamento para pedir às autoridades do governo, inclusive ao governador do estado, ao vice-governador, ao secretário da Segurança Pública, que olhem essa questão, porque a Polícia Militar é uma instituição pública do povo catarinense e não pertence ao dono da Cremer, da Malharia Bom Retiro ou das Linhas Círculo! A Polícia Militar é pública e deve trabalhar para o público e não para os donos das fábricas.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

A SRA. PRESIDENTE (Deputada Ana Paula Lima) - Ainda dentro do horário destinado aos Partidos Políticos, o próximo horário pertence ao PMDB.

Com a palavra o sr. deputado Moacir Sopelsa por até 16 minutos.

SR. DEPUTADO MOACIR SOPELSA - Sra. presidente, deputada Ana Paula Lima, eu vou dividir o tempo do nosso partido com o deputado Romildo Titon.

Venho à tribuna desta Casa hoie. srs. deputados, sra. deputada, para falar acerca do domingo próximo passado, dia 12 de outubro, no qual se comemorou o dia de Nossa Senhora Aparecida, padroeira do nosso país.

Dia 12 de outubro também foi o Dia da Criança. O que temos de mais importante na vida de cada um de nós são as crianças, os nossos filhos, os nossos netos e bisnetos. Além disso, dia 12 de outubro foi o dia do engenheiro agrônomo também, que tem dado uma contribuição muito grande para o desenvolvimento do nosso estado e do nosso país. A data dedicada ao engenheiro agrônomo foi oficializada em 12 de outubro de 1933, e quem assinou o decreto foi o nosso presidente, à época, Getúlio Vargas, embora a profissão de engenheiro agrônomo já existisse desde o governo imperial, através das duas primeiras escolas de agronomia, sendo uma na Bahia desde 1875 e outra desde 1883, em Pelotas, no Rio Grande do Sul.

Segundo o presidente do Seagro -Sindicatos dos Engenheiros Agrônomos, no nosso estado atuam cerca de 3.800 profissionais, sendo que aproximadamente 30% estão no serviço público estadual e federal. Os outros estão no setor privado e no setor autônomo.

O engenheiro agrônomo, a quem eu quero me referir hoje, deputado Romildo Titon, tem e teve uma importância muito grande no nosso país, desenvolvimento do especificamente, deputada Ana Paula Lima, no desenvolvimento do estado de Santa Catarina.

Com o nosso setor produtivo e com o setor dos médicos veterinários, o trabalho do engenheiro agrônomo coloca Santa Catarina como o maior produtor de suínos do país, o segundo maior produtor de aves do país, o décimo maior produtor de milho. E aqui quero fazer um parêntese no que diz respeito à produção de milho em Santa Catarina. Somos grandes sumidores de milho, consumimos mais de cinco milhões de toneladas de milho por ano, devido à grande produção de suínos, à grande produção de aves e ao grande consumo que nós temos nesses dois setores. Realmente, Santa Catarina vem crescendo nessa produção ano após ano.

produzimos Nós na 2006/2007 3.860 toneladas de milho; na 2007/2008 nós passamos para 4.190 milhões de toneladas, diminuindo o déficit de milho de 1.410 milhão de toneladas, que precisávamos importar, para 1.180 milhão de toneladas. Isso significa que a tecnologia, deputado Silvio Dreveck, desses profissionais foi aceita pelos nossos produtores. E eu vi há pouco os filhos dos nossos agricultores da agricultura familiar, os nossos jovens do campo. Infelizmente, às vezes temos dificuldade em mantê-los na atividade, porque nem sempre atividade é compensatória.

Deputado José Natal - e v.exa. tem aqui uma vivência mais perto dos grandes centros, mais perto da nossa capital -, não sabemos o porquê das cidades encherem tanto, não sabemos porque os bairros, as periferias dos grandes centros, enchem de pessoas a cada ano que passa. Acredito que por trás disso está o fato de não termos uma política de preço, uma política de garantia para o nosso produtor.

Deputado Professor Grando, v.exa. foi prefeito desta capital. E v.exa. vem de uma região de agricultura familiar, de pequenos agricultores, do interior do Rio Grande do Sul, que hoje está numa linha de desenvolvimento diferente, onde o vinho transformou aquela região em uma região de apresentação de outras atividades diversificadas para a nossa agricultura.

Então, faço aqui uma homenagem a esses profissionais, que ao longo de suas histórias, às vezes, nem reconhecidos são, com um salário justo, de acordo com o trabalho que prestam, mas que assim mesmo procuram levar tecnologia para o desenvolvimento, para o crescimento do nosso estado, para que o nosso estado produza aquilo que temos de mais sagrado, o alimento.

Deputado Romildo Titon, v.exa. usará o tempo que resta do nosso partido e faço questão que o use.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

À SRA. PRESIDENTE (Deputada Ana Paula Lima) - Ainda dentro do horário reservado ao PMDB, fará uso da palavra o sr. deputado Romildo Titon.

O SR. DEPUTADO ROMILDO TITON -Companheiro bom o deputado Moacir Sopelsa, não é deputado Manoel Mota? Ele divide o horário certinho com os companheiros. Mas quero saudar a nossa presidente, deputada Ana Paula Lima, que está presidindo os trabalhos, e todos os colegas deputados.

Não estive presente na semana passada, mas desejo um bom retorno a todos os parlamentares, depois do calendário especial que tivemos, devido às eleições. E é nesse sentido que quero deixar aqui algumas que acredito palavras, eis ane nós. parlamentares, estamos frequentemente na atividade política, principalmente num momento como esse em que saímos do embate eleitoral das prefeituras, das Câmaras de vereadores. Enfim, todos os parlamentares aqui estiveram empenhados nessa luta, alguns candidatos, outros não. Mas a grande maioria esteve empenhada na luta junto aos seus companheiros partidários, para obter o melhor resultado.

Agora, vejo que é um momento de avaliação. deputado Manoel Mota, uma avaliação do momento político que vivemos, de uma nova era das eleições. Este é o momento em que muitos colhem os frutos daquilo que plantaram; outros esperavam resultados bons, mas não obtiveram. E uma avaliação que se pode fazer, muito positiva, deste ano é que estamos tendo cada vez mais um amadurecimento político maior, eis que adentramos a um novo modelo de se fazer política, tirando do cenário político aqueles que pregam a violência, que pregam somente a crítica, aqueles que não pregam uma proposta de trabalho.

Saímos da era dos comícios. Este ano foi o veredicto de que comício está saindo da moda. E entram aqueles que têm mais criatividade, aqueles que erram menos, porque na política todos nós erramos, todos os candidatos erram, e têm resultado positivo aqueles que erram menos, com exceções, é lógico, que temos que presenciar.

Quero dizer, meu nobre líder Manoel Mota, que na nossa região nos empenhamos quase que 90 dias, embrepelas nhado no campo, trabalhando coligações e pelas chapas puras do nosso partido. E trouxemos um resultado bastante positivo, com municípios de porte médio para grande. Reconquistamos algumas prefeituras, mantivemos outras, mas poderíamos dizer que a região que represento, como é a nossa querida Campos Novos, a nossa Videira, a nossa Fraiburgo, Capinzal, Tangará, Monte Carlo, Brunópolis, Abdon Velho, Lacerdópolis. Herval Batista. Luzerna, Piratuba e outros municípios que poderíamos citar, a partir do ano que vem será comandada pelo nosso partido.

Participamos com sucesso também outras coligações em que estivemos juntos, das mais variadas dentro do estado. E na minha região também não foi diferente. Com vários partidos políticos constituídos, tivemos parceria com cabeça de chapa ou com vice, participando de um modo geral das eleições.

Então, acredito ter tido um resultado bastante positivo. Não é mérito meu e sim dos candidatos, dos partidos, das equipes, que se formaram e obtiveram um resultado bastante favorável ao nosso partido, somando-se às 111 prefeituras, que comandadas pelo nosso partido a partir do ano que vem.

O Sr. Deputado Manoel Mota - V.Exa. nos concede um aparte?

O SR. DEPUTADO ROMILDO TITON -

O Sr. Deputado Manoel Mota - Nobre deputado, desejo cumprimentá-lo pelo seu trabalho sério, dedicado, com muita garra e determinação, que foi buscar resultados tão importantes para uma região.

Acredito que Santa Catarina foi o estado que alcançou maior índice de sucesso. Por isso, em nome da minha bancada, quero cumprimentar v.exa. e gostaria de dizer que vale a pena trabalhar com amor, garra, sem ódio, construindo um novo modelo, uma nova proposta para Santa Catarina e para os municípios. E v.exa. soube muito bem fazer isso na sua região.

Parabéns, deputado, e continue assim, porque os resultados aparecerão. É evidente que quem planta colhe. E v.exa. plantou e está colhendo.

O SR. DEPUTADO ROMILDO TITON -Acredito que todos os deputados se esforçaram dentro dos seus princípios, dos seus partidos, como das próprias coligações.

Eleição é um conjunto de forças. E todos nós que entramos nelas temos que estar preparados para ganhar ou perder. Infelizmente, alguns ainda não perder. Mas o amadurecimento, deputado Pedro Uczai, que aconteceu na política este ano deixou-me muito feliz, porque tenho uma linha de trabalho um pouco diferente. Sempre procurei espalhar paz, alegria, fazer política com o coração. Essa sempre foi a minha forma de fazer política. Mas muitas vezes encontramos muita resistência em alguns locais que tinham a prática da política bastante difícil de ser entendida pela própria população. Acho que o amadurecimento vem a cada eleição que passa e colocando-se em prática a criatividade dos candidatos.

Vimos a soma de esforços de um grande número de candidatos, não só a prefeito como também a vereador, partindo para o lado da criatividade, trazendo novas propostas e mostrando um novo rumo para os seus municípios.

Acho que isso para nós, que militamos na vida pública, é um ponto positivo muito grande. Mas é uma pena que a corrupção eleitoral ainda continue, por mais que o cerco tenha sido apertado. Ainda existe uma dificuldade muito grande, por parte do Tribunal Eleitoral, quanto ao controle da corrupção eleitoral. Mas aos poucos, se Deus quiser, saem de cena os políticos que trabalham dessa forma. Mas registro aqui a minha satisfação de poder trazer resultados positivos, tanto Campos Novos, com uma vantagem de 5.000 votos, como de Videira, com 5.000 votos, Fraiburgo e Capinzal com 2.000 votos...

(Discurso interrompido pelo término do horário regimental.)

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

À SRA. PRESIDENTE (Deputada Ana Paula Lima) - O Próximo horário pertence ao PSDB. Quem fará uso da palavra é o sr. deputado Nilson Gonçalves, por até nove minutos.

0 DEPUTADO NILSON SR. GONÇALVES - Sra. presidente, srs. deputados, o orador que me antecedeu falou com bastante propriedade sobre esse momento que vivenciamos em Santa Catarina. Momento político de ressaca cívica e, evidentemente, ainda com alguns respingos, com algumas sequelas. Em muitos municípios de Santa Catarina. algumas vozes rancorosas sobressaem àqueles que aceitaram resultado das urnas.

Ainda em ritmo de campanha, em dois municípios de Santa Catarina, como é o caso de Joinville, temos o embate da coligação liderada pelo PT e da coligação liderada pelo PMDB. Aqui em Florianópolis também, ou seja, temos a coligação liderada pelo PMDB medindo forças com o PP. São os dois únicos lugares onde teremos segundo turno em Santa Catarina

Quero aproveitar esse horário reservado ao PSDB para fazer algumas colocações sobre as eleições dos municípios da região de Joinville, que poderíamos chamar de municípios da região metropolitana de Joinville ou municípios que formam a nossa Grande Joinville.

Poderia começar pelo município de Araquari, onde tínhamos uma possibilidade muito pequena de vitória. Lá, o exprefeito, o Chico, Francisco Garcia, uma liderança incontestável naquele município, teve a oportunidade de ser prefeito por duas vezes. E exercendo uma liderança política muito forte, fez o seu substituto e agora ele próprio, Francisco Garcia, pretendia retornar ao poder naquela prefeitura.

O vice-prefeito, que é do PSDB, o sr. Paulino, tentou de todas as maneiras uma coligação ampla com o partido liderado pelo Francisco Garcia, que no meu modo de entender acabou subestimando capacidade desse grupo político Araquari, tanto do PMDB, quanto do PSDB. E partiram para uma campanha com as pesquisas dando amplas e totais possibilidades de vitória ao líder político Francisco Garcia. Mas no desenvolvimento da campanha tivemos a oportunidade de cerrar fileiras com os companheiros do PMDB e do PSDB. E acabamos com uma total reviravolta naquele município. Inclusive, no último dia de campanha, em que eu estava com o candidato a prefeito num trio elétrico, detidos pela Polícia Militar. Explicamos a eles que o que fazíamos era legal, mas quando já quase terminava o dia fomos cercados por mais três viaturas.

Parecia uma coisa cinematográfica, aquelas viaturas todas e tudo mais. Foi um espetáculo que acabou beneficiando a todos nós, de Araquari, porque quase tivemos um comício. Na verdade, o povo, que só vinha nas portas e janelas dar um aceno, acabou formando uma grande aglomeração no nosso entorno e quase fizemos um comício. Só não fizemos porque estava meio complicado, pois havia uma determinação de um promotor de São Francisco do Sul para que fôssemos levados até aquele fórum e tudo mais. Isso no último dia, na última hora. E para nossa alegria, o povo de Araquari acabou consagrando a dupla café com leite, João Pedro e Paulino, para conduzir os destinos do município nos próximos quatro anos. Quero externar aqui os meus parabéns àqueles

Quero agora dar um abraço todo prefeito especial ao Massaranduba, Fernando, a quem eu disse lá no meu escritório, na casa amarela, no momento em que ele estava indeciso: "Fernando, você é um homem de fibra, você vai chegar, eu vou lutar com você lá em Massaranduba e nós vamos fazer aquela eleição". Fomos para uma campanha contra um líder político que já tinha sido quatro vezes prefeito de Massaranduba, o prefeito Como ele não podia candidatar, colocou um elemento de sua confiança para dar continuidade à sua forma de administrar o município. O agora prefeito Fernando tinha muito pouca esperanca de concretizar uma vitória. Fomos para lá, lutamos, gastamos sola de sapato. Um verdadeiro querreiro esse Fernando do PSDB, que acabou obtendo uma vitória histórica em Massaranduba, na qual me sinto incorporado. Foi espetacular! Quero deixar aqui os meus parabéns àquele novo prefeito de Massaranduba.

Quero parabenizar o meu amigo Ervino, lá de Itapoá, que também retorna à prefeitura do município, pelo PSDB, com quem tive a oportunidade de trabalhar, a quem incentivei e com quem cerrei fileiras. É bom vê-lo novamente na prefeitura de Itapoá, ele que é um exemplo de administrador, de honestidade, de transparência e que agora retorna à direção daquele município.

Quero dar os parabéns também ao Samir, de Barra Velha, com quem arregaçamos as mangas, trabalhamos e vimos ser eleito o cidadão mais velho a assumir uma prefeitura. Samir, com a idade de 77 anos, que muitos já achavam que la botar um chinelinho no pé e um pijaminha, está aí arregaçando as mangas para tocar um município por mais quatro anos. Parabéns ao Samir e a todos aqueles com quem lutamos e não conseguiram alcançar os seus objetivos, mas com certeza mostraram luta e decência na campanha.

Era o que tinha a dizer. Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

À SRA. PRESIDENTE (Deputada Ana Paula Lima) - Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos são destinados ao PT.

Com a palavra o deputado Pedro Baldissera, por até nove minutos.

O SR. DEPUTADO PEDRO BALDISSERA - Sra. presidente, sras. deputadas e srs. deputados, aproveito o horário do PT para falar um pouco sobre o que se tem colocado em vários momentos a respeito das eleições municipais.

Srs. deputados, não resta dúvida nenhuma de que foi mais uma experiência aue buscou algumas mudanças diante de diferentes que discorriam sobre as resoluções questões eleitorais por parte do TSE, que de uma forma ou de outra tem trazido algumas posturas diferentes ao debate, à discussão das eleições municipais do primeiro turno e que agora acontecerão, em alguns municípios, no segundo turno.

Mas quero dizer que, mesmo diante medidas de uma série de encaminhadas, nós percebemos que de uma forma ou de outra é preciso, é necessário que este nosso país encaminhe o quanto antes, o mais rapidamente possível a reforma política. Não dá mais! . Não dá mais para, a cada quatro anos, vivenciarmos contradições enormes e às vezes ficarmos sem argumentos para fazer a discussão, o debate com a sociedade, com os eleitores e com as eleitoras. É preciso com urgência que se dê algum encaminhamento no que diz respeito à condução da política no país.

Eu sei que o Partido dos Trabalhadores vem discutindo isso em nível nacional, coletando assinaturas para propor à sociedade brasileira uma Assembléia Nacional Constituinte para tratar da questão políticopartidária em nosso país. Isso é mais do que urgente.

Eu estive participando, em inúmeros municípios, deste pleito eleitoral. Não dá mais para admitir que candidatos troquem de partido político ano após ano. Há pessoas que nesses 20 anos de democracia já trocaram dez vezes de partido. Onde fica a questão da fidelidade? Cria-se uma confusão enorme na cabeça dos nossos eleitores e eleitoras.

Por outro lado, não dá mais para aceitar, para admitir, numa sociedade democrática, numa sociedade de direito - e aqui é um pouquinho uma confissão -, encontrar cadernos de coordenadores de campanha onde se lê o nome da pessoa e ao lado o valor que seria depositado e pago. Não dá mais para aceitar! Não dá mais para admitir que o abuso e o poder econômico ainda predominem em cima da opção livre e democrática dos cidadãos e cidadãs.

Infelizmente, e eu posso confessar aqui, enfrentamos uma das piores eleições no que diz respeito ao abuso do poder econômico, praticado por muitos e muitos candidatos e candidatas pelo nosso país afora.

Srs. deputados, a sociedade brasileira não agüenta mais, não suporta mais! É preciso que se pense com urgência numa reforma política, mas sinceramente que ela venha da base, porque eu não acredito em uma reforma política com aquilo que temos aí. Não acredito! Sinceramente, faço um esforço terrível, enorme para confiar e acreditar, mas não dá, até pelo descrédito que a própria sociedade tem em relação à classe política.

Então, acho que a verdadeira reforma política é aquela que vai nascer do debate e da discussão com a sociedade. Se os Parlamentos proporcionarem esse debate e essa possibilidade, aí, sim, nós poderemos fazer uma grande transformação na condução política do nosso país.

O Sr. Deputado Pedro Uczai - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO PEDRO BALDISSERA - Eu sei que v.exa. está, como sempre, pronto para fazer alguma ponderação e por isso faço questão de ouvi-lo como líder da nossa bancada.

O Sr. Deputado Pedro Uczai - Quero cumprimentá-lo, deputado Pedro Baldissera, por trazer esse tema neste momento porque as eleições explicitam a democracia, mas mostram, por outro lado, as mazelas, a podridão do sistema eleitoral brasileiro. Dessa forma, é preciso denunciar para aperfeiçoá-lo.

O ministério da Justiça, através do governo Lula, está fazendo mais uma iniciativa e pedindo sugestões sobre a questão da fidelidade partidária, do financiamento público de campanha, do voto em lista e de mais outros pontos. Então, a sociedade brasileira está disposta a participar. Por outro lado, o Partido dos Trabalhadores não acredita muito nessa possibilidade porque o atual Congresso não vai votar. É preciso uma Constituinte exclusiva para fazer a reforma política no país.

Por isso quero cumprimentá-lo, porque essa teimosia de pleitear uma nova reforma política é necessária e imprescindível. Porque não adianta só falar em "mensalão", como se fez no ano passado. A verdade é que nas eleições municipais continuou o caixa dois, o desvio de dinheiro, o abuso do poder econômico, a corrupção aberta e escancarada. Ontem eu peguei dois bilhetes para compra de gasolina. Consta o número do cheque, mas não sei quem é o candidato, mas desconfio de um. Temos que fazer investigação, mas há o sigilo bancário e não podemos fazer nada.

Parabéns pelo seu pronunciamento! O SR. DEPUTADO PEDRO BALDISSERA Obrigado, deputado Pedro Uczai.

Então, quero mais uma vez, reafirmar a necessidade urgente de se fazer a reforma política em nosso país.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

À SRA. PRESIDENTE (Deputada Ana Paula Lima) - Obrigada, sr. deputado Pedro Baldissera.

Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos são destinados ao PTB.

(Pausa)

Na ausência de representantes do PTB que queiram fazer uso da palavra, os próximos minutos são destinados ao DEM.

(Pausa)

Com a ausência de representantes do DEM que queiram fazer uso da palavra, os próximos minutos são destinados ao PP.

Com a palavra o sr. deputado Kennedy Nunes, por até nove minutos.

O SR. DEPUTADO KENNEDY NUNES -Muito obrigado, sra. presidente, deputada Ana Paula Lima, srs. deputados, sras. deputadas, público que nos prestigia, que nos assiste pela TVAL e que nos ouve pela Rádio Alesc Digital, colegas da imprensa.

Eu venho hoje falar, sra. presidente, de algo que estou preocupado como membro da comissão de Saúde. Nós temos, em Joinville, uma novela antiga que se chama Hospital Materno-Infantil. Eu não vou fazer um histórico aqui porque esta Casa já sabe, os catarinenses já sabem e muito mais os joinvilenses sabem dessa novela. O hospital foi inaugurado em período eleitoral, não foi colocado na sua totalidade em funcionamento, simplesmente pegaram a área de pediatria que havia no Hospital Regional e passaram para lá.

Fomos a Joinville com a comissão de Saúde da Casa e fizemos uma audiência pública. ocasião em que ficou esclarecido e estabelecido que não seria feito o contrato com a tal organização social que tocaria o Hospital Materno-Infantil sem que antes esta Casa, deputado Manoel Mota, soubesse o teor do contrato, pois, afinal de contas, quase R\$ 60 milhões do dinheiro público foram colocados na construção daquele bonito prédio. E agora o governo do estado repassa a administração a uma entidade do Paraná e os deputados, muito menos nós, lá de Joinville, não sabem o teor desse contrato, Nós. da comissão de Saúde, fomos lá, fizemos uma audiência pública e não estamos sabendo do teor do contrato.

Eu trago esta preocupação. Já falei sobre este assunto esses dias. O deputado Herneus de Nadal, líder do governo, também se mostrou preocupado com a situação desse contrato do governo do estado com a organização social do Paraná para tocar o Hospital Materno-Infantil. Mas até agora não sabemos, não temos ciência do teor do contrato.

Estas são as minhas preocupações: financeiramente, quanto o governo do estado vai passar para essa entidade? Quais são os prazos legais que essa entidade terá para colocar em funcionamento o restante do hospital? Qual é o percentual de leitos e de espaço que essa entidade poderá "vender", entre aspas, para convênios particulares? Nós não sabemos!

Está lá uma entidade, deputada Ana Paula Lima, que tomou um prédio público com um contrato. Apoderou-se de um prédio público, deputado Silvio Dreveck, meu líder, e está lá, funcionando. Os funcionários de carreira da secretaria estadual da Saúde não sabem se vão ficar ou não. Eu penso que essa também é a preocupação do deputado Nilson Gonçalves, que deve ouvir o clamor dos funcionários da secretaria estadual da Saúde que estão trabalhando no Hospital Materno-Infantil e que não sabem para onde vão. Como vai ficar? Como não vai ficar depois que essa entidade entrou lá? E nós aqui não estamos sabendo.

Eu enviei, hoje, para a secretaria da Saúde um pedido de informação para obter a cópia desse contrato entre o governo do estado e essa entidade social do Paraná para que nós possamos olhá-lo e saber qual é, na verdade, a negociação que o governo do estado fez com essa entidade para colocar a funcionar o Hospital Materno-Infantil.

Não é compreensível, nós não conseguimos entender como é que o governo do estado vai repassar para uma organização social um hospital para que ela toque com o mesmo dinheiro que ele gastaria para colocar a funcionar, sem que essa organização social cobre alguma coisa. A organização social é a maneira que se descobriu, juridicamente, de fazer com que se possa pagar os membros da entidade.

Como membro da comissão de Saúde, eu venho aqui trazer de novo esse assunto porque, juntamente com os deputados Nilson Gonçalves e Darci de Matos, estamos preocupados com essa situação.

Há um hospital lá, que recebeu R\$ 60 milhões de dinheiro público, que está pronto e que agora foi repassado para uma entidade, para uma organização social tocar. E a nossa preocupação, deputado Nilson Gonçalves, é que daqui a pouco os pais de Joinville irão chegar lá e a pergunta no balcão será a seguinte: "O senhor é SUS ou tem plano de saúde, convênio? Se for SUS, aquela é a fila; se for plano de saúde, convênio, o senhor senta aqui, que já iremos atendê-lo".

Por que isso? Porque eu não sei! Nós aqui não sabemos, não temos a informação, por exemplo, sobre o percentual de leitos que essa entidade irá poder repassar aos convênios para ter um dinheiro a mais e tocar o hospital. Nós não sabemos.

Essa tem sido a minha preocupação. E eu, como membro da comissão de Saúde, fico extremamente chateado pelo fato de a secretaria da Saúde do estado de Santa Catarina não respeitar o que foi estabelecido em ata. Na audiência pública feita em Joinville, ficou estabelecido com a secretária Carmem Zanotto, com a Ana Maria Jansen, que é diretora do Hospital Regional lá, e com os outros integrantes da saúde estadual que não seria assinado o convênio sem antes esta Casa, deputado Pedro Baldissera, e a comissão de Saúde saberem o teor desse contrato.

Nós temos esse direito e, mais ainda do que direito, a responsabilidade de saber quais são os contratos e os acordos feitos pelo governo do estado quando se trata de saúde pública, de dinheiro público, de dinheiro do SUS lá investido!

E pudemos constatar que a nossa população ainda pena. Dias atrás, um pai, que carregava o seu filho que estava com uma fratura exposta decorrente de um atropelamento, deputado Antônio Aguiar - e v.exa. é um grande ortopedista -, foi ao Hospital São José e não o atenderam; foi ao Regional e não o atenderam; voltou para o São José, no setor de traumatologia, e não o atenderam; voltou para o Regional, que é a indicação pediátrica, e não o atenderam. Enquanto isso o hospital está lá agora na mão de uma organização social, que não sabemos qual é o teor do contrato entre o governo do estado e aquela entidade.

Nós temos a responsabilidade e o dever de fiscalizar isso. E eu irei trazer à tona todo esse processo aqui, doa a quem doer! Mas a comunidade de Santa Catarina saberá qual o contrato e também qual a parte que a organização social poderá passar para os convênios. É injusto dinheiro público ser colocado à disposição de convênios que já ganham muito!

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

A SRA. PRESIDENTE (Deputada Ana Paula Lima) - Muito obrigada, sr. deputado.

Passaremos à Ordem do Dia, conforme o nosso art. 102.

Esta Presidência comunica que serão enviadas aos destinatários as Indicações n.s: 0384/2008, de autoria do deputado Reno Caramori; 0385/2008, de autoria do deputado Silvio Dreveck; e 0386/2008 e 0387/2008, de autoria do deputado Dirceu Dresch, conforme determina o art. 206 do Regimento Interno.

 $\,$ O Sr. Deputado Dirceu Dresch - Pela ordem, sra. presidente.

A SRA. PRESIDENTE (Deputada Ana Paula Lima) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Dirceu Dresch.

O SR. DEPUTADO DIRCEU DRESCH - Sra. presidente, eu sou a favor dessa indicação porque há urgência no processo de recuperação da rodovia que liga o município de Chapecó a Palmitos, principalmente nesse trecho. Eu transitei por lá ontem e ele está extremamente perigoso, cheio de buracos exatamente nas curvas e em nossa avaliação poderá haver acidentes muito em breve naquela rodovia, pela situação em que se encontra.

Então, há necessidade de recuperação muito urgente daquela rodovia pelas lideranças, pelos responsáveis no estado.

Obrigado!

A SÃA. PRESIDENTE (Deputada Ana Paula Lima - Muito obrigada, sr. deputado.

Requerimento de autoria do deputado Renato Hinnig, que solicita o envio de mensagem telegráfica ao governador do estado, cumprimentando-o pela assinatura do Decreto n. 1.692/2008.

A Presidência defere de plano.

Requerimento de autoria do deputado Jailson Lima, que solicita o envio de mensagem telegráfica ao escritor Cristóvão Tezza, cumprimentando-o pela conquista do 50º Prêmio Jabuti 2008.

A Presidência defere de plano.

Requerimento de autoria do deputado Jailson Lima, que solicita o envio de mensagem telegráfica à diretoria da Unimed de Blumenau, cumprimentando-a pela participação na final do 14º Prêmio de Marketing e 4º Prêmio de Comunicação entregues na 38ª Convenção Nacional das Unimeds.

A Presidência defere de plano.

Requerimento de autoria do deputado Jean Kuhlmann, que solicita o envio de mensagem telegráfica ao ministro da Saúde, pedindo medidas para que o medicamento Palivizumabe seja incluído na lista de remédios disponibilizados pelo SUS.

A Presidência defere de plano.

Requerimento de autoria da deputada Ana Paula Lima, que solicita o envio de mensagem telegráfica às prefeituras eleitas em Santa Catarina, cumprimentando-as pela expressiva vitória nas eleições do último dia 5 de outubro.

A Presidência defere de plano.

Requerimento de autoria da deputada Ana Paula Lima, que solicita o envio de mensagem telegráfica à direção do Hospital Santa Isabel, cumprimentando-a pelos 99 anos de fundação.

A Presidência defere de plano.

Requerimento de autoria da deputada Ana Paula Lima, que solicita o envio de mensagem telegráfica ao reitor da Univali, cumprimentando-o pela passagem dos 44 anos de fundação daquela universidade.

A Presidência defere de plano.

Sobre a mesa requerimento de autoria do deputado Serafim Venzon, que solicita o envio de mensagem telegráfica ao padre Léo Heck, manifestando pesar pelo falecimento do padre Pedro Paloschi, membro atuante junto à comunidade.

A Presidência defere de plano.

O Sr. Deputado Serafim Venzon Pela ordem, sra. presidente.

A SRA. PRESIDENTE (Deputada Ana Paula Lima) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Serafim Venzon, autor do requerimento.

O SR. DEPUTADO SERAFIM VEZON - Sra. presidente, no dia 8 de outubro, quarta-feira da semana passada, o padre Pedro Paloschi vinha de uma reunião de padres que aconteceu em Corupá, próximo a Jaraguá do Sul, e inexplicavelmente seguiu reto numa sinaleira que era para virar à direita. Provavelmente o padre Pedro Paloschi, que tinha 65 anos e um corpo robusto, deve ter tido um enfarto cardíaco, tendo, naturalmente, perda de consciência e por isso seguiu reto e bateu contra uma árvore. Decorrente disso, na madrugada do dia 12 de outubro veio a falecer no Hospital São José, em Jaraguá do Sul.

O padre Pedro Paloschi foi vigário em Brusque, Guabiruba, Botuverá, Cianorte, no Paraná, em Joinville, e por todos os lugares por onde passou deixou saudades pela forma como tratava as pessoas e todos os paroquianos. Ele recebeu uma grande e justa homenagem de Jaraguá do Sul e por parte do povo de Botuverá, e por isso quero também, através desta Casa, prestar a minha homenagem.

Muito obrigado!

A SRA. PŘESIDENTE (Deputada Ana Paula Lima) -Muito obrigada, deputado.

Moção de autoria do deputado Silvio Dreveck, solicitando ao coordenador do Fórum Parlamentar Catarinense apoio e aprovação ao Projeto de Lei n. 0058/2003, de autoria do senador Paulo Pain.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem a queira discutir, encerramos sua discussão.

O Sr. Deputado José Natal - Peço a palavra, pela ordem, sra. presidente.

A SRA. PRESIDENTE (Deputada Ana Paula Lima) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado José Natal.

O SR. DEPUTADO JOSÉ NATAL - Sra. presidente, peço permissão ao autor da moção para subscrevê-la.

(O deputado Silvio Dreveck aqui-

A SRA. PRESIDENTE (Deputada Ana Paula Lima) - Com a aquiescência do deputado Silvio Dreveck, o deputado José Natal poderá subscrever esta mocão.

Em votação.

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Moção de autoria da bancada do Partido dos Trabalhadores, solicitando ao presidente do Sindicato dos Bancários de Santa Catarina e ao presidente da Federação Nacional dos Bancos esforços para resolver, de forma consensual e negociada, a greve dos trabalhadores em estabelecimentos bancários.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem a queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Moção de autoria do Partido dos Trabalhadores, solicitando ao presidente do Sindicato Patronal dos Têxteis, ao presidente da Fiesc e ao presidente do Sindicato dos Trabalhadores Têxteis de Blumenau, Gaspar e Indaial esforços para resolver, de forma consensual e negociada, a greve dos trabalhadores das indústrias têxteis sem descontos dos dias parados.

Em discussão.

O Sr. Deputado Sargento Amauri Soares - Peço a palavra, pela ordem, sra. presidente.

A SRA. PRESIDENTE (Deputada Ana Paula Lima) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Sargento Amauri Soares.

O SR. DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES - Sra. presidente, eu queria parabenizar a bancada do Partido dos Trabalhadores pela iniciativa desta moção e também pela moção lida e aprovada anteriormente, a de n. 0138/2008, que fala sobre o mesmo assunto. A primeira trata sobre a greve dos bancários e a segunda, em discussão agora, trata sobre a greve dos trabalhadores das indústrias têxteis de Blumenau, Gaspar e Indaial.

Da mesma forma, gostaríamos de pedir, então, para subscrever as duas mocões dizendo que sempre fomos favoráveis à resolução pacífica, sem necessidade de confronto entre os trabalhadores е 08 patrões. posicionando nos ao lado do direito dos trabalhadores, principalmente daquelas categorias mais aviltadas do ponto de vista salarial, que é o caso dos bancários e é também, e talvez mais ainda, o caso dos operários e das operárias têxteis da cidade de Blumenau e região.

Assim sendo, eu gostaria de subscrever essas moções, defender essa tese e estar à disposição para a saída negociada desse conflito e, quiçá, com a vitória dos trabalhadores.

Muito obrigado!

A SRA. PRESIDENTE (Deputada Ana Paula Lima) - Continua em discussão.

Ó Sr. Deputado Pedro Uczai - Peço a palavra, sra. presidente.

A SRA. PRESIDENTE (Deputada Ana Paula Lima) - Com a palavra o sr. deputado Pedro Uczai

O SR. DEPUTADO PEDRO UCZAI - V.Exa. já se manifestou na tribuna sobre a importância desse momento de conflito, que é um direito legítimo e legal de fazer greve quando as negociações não se dão dentro do contentamento da coletividade.

Por isso essa moção caminha na direção de que o Parlamento catarinense apóia o movimento das mulheres, principalmente dos trabalhadores têxteis, mas, mais do que isso, de que haja uma negociação decente e digna para os trabalhadores.

Por essa razão queremos o apoio de todos os deputados e que não haja violência para que o direito delas seja conquistado, como também as condições de trabalho, até porque a saúde das trabalhadoras geralmente está comprometida pelo sofrimento e excesso de trabalho.

Então, a discussão não é só salário, é condições de vida e de trabalho, a fim de que elas possam trabalhar dignamente, além de receber um salário digno.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

A SRA. PRESIDENTE (Deputada Ana Paula Lima) - Continua em discussão.

(Pausa)

Não havendo mais quem a queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada, com a assinatura do deputado Sargento Amauri Soares nas duas mocões.

O Sr. Deputado Pedro Uczai - Peço a palavra, pela ordem, sra. presidente.

A SRA. PRESIDENTE (Deputada Ana Paula Lima) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Pedro Uczai.

O SR. DEPUTADO PEDRO UCZAI - Sra. presidente, nós queríamos fazer o registro de algumas lideranças que se encontram aqui conosco no plenário: do Deonir Luiz Ferronatto, prefeito de Saltinho; do Dilair Menin, viceprefeito de Caibi, e do Rubens Diniz, do departamento de agricultura da prefeitura de Caibi.

Sejam todos bem-vindos à Casa Legislativa, em meu nome e em nome do deputado Herneus de Nadal!

A SRA. PRESIDENTE (Deputada Ana Paula Lima) - Feito o devido registro, passemos agora para os pedidos de informação.

Pedido de informação de autoria do deputado Joares Ponticelli, a ser enviado ao sr. governador do estado, solicitando informações sobre o processo licitatório para execução das obras da segunda etapa do Aeroporto Regional Humberto Ghizzo Bortoluzzi, no município de Jaguaruna.

Em discussão.

O Sr. Deputado Joares Ponticelli -Peço a palavra, sra. presidente.

A SRA. PRESIDENTE (Deputada Ana Paula Lima) - Com a palavra, para discutir, o sr. deputado Joares Ponticelli.

DEPUTADO SR. **JOARES** PONTICELLI - Sra. presidente, srs. deputados e catarinenses que nos acompanham, matéria volta a preocupar a nossa comunidade regional, deputado Décio Góes, e no dia de hoje os jornais diários de Tubarão e da região voltam a noticiar, com muita preocupação, essa novela que se arrasta já há algum tempo: a do nosso Aeroporto Regional de Jaguaruna.

Para que v.exas. possam retomar assunto, rememorar um pouco essa questão, eu quero informar que desde o ano 2000 nós estamos levando adiante as tratativas para a construção do nosso Aeroporto Regional. Os governos ainda de Esperidião Amin e de Fernando Henrique Cardoso, uma vez que essa obra é financiada 70% pelo governo federal e 30% pelo governo estadual, iniciaram essa obra, sendo concluída já no ano de 2003 a primeira etapa do Aeroporto Regional, que é a conclusão da pista, com 2.500 metros, deputado Romildo Titon.

De 2003 para cá, deputado Silvio Dreveck, nós estamos nessa luta para ver efetivamente concretizada a segunda etapa do Aeroporto porque temos uma grande pista concluída, jogada à própria sorte ao longo de quase cinco anos, uma vez que a segunda etapa, que é a construção do terminal de passageiros e aquisição dos equipamentos para colocá-los em funcionamento, ainda não foi feita.

A parte do governo federal, deputado Décio Góes, está assegurada pela ação da nossa senadora Ideli Salvatti, que é a construção da via de acesso da BR-101, no trevo do município de Sangão até o Aeroporto Regional. Toda essa parte está equacionada, as lideranças da região estiveram junto com a senadora Ideli Salvatti em várias oportunidades e o Orçamento da União assegurará os recursos para a implementação compromisso do governo federal, já a partir do próximo ano.

Com relação à parte referente ao governo do estado, que é a construção do terminal, essa novela já se arrasta por um longo período. E nesta Casa nós temos cobrado com frequência, deputado Antônio Aguiar, ações efetivas por parte do governo nessa direção. O meu primeiro pedido de informação foi encaminhado no dia 17 de agosto de 2005 ao então secretário Mário Mariani, questionando como estavam os encaminhamentos da segunda etapa aeroporto. No dia 17 de agosto de 2005, deputado Décio Góes, foi o primeiro pedido de informação que fizemos, pois naquela época já estávamos preocupados com o atraso.

No dia 23 de março de 2007 fiz o segundo pedido de informação, que esta Casa aprovou, solicitando informações sobre o início das obras da segunda etapa.

No dia 2 de abril de 2008 fiz um pedido novamente questionando porque o edital estava prometido para ser lançado, como v.exa. sabe, cobrou e participou. No mês de fevereiro deste ano era para ter sido lançado o edital já com o início das obras em seguida.

No dia 2 de setembro último fiz um novo pedido de informação acerca desse processo licitatório que até hoje, desde o começo do ano, ninguém sabe como se encontra.

E hoje, para nossa negativa surpresa, o jornal Notisul traz a seguinte matéria:

(Passa a ler.)

"Aeroporto regional: [...] Tribunal de Contas do Estado (TCE) encontrou cinco irregularidades no edital [...]" e determina a anulação do edital.[sic]

Deputado Pedro Uczai, estamos desde 2005 questionando esse processo, pedindo cópias, através de pedidos de informação, e assim como eu agiram também os deputados Décio Góes, Genésio Goulart e tantos outros parlamentares do sul. Mas estou falando aqui daquilo que fiz. Foram quatro pedidos de informação nesses três anos e o governo até hoje não nos forneceu informações concretas.

Marcou meia dúzia de datas para entregar o edital para começar as obras e agora, quando achávamos que a ordem de serviço estava pronta para que fosse iniciada a segunda etapa, responsabilidade do governo do estado, uma vez que o governo federal já está com tudo pronto para, no próximo ano, executar a via de acesso... E aí vamos ter a parte do governo federal pronta. A via de acesso e a pista estarão prontas e a parte do estado, que é o terminal de passageiros, ainda está sem notícias.

A notícia que recebemos é de Tribunal apontou aue Ω cinco irregularidades no edital informações, com a determinação do cancelamento caso não sejam supridas irregularidades apontadas essas edital.

Começo a pensar, deputado Silvio Dreveck, e agora com elementos para isso, que tudo que o governo disse até aqui ao longo desses quase cinco anos não passou de marola política, de mais uma ação de muita falácia e nenhuma ação. Os erros que estão apontados aqui no edital são admite primários que não se elaboração de qualquer edital.

Para este deputado está ficando muito claro! Por isso estou encaminhando mais um pedido de informação solicitando uma cópia do relatório circunstanciado do processo licitatório, porque a impressão que começo a ter é de que o governo erra propositalmente o edital, o que já ensejou uma série de demandas por parte das empresas participantes do certame. E agora o Tribunal, no cumprimento do seu papel, observando e constatando as irregularidades, os erros, determina a correção ou anulação, e aí há a retomada do início do processo licitatório. E aquela data, que era de fevereiro de 2008, para começar as obras, quem sabe ficará para 2009, 2010 ou quando este governo na pior das hipóteses em acabar. fevereiro de 2011.

o Tribunal Acho que Superior Eleitoral não vai deixar essa enrolação chegar até lá, mas se a cassação, se justiça não for feita no Tribunal, as urnas farão com o governo que engana, que protela, que marca datas e que não cumpre...

Essa questão do Aeroporto Regional é mais uma das falácias, das promessas, deputado Décio Góes, que tanto o nosso sul do estado tem sentido ao longo desse caminhar. V.Exa. certamente se recorda que desde o acesso da via rápida de Criciúma, da Interpraias, da Serra do Faxinal, as máquinas só roncam na cabeça de um. Parece-me que pararam de roncar, na inconclusão Jaguaruna/Camacho, ligação na Laguna/Jaguaruna. Ou seja, é falácia, promessa, é renovação de promessa em época de campanha, é aquela matança toda de vacas, são churrascadas, foguetes, e passa a eleição, a obra desaparece e a notícia vem falar de cinco irregularidades no edital. A nossa região não pode mais ser tratada desse jeito!

É preciso que o governo entenda de uma vez por todas que as urnas já deram o recado, uma derrota acachapante para o em Araranguá; acachapante em Criciúma; uma acachapante em Tubarão e outra em Laguna. Essa é a resposta! Governador Luiz Henrique e seus quase 100 secretários e secretários adjuntos, ouçam e interpretem os recados das urnas do sul do estado. Derrota nas quatro grandes cidades significa que ele vai muito mal porque promete e não cumpre, como é o caso do nosso Aeroporto Regional de Jaguaruna, que continua uma novela mexicana, daquelas que começam, nunca terminam e que não produz nada de concreto e positivo para a nossa gente.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

SR. PRESIDENTE (Deputado Antônio Aquiar) - Continua em discussão.

(Pausa)

Não havendo mais quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Pedido de informação de autoria da liderança do PP, a ser enviado à secretaria da Social, Trabalho e Habitação, Assistência solicitando informações sobre a existência de convênio de repasse financeiro entre ministério do Trabalho e a secretaria de Assistência Social.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Não há mais matéria na pauta da Ordem do Dia.

Passaremos à Explicação Pessoal. Inscrito o nobre deputado Dirceu Dresch, a quem concedemos a palavra por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO DIRCEU DRESCH - Sr. presidente, srs. deputados, sras. deputadas, ouvintes da Rádio Alesc Digital, telespectadores da TVAL, catarinenses, eu quero comunicar, em primeiro lugar, que amanhã não vou estar nesta Casa pois estarei em Brasília acompanhando uma série de lideranças que estarão discutindo a problemática da produção de leite em nosso estado, a queda do preço e o prejuízo de muitos agricultores nessa atividade.

Eu quero também aqui cumprimentar os eleitos: o prefeito eleito Deonir Luiz Feronatto, que está presente, e o vice, Nanico, que fizeram uma bela campanha lá em Saltinho; o vice-prefeito de Caibi, Dilair Menin, que estava aqui também. Obrigado pela

presença aqui.

Nos últimos dias, srs. deputados e sras. deputadas, nós lemos nos jornais e assistimos pela televisão, ou seja, toda a imprensa está divulgando, o problema na economia mundial. As bolsas estão caindo e subindo e o dinheiro público está saindo pelo ralo, num sistema capitalista perverso.

No dia de ontem, o que nos deixou situação assustadora diante da ideologia da privatização, da destruição do estado, deputado Décio Góes, foi a notícia de que na Inglaterra começa-se a pensar na estatização de bancos privados. Mesmo nos Estados Unidos, onde o governo, junto com a Inglaterra, está à frente do processo de privatização há muitos anos com a destruição do estado público, agora vem o debate da estatização dos bancos. Bilhões e bilhões de dinheiro público, de dinheiro da população está sendo usado para salvar os bancos. Se a população mundial está perdendo o dinheiro que investiu com o seu duro suor, alguém ganhou muito dinheiro em cima disso e o povo pobre, o povo assalariado, muitas vezes nem sabe o que significa essa queda e alta das bolsas de valores, a economia virtual, onde na verdade investe-se dinheiro e paga-se o que não existe, deputado Antônio Aguiar.

Então, o que nos preocupa muito é isso: são US\$ 700 bilhões nos Estados Unidos, dinheiro público investido nos bancos. Na Europa foram tomadas muitas decisões, não se sabe ainda o valor, quanto de dinheiro público a Comunidade Européia investirá para salvar o sistema financeiro que muda de hora em hora para ganhar dinheiro à custa do povo trabalhador, da população.

E aqui no Brasil não é diferente. O governo brasileiro fala em R\$ 100 bilhões. De fato isso nos preocupa muito porque alguém vai pagar a conta, já pagou, está pagando e vai pagar muito caro ainda a conta dessa economia perversa que se constituiu em cima do deus do mercado privado que se fez durante tantos anos, e agora o estado, a população, a sociedade são chamados para pagar essa conta mais uma vez.

É lamentável o que vem ocorrendo no mundo, o que se direcionaram as economias do chamado livre mercado, da liberdade do sistema financeiro sem regras de controle do estado público mundial e dos países, que agora precisam intervir, talvez tirar o dinheiro da Educação, da Saúde, do trabalhador, do povo pobre para investir num sistema financeiro que nunca teve limites de ganhos, de recursos, de exploração da sociedade.

Então, queremos reafirmar aqui a idéia e parabenizar o povo brasileiro que escolheu, na última eleição presidencial - e essa foi a grande disputa -, um estado forte, um estado que intervém na economia, que controla; escolheu um governo que de fato pudesse intervir, não privatizar, fortalecer empresas as públicas, a Caixa Econômica Federal, o Banco do Brasil, e não deixar privatizar o nosso Besc aqui em Santa Catarina; fortalecer a Petrobras, pois hoje o Brasil se torna um país exportador de petróleo porque investiu em pesquisa, em produção e não investiu em especulação.

Por isso sempre quando assomamos a esta tribuna temos a mesma posição do nosso partido: de que o estado precisa ser forte, intervir na economia, fazer política pública para o povo pobre que precisa da presença do estado na Previdência, na Saúde, na Educação, na Agricultura e na Segurança Pública. Não é só o estado ser chamado na hora da crise para salvar o sistema financeiro ou empresas falidas. Elas usaram o dinheiro público para se construir, exploraram a bel-prazer os trabalhadores, a sociedade e mais uma vez, no momento de crise, vêm buscar o socorro do estado para se beneficiar.

Temos certeza de que precisamos de uma linha, e talvez nesse momento de crise os países tomem vergonha, intervenham e regulamentem o sistema financeiro nos momentos de ganhar muito dinheiro, mas também nos momentos de crise. Que se discuta um conjunto de articulações entre os países para que não aconteça esse tipo de coisa que vem ocorrendo nos últimos dias.

E aqui em Santa Catarina não é muito diferente. Nós sempre defendemos que o estado deve dar menos isenções e renúncias e investir em política estratégica. Recebemos o Orçamento do ano que vem e mais uma vez há o corte do Orçamento do estado em política social e aumenta-se a renúncia, as isenções para quem não precisa mais, que já tem muito dinheiro.

Precisamos chamar atenção para isso, se quisermos construir uma economia de fato, com inclusão, com os direitos dos trabalhadores e com o tratamento para o funcionalismo público. Temos aqui na Casa mais dois projetos que tratam de alguns setores do funcionalismo público, mas não tratam do conjunto na política da carreira dos trabalhadores, de isonomia salarial para todas as categorias.

A cada pouco vem um projeto de lei complementar para resolver o problema de um setor, apenas, e não se discute o conjunto. Essa é uma luta importante dos trabalhadores do serviço público. Inclusive recebemos hoje um documento do funcionalismo, do Sintesp, que quer negociar com o estado, o que não está mais conseguindo desde 2005/2004, que foi quando as últimas negociações aconteceram.

Um estado forte que tenha estratégia de desenvolvimento, que olhe para o futuro, que intervenha no processo da economia, que cuide para que alguns não ganhem demais e outros ganhem menos ou não ganhem nada, que trate o funcionalismo público com seriedade, que trate a relação de trabalho e que não mande polícia para o setor dos trabalhadores e proteja o patrão, mas que cumpra o seu papel de estratégia de desenvolvimento e de relação com a sociedade com justiça. Esta é a expectativa que precisamos construir no nosso estado, no nosso país e em nível internacional!

Estamos avançando muito bem internamente no nosso país, fortalecendo as empresas públicas, criando leis que beneficiam os nossos trabalhadores e que incentivam o desenvolvimento sustentável, a geração de renda. Temos muita caminhada ainda pela frente.

Muito obrigado! (SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antônio Aguiar) - Com a palavra o próximo orador inscrito, deputado Sargento Amauri Soares, por até dez minutos.

DEPUTADO SR. SARGENTO AMAURI SOARES - Sr. presidente, srs. deputados, telespectadores da TVAL, ouvintes da Rádio Alesc Digital, servidores públicos que nos acompanham nesta sessão, eu estou, desde a semana passada ou antes ainda do calendário especial, com muita vontade de falar sobre essa crise que chamam de financeira, mas que, na verdade, é uma crise econômica própria do sistema capitalista. Temos ouvido e visto algumas contradições elementares e fundamentais. Pessoas que passaram 20 anos defendendo a isenção do estado com relação à participação na economia agora estão arrecadando recursos, ou melhor, pegando os recursos acumulados ao longo de anos para salvar bancos privados. Ou seja, estão socializando a dívida.

Quando o lucro é privado, deputado Dirceu Dresch, o lucro se privatiza e acumula-se, mas quando vem a dívida, quando vem o estouro, quando vem o prejuízo, aí socializa-se porque esses mais de 20 bilhões do governo brasileiro, esses 700 bilhões do governo dos Estados Unidos, esse 2,3 trilhões da comunidade européia riquezas produzidas trabalhadores do mundo inteiro, inclusive aqui do Brasil, que estavam acumuladas e que deveriam ter sido usadas em Saúde, Educação e Segurança. Não o foi porque isso seria intervenção do estado, seria intervenção excessiva do estado, tão propalada por alguns. E agora esse recurso, que é fruto do nosso trabalho, do suor dos trabalhadores do mundo inteiro, está sendo repartido entre os bancos que têm prejuí-

E tem que se falar muito dessa crise porque ela é de natureza econômica e não apenas uma crise do mercado financeiro, do mercado de ações. A sua origem é o motor da economia, ou está no motor da economia capitalista.

Mas pretendemos falar disso amanhã no momento mais oportuno, usando o tempo mais adequado.

No pronunciamento anterior, falava da situação da greve dos trabalhadores têxteis em Blumenau, Ğaspar e região, e falava da intervenção da polícia. Ora, alguns podem dizer, e talvez divulgar para os praças de Blumenau, que o deputado Sargento Amauri Soares é contrário à polícia e a favor dos grevistas. Não é isso! O deputado Sargento Amauri Soares é a favor de que a polícia cumpra a sua função pública de instituição pública. E como falava antes, 99% dos praças não têm nenhum interesse de estar dentro das fábricas protegendo o lucro dos patrões. Pelo contrário, a maioria deles foi levada para Blumenau para trabalhar na Oktoberfest, para defender uma das festas mais bonitas e importantes do estado de Santa Catarina, e não para defender as fábricas Hering, Cremer Adesivos, Malharia Bom Retiro, Linhas Círculos.

Aliás, é preciso ver isso, sim, porque sabemos que a Polícia Militar ou qualquer instituição policial só pode entrar na propriedade privada quando lá dentro estiver ocorrendo um crime ou quando tiver determinação judicial para fazê-lo. E até agora, pelo que eu sei, não existe essa determinação judicial e nada consta de que esteja ocorrendo um crime dentro daquelas fábricas. O que os trabalhadores querem é que não esteja acontecendo nada dentro daquelas fábricas, que as fábricas estejam paradas; portanto, não é papel da Polícia ir lá ajudar os patrões a fazer com que as fábricas funcionem.

Essa é a nossa avaliação e é isso que pedimos para as autoridades do governo verificar, porque Polícia Militar dentro da fábrica, dentro da propriedade privada, precisa de ordem judicial ou do acontecimento, da ocorrência de um crime.

Isso não é ser contra a polícia. É, sim, defender que a polícia faça o seu serviço e não seja uma polícia de classe. A polícia não pode ser uma polícia de uma classe, ela é uma polícia da sociedade inteira.

Nobres colegas, quero falar principalmente nesse pronunciamento das lutas dos praças da Polícia Militar e do Corpo de Bombeiros, com relação às suas demandas específicas. Na última sexta-feira, dia 10 de outubro, fez três anos que o governo do estado não negocia salário com os trabalhadores da Segurança Pública. E vejam bem, trabalhadores, que às vezes até de forma indevida são usados pelas autoridades do estado para defender os interesses das classes dominantes, também são explorados. E os nossos salários estão congelados há três anos. O salário dos policiais militares, do Corpo de Bombeiros, dos agentes prisionais, dos monitores do sistema do menor infrator está congelado há três anos. No dia 10 de outubro de 2005 foi a última vez que o governo fez uma proposta concreta de incremento salarial para os servidores da Segurança.

Agora, no último sábado, a Aprasc realizou uma reunião ampliada da sua diretoria, com a participação de mais de 40 lideranças de praças, de todas as regiões do estado de Santa Catarina, e esteve em pauta a questão da Lei n. 254, assim como também o engessamento do plano de carreira, o congelamento do plano de carreira, principalmente da Política Militar, eis que neste ano não ocorreu nenhuma vaga de cabo. Era para ter começado em março, ficou para o segundo semestre (e somente 108 vagas), mas até agora ninguém sabe se vai ter mesmo ou não. Isso é um absurdo! Quando os praças, de fato reclamam, fazem-no com razão.

No Corpo de Bombeiros, embora também ainda de forma lenta, está caminhando muito melhor do que o na Polícia Militar. E é o mesmo governo que governa as duas instituições, assim como é o mesmo secretário. Temos que ver o que está acontecendo para que o plano de carreira e os cursos de cabo e sargento não aconteçam da forma como deveriam na Polícia Militar.

Não concordamos com o trancamento de 912 vagas de praças do Corpo de Bombeiros, relativas à Lei n. 259, do efetivo, eis que é uma necessidade. Precisamos de um decreto do governador do estado liberando essas vagas para garantir ou para evitar que fiquem congeladas as promoções por mais tempo do que já ficaram, porque no mês de agosto não ocorreram promoções no Corpo de Bombeiros, com exceção de três vagas no quadro especial.

Os praças reivindicam melhores condições de trabalho, que a Segurança Pública seja pública; os praças se manifestam contra o soldado temporário, contra a precarização da Polícia Militar e outras formas de terceirização e privatização também na Segurança Pública. Os praças querem tãosomente que o governo atenda a essas demandas. para as quais já existe compromisso assumido, de dois anos ou mais, de três anos, de quatro anos. São coisas que não estão andando, não estão sendo encaminhadas. E continuamos esperando que o governo convoque uma reunião para discutir e que coloque no papel de forma concreta, de forma efetiva, como vai fazer o calendário de pagamento da parte que falta pagar da Lei n. 254.

Este mandato, o nosso mandato, gostaria de deixar isso muito claro, o mandato deste parlamentar está integralmente à disposição dessa luta. Inclusive, os praças, nessa reunião de sábado, na diretoria da Aprasc, deliberaram realizar uma ampla mobilização nos próximos dois meses, que já começou na semana passada e vai-se intensificando a cada semana. E nos próximos dois meses, antes de chegar o verão, com certeza, os praças estarão nas ruas ou em outros lugares muito públicos, ou que deveriam ser muito públicos, reivindicando e mostrando a sua forma e a sua já indignação por causa de três anos de salários congelados.

Este mandato, como falava, está integralmente à disposição dessa luta. Até o fim e em todas as circunstâncias este mandato estará à disposição da luta dos praças, que vai acontecer nos próximos dois meses. Vamos estar juntos. E esperamos que possamos ter uma negociação efetiva; caso contrário, os praças mostrarão a sua força ainda antes da entrada do verão deste ano de 2008.

Muito obrigado! (SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antônio Aguiar) - Inscrito o sr. deputado Pedro Uczai, a quem concedo a palavra por até dez minutos

O SR. DEPUTADO PEDRO UCZAI - Sr. presidente, srs. deputados, quero aqui falar sobre alguns temas que estão na nossa preocupação, não só do nosso mandato, mas da bancada do Partido dos Trabalhadores.

O primeiro tema a que me refiro foi a grande audiência pública, realizada na última quinta-feira, aqui, na Assembléia Legislativa. ocasião em que debatemos o piso regional, ou o salário mínimo estadual, que reuniu as centrais sindicais, as federações, sindicatos de representação de mais ou menos três milhões de trabalhadores no estado de Santa Catarina. Na ocasião contamos com a presença dos deputados Décio Góes, Dirceu Dresch - nós três representamos a nossa bancada. Contamos também com a presença do deputado Sargento Amauri Soares

Com essa audiência pública ficou novamente clara a importância de o estado de Santa Catarina implantar o salário mínimo regional ou o salário mínimo estadual. Oito estados do país já têm o mínimo regional. E econômica, política e socialmente o estado de Santa Catarina tem que construir o seu mínimo regional. Por isso, a nossa bancada vai continuar lutando e mobilizando-se junto com as centrais sindicais.

Quero aqui fazer um destaque a todas as centrais que se uniram, juntaram-se e unificaram a luta com um único objetivo: o de aprovar o salário mínimo estadual aqui, em Santa Catarina. No Paraná, no Rio Grande do Sul, em São Paulo, no Rio de Janeiro, no Ceará, em Tocantins e na Bahia já existe o seu mínimo regional. Por que não Santa Catarina? E a proposição das centrais sindicais é que o salário mínimo para este ano seja de R\$ 524,00. Estou falando no mínimo e não no teto.

Existe projeto de lei nesta Casa discutindo o teto salarial. Inclusive, prepõe-se aqui, numa PEC, que o salário de algumas categorias de servidores públicos estaduais possa ter o teto não mais do governador, mas do Tribunal de Justiça, dos desembargadores. Vários parlamentares estão discutindo aqui o teto, e nós estamos discutindo o piso dos trabalhadores no estado, no sentido de que nenhum trabalhador possa receber menos do que R\$ 524,00 em Santa Catarina. Isso seria o mínimo, para manter o mínimo de dignidade para os trabalhadores e para as suas famílias.

Por isso, em nome da bancada do Partido dos Trabalhadores e, de modo especial, dos deputados Dirceu Dresch e Décio Góes, que participaram, juntamente conosco, na última quinta-feira, queremos solidarizar com as centrais sindicais, com os sindicatos, com as federações aqui, em Santa Catarina.

Também quero registrar que o governo do estado, em audiências públicas com as centrais sindicais, comprometeu-se, até o dia 3 de novembro, a trazer uma resposta de um possível projeto de lei a ser encaminhado para esta Casa.

Se o governo não tomar uma posição pública e aberta de encaminhar a esta Casa o projeto de lei criando o salário mínimo estadual - inclusive, este deputado retirou o projeto desta Casa para que o governo não tivesse nenhuma desculpa e não encaminhasse do Executivo ao Parlamento este projeto que é de iniciativa do Executivo continuaremos a luta, a pressão, juntamente com as centrais, com os trabalhadores de Santa Catarina. Porque senão o governo do estado e os parlamentares da sua base irão dizer que somos a favor de uma pequena elite e que somos contra os trabalhadores do campo e da cidade.

Nenhum trabalhador, aqui, deverá receber menos do que R\$ 524,00. E se for para o ano que vem, já terá que ser construído um outro projeto de lei com um valor inclusive maior.

Então esta é a primeira consideração que queria fazer aqui, nesta tribuna, ou seja, de que os trabalhadores, os sindicatos, estão de parabéns, porque se unificaram nessa luta comum.

Senhores deputados, este parlamentar, junto com a nossa bancada do Partido dos Trabalhadores, vai estar comprometido com essa luta para que o nono estado da Federação a ter o seu salário possa ser Santa Catarina. E gostaríamos que fosse um bom presente de Natal, ao terminarmos o ano, ao desejarmos um feliz 2009, nenhum trabalhador receber um salário mínimo menor do que R\$ 524,00 aqui, no estado de Santa Catarina.

A segunda preocupação que trago aqui para todos os parlamentares é a situação de algumas universidades do Sistema Acafe. Já aprovamos, no âmbito da comissão de Educação, Cultura e Desporto, a realização de uma audiência pública para discutir o futuro do Sistema Acafe, o futuro das instituições comunitárias.

A primeira discussão será o reconhecimento dessa pessoa jurídica chamada instituição comunitária. O Ministério da Justiça está sensível, o ministro Tarso Genro está sensível em construir um projeto de lei, deputado Décio Góes, no sentido de que se coloque no âmbito nacional a figura jurídica de instituição comunitária, pública e comunitária, pública e não particular, mas instituição pública comunitária, para inclusive buscar formas de financiamento público para os sistemas das universidades comunitárias.

Isso nos preocupa porque existe uma instituição que está com uma situação gravíssima, a Uniplac. O juiz da comarca de Lages já decretou o bloqueio de 40% dos recursos da Uniplac para pagamento dos servidores e funcionários. Ε nós agui parlamentares, conversamos com alguns inclusive com o presidente da comissão de Educação, deputado Jean Kuhlmann, gostaríamos de hoje ou no dia de amanhã conversar, dialogar com os demais parlamentares e, em nome da comissão de Educação, vermos se é possível deliberar numa audiência pública até na quinta-feira. Até estamos propondo, na quinta-feira à noite, visitar a Uniplac de Lages. Mas precisamos de outros deputados junto conosco para que possamos dialogar sobre a crise do sistema comunitário, e particularmente sobre a crise da Uniplac.

Estão propondo privatizar; outros estão propondo estatizar ou propondo uma solução de uma nova gestão, que possa dar respostas, com o apoio público, com o apoio do governo do estado ou federal. Mas temos que buscar a melhor solução para a Uniplac, eis que os alunos, professores e funcionários têm que continuar lá com tranqüilidade e segurança.

O juiz decretou o bloqueio de 40% das contas porque há quatro meses existem problemas de salário. Não é possível. Portanto, temos que discutir urgentemente. Nós, deputados, não nos podemos omitir diante da crise de uma instituição que tem origem pública. E o prefeito Renatinho, que se reelegeu, deputado Reno Caramori, precisa mediar, porque a origem é pública, é municipal. Não pode nenhum prefeito da região de Lages se omitir diante da gravidade e não buscar uma solução, pensando que a solução é fácil, porque não é. É complexa, é séria essa crise da Uniplac, e nós precisamos buscar uma solução.

Então, gostaria que outros parlamentares se dispusessem também a visitar a Uniplac, pois eles estão dispostos a nos receber na quinta-feira à noite, e queremos discutir o futuro das comunidades.

O Sr. Deputado Décio Góes - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO PEDRO UCZAI Concedo um aparte ao deputado Décio Góes.

O Sr. Deputado Décio Góes - Quero agradecer o aparte e parabenizar v.exa. pelo seu depoimento. Temos uma preocupação especial com o Sistema Fundacional de Santa Catarina. E considero que grande parte do nosso desenvolvimento esteja baseada nesse sistema, que há 40 anos contribui com o nosso avanço tecnológico, com a nossa pesquisa.

Então, parabéns ao ministro Tarso Genro por estar preocupado em criar uma definição sobre essa questão de instituições comunitárias, que merecem um tratamento especial porque têm uma condição especial e possuem um papel importante no desenvolvimento do nosso estado.

Parabéns, e estamos solidários com a sua preocupação.

O SR. DEPUTADO PEDRO UCZAI -Agradeço ao deputado Décio Góes.

Quero concluir dizendo da necessidade de nós, parlamentares, principalmente os parlamentares da região serrana, não nos omitirmos diante da gravidade da crise que hoje está passando a instituição Uniplac. A UNC já discutiu a estatização. Outras universidades discutiram federalização, estadualização. Ou seja, temos que discutir o futuro do Sistema Acafe. Portanto, é urgente e necessária uma posição política sobre esse futuro.

Muito obrigado! (SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antônio Aguiar) - Inscrito para falar o eminente deputado Rogério Mendonça.

(Pausa)

Na ausência do deputado Rogério Mendonça, o próximo orador inscrito é o deputado Elizeu Mattos.

(Pausa)

Na ausência do deputado Elizeu Mattos, inscrito ainda para falar o sr. deputado Joares Ponticelli

Na ausência do deputado Joares Ponticelli, o próximo orador inscrito é o sr. deputado Manoel Mota, por até dez minutos

O SR. DEPUTADO MANOEL MOTA - Sr. presidente Antônio Aguiar, srs. deputados, sras. deputadas, telespectadores da TVAL, ouvintes da Rádio Alesc Digital, visitantes que nos dão a honra de participar do Parlamento catarinense, gostaria de poder fazer alguns esclarecimentos que entendo importantes e fundamentais.

O parlamentar precisa ter consciência de cada momento da vida pública, e aqueles que não têm consciência de cada momento da vida pública acabam esbarrando em alguns alicerces muito fortes. Portanto, precisam de uma reflexão ou então de um médico, para poderem fazer os exames e algumas correções.

É préciso fazer isso aqui, nesta caixa de ressonância do povo catarinense, no nosso Parlamento, porque é uma coisa muito séria. Não podemos vir aqui contar fatos que não são verdadeiros, pois a população está assistindo à TVAL.

Então, hoje, não falar a verdade é enganar a população de Santa Catarina. E o povo elege um parlamentar não para enganar a população, mas para que ele busque resultados. Aqueles políticos que não buscam resultados são aqueles que frustraram a população e acabam suas trajetórias, tornando-as curtas e estreitas.

Por isso, é importante que os parlamentares façam uma reflexão, façam esse tipo de jogo para poder resgatar toda uma verdade, que é o que quero fazer aqui neste instante.

eminente deputado Joares Ponticelli veio aqui todo eufórico mostrando uma imagem que não é verdadeira. Da imagem verdadeira ele não fala. Ele, como presidente do PP no estado, fracassou em vários momentos. O PP tinha 70 prefeitos e agora ficou com apenas 55 prefeituras, mas ele acha que isso é um sucesso. Eu nunca vi sucesso de marcha a ré. A maquininha dele não funciona e ele, como professor, não sabe diminuir. Ele precisa fazer algum aperfeiçoamento para quando voltar para a Educação estar preparado, porque se essa maquininha não funciona, fica muito complicado

O PMDB tinha 115 prefeituras e hoje tem 111; perdeu quatro prefeituras. Mas olhem a diferença! E olhem que pode fazer a 112ª; está nas beiras e dentro de poucos dias o PMDB completará 112 prefeituras no estado. Contudo, em nenhum momento viemos aqui eufóricos contando aquilo que não é verdade, pois nós precisamos passar uma imagem real à população.

0 deputado Joares Ponticelli colocou que o PMDB perdeu aqui, perdeu ali, perdeu em Tubarão. Mas a verdade é que ele, como presidente do partido, na minha concepção, foi um fracasso. O PP perdeu pertinho de Tubarão, na cidade em que está sendo construído um aeroporto e a estrada do Camacho: Jaguaruna! Perdeu também em Gravatal; perdeu pertinho, bem pertinho mesmo de Tubarão, em Capivari de Baixo; e perdeu ainda em Braço do Norte. parece-me que Ω eminente presidente do PP estadual, diante desses resultados, não pode chegar aqui e vender uma imagem que não é verdadeira. Ele tem que se acostumar com as coisas como elas Santa Catarina está de olho nas eleições do dia 26 de outubro para ver quem será o vencedor. Eleição é assim: um perde e o outro ganha. Mas não adianta perder e vir para cá contar uma história que não é verdadeira.

Eu quero convidar o eminente deputado Joares Ponticelli, presidente do PP, que na minha concepção, pela diminuição do número de prefeitos eleitos, fracassou como presidente, para ir, na sexta-feira, ao município de Praia Grande, pois o diretor do Deinfra vai fazer um balanço das obras da serra do Faxinal. Eu quero convidar s.exa. para que constate se o ronco das máquinas está apenas na minha cabeça! Ou será que ele quer vender para Santa Catarina uma imagem completamente distorcida, irreal.

Então, quero convidar s.exa. para que às 9h de sexta-feira vá lá ver quantos quilômetros já estão adiantados na serra do Faxinal. Não adianta vir aqui inventar e jogar aquilo que não é verdade. Se s.exa. não for sexta-feira, às 9h, na serra do Faxinal, eu virei para cá dizer uma porção de verdades na terça-feira. Porque está sendo convidado para ir à serra do Faxinal para conferir se o ronco das máquinas é da minha cabeça ou é real.

Com relação ao aeroporto, o governo passado muito pouco fez. O governo de Luiz Henrique, em parceria com o governo federal, realizou uma das maiores pistas do sul do Brasil. Agora está licitando a segunda etapa e o Tribunal de Contas está pedindo informações de alguns detalhes porque é importante que o tribunal faça as suas correções. Se não está correto, é preciso que se ajuste às recomendações do Tribunal de Contas porque é ele quem vai julgar depois as contas do governo do estado. O governo está fazendo o seu papel: fez a licitação e está aguardando essa decisão para colocar em prática a segunda etapa.

Em parceria com a senadora Ideli Salvatti, que fez uma emenda alocando recursos para a construção do acesso ao aeroporto de Jaguaruna, obra que será fundamental para o desenvolvimento de toda a nossa região.

Também gostaria de registrar que na BR-101, nos últimos 15 dias, está havendo um trabalho muito intenso, como nunca houve antes.

Essas são questões fundamentais para a nossa região e é preciso vir aqui falar a verdade, planejar o futuro, construir, fazer aquilo que a população espera. A população elege um deputado para levar resultados e quando isso não acontece, esse deputado se torna um político frustrado, que decepciona a população e não alcança sucesso.

O eminente deputado Joares Ponticelli tem que fazer uma avaliação de tudo isso, pois as suas críticas não constroem. Olhe bem, deputado Joares Ponticelli, a situação que está vivendo a capital e o seu grande líder neste momento, uma situação difícil, complicada e essas críticas não constroem nada.

Daqui para frente a população quer trabalho, quer realização do que foi planejado, quer resultados. E sabemos perfeitamente que quem faz isso é o governador Luiz Henrique da Silveira. Por que ele é um vencedor? Porque ele é um homem que realiza, que leva resultados para a população de Santa Catarina. Como ele leva resultados para todo o estado é que tem tido um sucesso extraordinário.

Nós vamos colher mais alguns sucessos porque o sucesso de um será o sucesso do outro. Na terça-feira vamos fazer uma avaliação mais profunda ainda para saber quem fala a verdade e quem vem aqui passar uma imagem que não é verdadeira para o povo catarinense. Quando não falamos a verdade, mentimos, e isso não é bom para a sociedade catarinense. Por isso, temos que vir a esta tribuna com responsabilidade, com determinação para levar o que o povo espera. Luto por isso e é assim que alcanco sempre o meu objetivo. É o meu quinto mandato e a cada eleição somo mais 10 mil votos. Nunca diminuí os meus votos, pelo contrário, sempre houve um crescimento!

Muito obrigado! (SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antônio Aguiar) - Com a palavra o sr. deputado Professor Grando, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO PROFESSOR GRANDO - Sr. presidente, companheiras deputadas e companheiros deputados, como há 36 anos, de manhã, à tarde e à noite, venho dando aulas, trabalhando e aprendendo com os estudantes, não poderia deixar de falar hoje, desta tribuna, sobre o Dia do Professor, que será amanhã, 15 de outubro. Gostaríamos que todos os dias fossem dia do professor e da educação, pois a educação é a maior herança que podemos deixar aos nossos filhos.

Sr. presidente, da luta que travamos, da luta pela qual nos sacrificamos muito, surgiram o plano de carreira, o plano estadual de educação, o concurso público para ingresso no magistério, a hora/atividade. Nada disso havia há alguns anos.

Mas a luta continua, sim, é isso que uma categoria tem o dever de entender, ou seja, que dentro da luta de classes por um espaço mais harmônico na sociedade é preciso continuar lutando por salários dignos e justos.

Sempre que pudermos ter uma brecha para avançar um passo, temos que aprender a avançar. E é nesse sentido que sabemos, hoje, que pelo menos aos professores que estão em sala de aula há um ganho com o Prêmio Educar. Isso melhorará a educação, dará responsabilidade e respeito aos professores e essa luta tem que continuar por melhores salários, por incorporação nos salários, sim, e nós estaremos aqui sempre ajudando naquilo que for possível.

Não é pelo confronto. Às vezes há equívocos, por parte de todas as categorias, na condução da luta e às vezes há a conquista de ganhar a simpatia popular.

Para muitas pessoas, quando servidor público falamos em elas associam ao burocrata atrás de uma mesa. Não, o professor é um servidor público, é um funcionário do povo; o policial é um funcionário do povo; o médico do posto de saúde é um funcionário do povo e aquele que está ali para recebê-lo, para bem atendê-lo, também é um bom funcionário público. Todos eles são pagos com os recursos dos impostos, que pertencem a toda a população.

Portanto, a educação tem que conquistar muito ainda neste estado: número de estudantes por sala de aula, condições de alimentação. Hoje nós podemos dizer que se atingiu uma maturidade, já que antigamente nós tínhamos dificuldades para ter uma boa alimentação para os estudantes mais necessitados. Também a questão do uniforme, para não provocar a desigualdade entre os estudantes.

Nós sabemos que hoje há uma responsabilidade familiar com relação à presença da criança na escola. O Ministério Público verifica se as prefeituras propiciam que nenhum estudante fique fora da sala de

Eu, quando fui prefeito, fiz um decreto que vale para todo o nosso município até hoje, pelo qual a criança deve matricular-se na escola pública mais próxima de sua casa. Não importa se é estadual, federal ou municipal, mas ela tem o direito de se matricular na escola pública mais próxima de casa.

Também temos que melhorar o nível daquela escola do bairro e da comunidade. Vamos trabalhar com os professores, vamos criar o conselho deliberativo. A educação é uma vocação, sim! Os nossos professores, os nossos servidores da educação, da nossa unidade escolar têm a capacidade de interagir com a comunidade.

Então, nós sabemos que avançamos. Há 36 anos caminhamos para dar aula e sabemos que houve muitos avanços, inclusive na qualidade, é bom que se coloque isso. Hoje a informática está aí para melhorar o nível do ensino e essa juventude está usufruindo dessa oportunidade, de aprender e crescer utilizando-se dessa tecnologia.

Nesse sentido, nós temos que dar parabéns ao nosso professor e saber que a sociedade tem uma dívida que precisa resgatar. O professor tem que receber da sociedade o reconhecimento; o governo tem que reconhecer o trabalho do professor e que a nossa luta continua, sim, passo a passo, conquista a conquista, pois, com certeza, poderemos dar melhores condições de vida para os nossos professores.

Sr. presidente, feita aqui a observação da importância que representa o Dia do Professor, feita a conclamação para que a luta continue melhorando a qualidade da educação, feito o registro de que é preciso oportunizar a todos estudar, temos que reconhecer que essa categoria, bem como os demais servidores públicos, como os demais trabalhadores, ajuda a construir e a dignificar este país.

Fui autor de um projeto de lei que dispõe sobre a proibição, na jurisdição do estado de Santa Catarina, do funcionamento do serviço de *telemarketing* em dias e horários específicos.

Era comum o cidadão estar almoçando, era comum no sábado e no domingo a pessoa receber chamadas na sua casa em função do telemarketing. É direito do cidadão não ser incomodado e por isso fizemos um projeto estabelecendo que poderiam fazer o telemarketing - muitas pessoas trabalham nisso, é o uso da tecnologia, da comercialização - somente em determinados horários e dias. Não poderiam fazer à noite, nem ao meio-dia; não poderiam fazer no sábado, mas nos outros dias normais de serviço poderiam fazer.

Esse projeto tramitou por uma série de comissões, até que a comissão de Constituição e Justiça julgou inconstitucional, depois de um ano e meio, mas nós recorremos.

Só que a realidade hoje nos remete a um segundo projeto nessa área de telemarketing e aí não mais com a dúvida, se é constitucional ou não, e sim com a prática, que é o projeto que cria o cadastro para o bloqueio de recebimento de ligações de telemarketing. Isso existe nos Estados Unidos e recentemente essa lei foi aprovada em São Paulo.

Portanto, estou propondo uma lei que o estado já considera constitucional e é feita em parceria com o Procon. Ligamos para o Procon e a instituição se dispõe a fazer essa parceria, porque as maiores reclamações junto ao Procon vêm desse setor.

O objetivo é que o Procon receba o telefonema de uma pessoa que dará seu número e pedirá para bloquear ligações de telemarketing. Pronto, nunca mais receberá esse tipo de chamada.

Aí não há necessidade de discutir horário, dia da semana e sim uma opção do cidadão se quer ou não que esse serviço chegue até sua casa.

Amanhã estaremos dando entrada a um segundo projeto relacionado com a questão de ligações do *telemarketing*, que permite o bloqueio. Quem vai mandar a lista dos telefones que solicitaram bloqueio é o próprio Procon, junto às empresas de *telemarketing*. Com isso estaremos dando direito ao cidadão de receber ou não esse tipo de serviço, e de não ser incomodado. Inclusive está prevista uma multa de até R\$ 1.000,00 se as ligações forem feitas de forma indevida por uma empresa, uma vez bloqueado esse serviço pelo Procon.

Ésse é o papel do deputado, prestar serviços que não gerem despesas, mas sim direitos ao cidadão e normatização de serviços que são prestados à sociedade.

Portanto, hoje, véspera do Dia do Professor, estaremos encaminhando mais um projeto em favor da cidadania e que a nossa luta continue por uma educação melhor e mais justa aos nossos professores.

Muito obrigado! (SEM REVISÃO DO ORADOR)

Ò SR. PRESIDENTE (Deputado Antônio Aguiar) - Com a palavra o próximo orador inscrito, deputado Joares Ponticelli, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO JOARES PONTICELLI - Sr. presidente e srs. deputados, catarinenses que nos acompanham através da TVAL e da Rádio Alesc Digital.

Deputado Professor Grando, também quero manifestar-me sobre a passagem do Dia do Professor, uma vez que, assim como v.exa., sou professor de carreira e amanhã ocuparemos este espaço para fazer um reflexão sobre o momento triste que vive o magistério catarinense, à espera também do cumprimento de tantas promessas de campanha! Lá se vão seis anos e o magistério continua a esperar a equiparação do salário do professor do estado com o professor de Joinville, como foi prometido ainda na primeira campanha de s.exa. o governador dos catarinenses e que até hoje também não foi cumprida.

Aliás, esperamos o cumprimento de muitas promessas, como disse aqui num primeiro momento, quando me referi à novela sem fim do aeroporto regional de Jaguaruna, à novela sem fim do nosso presídio regional de Tubarão, que há cinco anos também o governo renova com muita freqüência essa promessa e mais um ano está terminando, é o terceiro consecutivo. Este deputado e os deputados Julio Garcia e Genésio Goulart apresentamos emenda ao Orçamento do estado para a construção daquela importante obra para Tubarão e para a região, e não obtivemos nenhuma resposta concreta do governo do estado no pagamento dessa dívida.

Assim como estamos cobrando a nossa arena multiuso. Aliás, o governador, na sua infeliz passagem em Tubarão no período de campanha, foi dizer, e eu vou trazer aqui as cenas do programa eleitoral do nosso adversário na próxima semana, que só não fez a arena multiuso porque o prefeito não quis, porque o prefeito não o recebeu.

Teve a coragem de ir a Tubarão e tentar enganar o povo mais uma vez. E a diferença foi dada nas urnas, deputado Manoel Mota: 52% para o nosso candidato e menos de 30% para o candidato do PMDB. E aí eu fiquei analisando o pronunciamento do eminente líder do PMDB, que comemora, é verdade, a eleição em algumas pequenas prefeituras, que merecem o nosso respeito, que nós não queríamos perder, esquece o líder da bancada do PMDB de dizer que na sua cidade, no município de Araranguá, onde ninguém menos que o seu filho compunha a chapa majoritária, o nosso Mariano Mazuco, do 11, do PP, imprimiulhes mais uma derrota acachapante.

Então vejamos: o líder da bancada do PMDB sofreu uma grande derrota na sua cidade. O presidente do PMDB, o todo poderoso Eduardo Pinho Moreira, sofreu uma acachapante derrota na sua cidade, que é Criciúma. O nosso prefeito Clésio Salvaro, com o vice do PP, Partido Progressista, fez uma votação consagradora e o PMDB dos profissionais de Criciúma não devem ter entendido nada ainda.

Em Tubarão nós fizemos o dever de casa, elegemos o nosso prefeito, dr. Manoel, com quase 52% dos votos. Estamos agora com o Colaço, uma liderança nova do PP, uma liderança que surgiu em nosso partido já de dois mandados, que se consolidou nessa eleição. Garoto ainda, com menos de 30 anos, com uma liderança promissora, com muito tempo pela frente, que certamente nos dará muitas alegrias ainda como novo líder do nosso partido em Tubarão, também da região.

Com a eleição do vereador mais deputado Manoel Mota, tivemos também esse privilégio com o nosso Deca May, o vereador progressista mais votado de Tubarão, com 2.557 votos. Com a eleição do nosso companheiro Dionísio Bressan Lemos, mais uma liderança conhecida estadualmente, uma vez que ele já dirigiu a Epagri em Santa Catarina. Aliás, fizemos uma maioria tranguila na Câmara de Vereadores, seis dos dez vereadores da base governista. Uma vitória também na terra natal do presidente Eduardo Pinho Moreira, em Laguna, com a eleição do nosso prefeito Célio Antônio, com o progressista Fernando, como vice.

E o que dizer, eminente líder, de Joinville, onde o candidato do governador ficou em quarto lugar? Em quarto lugar! O deputado Kennedy Nunes sozinho fez mais votos do que o candidato do governador e do que o atual vice-prefeito, que é afilhado do governador. Então, o partido pequenininho, como eles insistem em dizer, deputado Dagomar Carneiro, só está pequenininho assim na cabeça de algumas lideranças, especialmente do líder do PMDB.

Das dez maiores cidades de Santa Catarina, ganhamos a eleição em duas. Em Itajaí, com o nosso deputado Jandir Bellini, e em Lages, com o nosso prefeitio Renatinho, enfrentando vários obstáculos, onde o partido do governador não elegeu nenhum vereador em Lages. Nenhum vereador, numa cidade importante como Lages, deputado Elizeu Mattos, e nós reelegemos o prefeito Renatinho. Elegemos quatro vereadores numa eleição que alguns ainda não compreenderam.

Participamos de vitórias importantes como Criciúma e Tubarão. Ganhamos em São Bento do Sul, que era do PMDB, lá nas bandas do governador.

Participamos da eleição em Joacaba. onde fomos vencedores, bem como em São Miguel d'Oeste, onde o PMDB mantinha uma hegemonia de comando há muito tempo; em Concórdia, onde estaremos no governo a partir de janeiro do próximo ano. Aliás, das 50 maiores cidades de Santa Catarina, onde se encontram 80% dos eleitores do estado, o nosso partido estará na administração em 31 delas. É a diferença, deputado Serafim Venzon, é que nós somos Oposição há seis anos, 36 comitês eleitorais enfrentando recebem o nome oficial de secretaria de Desenvolvimento Regional. Na prática são comitês eleitorais do PMDB, que não tiveram tanto êxito assim! Dos secretários Regionais candidatos poucos tiveram êxito.

Em Araranguá, onde a secretaria Regional mais parecia um comitê do PMDB, nós ganhamos a eleição com muita folga, como ganhamos em Tubarão, em Criciúma, em Lages, em Itajaí e em tantas outras. Portanto, o momento é de fazer reflexão.

Parece que o governador já voltou de Portugal. Aliás, amanhã vamos discutir essa tal de janta que o governador pagou em Portugal, porque a imprensa está denunciando hoje uma janta de R\$ 440 mil. Amanhã, vamos começar a discutir essa questão, que tem de ser esclarecida. Deve ter sido um banquete à base de caviar. Isso saiu na imprensa e tem de ser investigado, é o nosso papel.

Mas eu espero que nessa imersão que o governador fez - ele fugiu daqui com o resultado pífio que obteve nas urnas -, ele tenha voltado absorvendo o recado das urnas, da derrota de Joinville, da derrota de Criciúma, de tantas derrotas que sofreu, e possa começar a cumprir as promessas de campanha: pagar o servidor da Segurança Pública, que clama pelo cumprimento da Lei Complementar n. 254, que estão há cinco anos esperando; pagar o servidor da Agricultura, deputado Jandir Bellini, que todas as empresas da agricultura estão em greve - amanhã, como disse aqui, vamos rememorar a situação das promessas não cumpridas -; pagar o servidor da Saúde, da Educação e tantos outros segmentos, além de concluir as obras inacabadas, porque não é mais possível, num estado que bate recorde de arrecadação todos os meses, vermos uma penca de obras começadas e só rememoradas na época da campanha, como as do sul, onde as vacas só morrem para reunir a turma do PMDB.

(Discurso interrompido por término do horário regimental.)

(SĚM REVISÃO DO ORADOR)

O Sr. Deputado Dagomar Carneiro - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antônio Aguiar) - Com a palavra, pela ordem, o deputado Dagomar Carneiro.

O SR. DEPUTADO DAGOMAR CARNEIRO - Sr. presidente, é com satisfação que anuncio a presença, nesta Casa, do jovem político e recém eleito a vereador Jones Bósio, no município de Brusque, com quase três mil votos, democrata e filho do vereador Vendelin Bósio, que por três mandatos pelo PDT representou a nossa cidade na Câmara de Vereadores.

Quero dar as boas-vindas ao vereador Jones Bósio, recém eleito da nossa coligação em Brusque, bem como aos ilustres brusquenses que o acompanham nesta tarde.

Obrigado, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antônio Aguiar) - Esta Presidência também parabeniza o vereador Jones Bósio pela vitória, desejando-lhe um profícuo mandato.

Com a palavra o próximo orador inscrito, deputado Serafim Venzon, por dez minutos.

 \cap SR. DEPUTADO SERAFIM VENZON - Sr. presidente, srs. deputados, senhoras e senhores que participam desta sessão através da TVAL e da Rádio Digital Alesc, quero cumprimentar também todos os que participam da nas galerias desta Casa, sessão especialmente os vereadores e prefeitos eleitos que nos estão acompanhando, e. de uma forma especial, o vereador Jones, do DEM de Brusque, e a sua comitiva.

Sr. presidente, eu também me sinto parte integrante da congregação dos padres do Sagrado Coração de Jesus, até porque durante sete anos seminarista da congregação dos padres dehonistas, do Sagrado Coração de Jesus, em Rio Negrinho, em Corupá, em Curitiba, onde, na época, os meninos faziam o primeiro e o segundo graus antes de fazerem a faculdade de Filosofia. Ε esta semana congregação dos padres dehonistas está de luto por uma grande figura que se despede: o padre Pedro Paloschi, natural de Botuverá, que representa também naquela comunidade uma família porém influente, nascido em humilde. 1943, que hoje teria 65 anos.

Os pais, agricultores, plantavam milho, feijão e fumo, que era a renda, na época em que ele era pequeno, de todas as familias de Botuverá. Em 1955, 1956 foi estudar no seminário e em 1970 ordenou-se padre, o padre Pedro Paloschi.

Por onde passou ele deixou marcas indeléveis. Foi vigário Brusque, tinha muitos amigos, tinha um grande coração, um coração sincero, uma mente aberta para os jovens, aberta para novidades. O padre Pedro foi vigário em Guabiruba e, como italiano, estava sempre lá no meio dos alemães, mas todos gostavam muito dele. Gostavam justamente pelo seu jeito carinhoso de tratar todas as pessoas. Foi vigário em Cianorte, no Paraná, foi vigário em Joinville durante muito tempo e marcou a sua passagem por esse jeito afetuoso de tratar as pessoas. E agora era vigário em Jaraguá do Sul.

Era bem quisto pelos paroquianos, pela comunidade em geral e também era muito bem quisto pelos colegas, pelos padres, pelos ex-seminaristas, por todos aqueles que o conheciam melhor, que o conheciam de fato.

E na semana passada, no dia 8, quarta-feira, ele vinha de uma reunião dos padres e numa avenida em Jaraguá Sul, quando o sinal estava verde, onde ele deveria ter virado para a direita ou para a esquerda, seguiu reto, batendo contra uma árvore. O padre Pedro machucou o pulmão, quebrou a bacia, enfim, teve múltiplas fraturas impacto, foi para a UTI, depois de alguns dias evoluiu uma insuficiência renal e no dia 12, dia da Nossa Senhora Aparecida, ele se despediu. Despediu-se deixando uma grande marca por todos os lugares passou. Sei que todas comunidades que souberam dessa fatalidade prestaram de lá a sua homenagem.

Jaraguá do Sul, onde ele estava residindo e onde era o pároco, prestou uma homenagem ao padre Pedro com a missa de corpo presente. Uma multidão acorreu para aquela homenagem.

Em Botuverá, a sua terra natal, ele foi sepultado no dia de ontem com a missa de corpo presente com mais de 40 padres, parece-me que com 44 padres. Uma multidão esteve lá presente e talvez precisasse de três ou quatro igrejas do tamanho da paróquia para caber todos que vieram de Botuverá, de todas as comunidades, de todas as localidades do município que acompanharam, ou seja, de Brusque, de Jaraguá do Sul, de Corupá. Enfim, várias caravanas acompanharam aquele grande evento de despedida do padre Pedro, que deixou saudade para todos nós, que saudade para a congregação e deixou certamente muita saudade em Botuverá.

Por isso eu elaborei hoje, Casa, um requerimento para ser dirigido à Paróquia São José de Botuverá, bem como à Paróquia São Sebastião de Jaraguá do Sul e à sede provincial da congregação dos padres do Sagrado Coração de Jesus, o Brasil Meridional, com sede em Curitiba, que tem hoje como superior geral o padre Léo Heck, enviando os sentimentos não só deste deputado, como também da Assembléia Legislativa que representa o estado de Santa Catarina e que reconhece o trabalho que o padre Pedro fez pelas muitas paróquias por onde passou. E eu sei também que é igual ou parecido ao trabalho de muitos padres e religiosos, trabalho esse que, sem dúvida alguma, contribui grandemente para a formação da sociedade.

Hoje nós temos uma sociedade justa, uma sociedade equilibrada e isso se deve a uma porção de fatores: à questão da nossa família, à questão da escola e à questão da religião. E a religião católica - cada um tem direito de ter o seu credo - é ainda a que tem maior contingente de pessoas. Mas há padres, freiras, pastores em todas as religiões, abnegados que com a sua orientação dão melhor qualidade de vida às pessoas, justamente por terem uma alma dirigida, uma alma equilibrada, um espírito equilibrado com a realidade.

Por isso a Assembléia Legislativa reconhece, através da homenagem que nós encaminhamos hoje ao padre Pedro Paloschi, esse seu belo trabalho que também todos os padres fazem por este estado afora. Mas hoje prestamos esta homenagem carinhosa e especial a ele, inclusive de Botuverá, que elegeu para a prefeitura o sr. Antenor Escort, do Partido dos Democratas, tendo como viceprefeito o Pedro Paulo Costa, do PSDB. E eu, como tenho uma irmã que participou como candidata à vereadora desse município, vamos propor, para o início do ano que vem, se não acontecer antes, que lá seja feita uma homenagem também ao padre Pedro numa grande rodovia ou numa grande escola, enfim, com alguma obra grande, dando destague ao tamanho do padre Pedro Paloschi, para lembrar sempre essa figura que ele foi, pela importância que teve em todas as cidades por onde passou, por levar, a todos os lugares que foi, o bom nome da sua gente, da sua família, da cidade de Botuverá, que hoje é um município com 4.500, não chega a 5.000 mil habitantes. Mas eu sei que a sua família, o pai e a mãe já morreram, a formação da sua família é muito parecida com a família de todos os catarinenses.

Então, nossos parabéns e nossas condolências...

(Discurso interrompido por término do horário regimental.)

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antônio Aguiar) - Com a palavra o próximo orador inscrito, deputado Elizeu Mattos, que representa a cidade de Lages, por até dez minutos. O SR. DEPUTADO ELIZEU MATTOS - Sr. presidente, depois do último pleito do dia 5 de outubro, eu não havia mais ocupado a tribuna desta Casa. Desde a minha posse nesta Casa não estive ausente em momento algum, e quando me ausentei estava a trabalho, em missão, representando a Assembléia Legislativa, mas em todos os momentos me manifestei, às vezes uma ou duas vezes por inscrição, e às vezes no horário dos Partidos Políticos.

Eu estava calmo, hoje havia me inscrito para falar, depois abri mão da inscrição e comecei a acompanhar em meu gabinete o pronunciamento do nobre deputado, presidente do PP, Joares Ponticelli. Eu admiro muito e tenho o maior respeito por ele, mas às vezes a sua vontade de ganhar, de vencer, é maior que a realidade do resultado de uma eleição, porque para quem ouve o discurso do deputado parece que o PP foi o grande vencedor do último pleito aqui no estado de Santa Catarina.

Talvez a vontade seja maior que a realidade, ou melhor, a vontade é maior que a realidade, do que o resultado do pleito eleitoral. E nós todos sabemos que a vontade do presidente de um partido é que o seu partido seja o grande vencedor de uma eleição, senão não há porque ser presidente do partido, no caso o nobre deputado Joares Ponticelli.

Mas para deixar as coisas claras e não fazermos uma inversão da situação e da realidade, porque a eleição já acabou e aqui nós não fazemos mais previsão do que pode acontecer, só podemos fazer a previsão do que pode acontecer, em duas cidades haverá segundo turno, Joinville e Florianópolis. Não vamos falar de candidatura, porque cairemos em crime eleitoral, mas só há duas previsões.

Hoje nós falamos sobre a realidade do que foi posto e do que aconteceu no estado. Eu sei que o PMDB se tornou e é o maior partido do estado. É difícil ter um partido do tamanho do PMDB no estado, mantê-lo do mesmo tamanho, ou melhor, aumentar o número de votos nominais recebidos pelo PMDB, que foi significativo neste pleito. É muito difícil, o partido é grande, a tendência é que outros partidos surjam e outros partidos cresçam. E quem iria, normalmente, perder espaço? Seria o nosso PMDB, que é o maior partido, mas isso não aconteceu nas eleições, pois aumentamos o número de vereadores, mantivemos praticamente o número de prefeitos, é o maior partido do estado de Santa Catarina e aumentamos significativamente o número de votos nominais aos candidatos do PMDB.

Isso é o que tem que ser colocado, senão iremos fazer a inversão de valores: o PMDB é o maior partido, cresceu em número de votos, cresceu em número de vereadores e continua sendo disparadamente o maior partido do estado de Santa Catarina. Ao contrário, mesmo pelo esforço e pela imaginação do outro partido, reduziu, começou a diminuir, tem diminuído e não é uma previsão, é uma realidade das urnas do que aconteceu.

Por isso ocupo esta tribuna, para colocar os pingos nos *ii* e passar a realidade. Eu sei que na minha região, Lages, foi citado que ganhou o prefeito Renatinho. Ganhou porque o povo quis! Na eleição não existem derrotados deputado Manoel Mota, todos aqueles que participam com um projeto sério para ajudar o estado e o seu município são ganhadores, uns ganham mais, outros ganham menos, é assim a política onde as pessoas participam.

Eu queria fazer o registro que na minha região, onde participei da eleição, dos 18 municípios, em nove fomos vencedores com a minha participação. Não vencemos em todos, ninguém é unanimidade, também há um ditado que diz que a unanimidade não é tão sábia, talvez seja um pouco burra. Mas foi o que aconteceu, e nós fizemos um bom trabalho na região.

Em Lages, como foi referido, não elegemos nenhum vereador. É bom lembrar que o nosso partido, o PMDB, fez uma votação magnifica na proporcional, porque nós coligamos na proporcional, mas por um erro de estratégia acabamos elegendo outros partidos e o PMDB, com a votação fantástica que obteve no município, acabou não elegendo nenhum vereador.

Mas quero, desta tribuna, cumprimentar todos os candidatos a vereador do município de Lages que fizeram um grande trabalho, enalteceram o nosso partido e hoje, depois de mais de 30 anos, temos um partido totalmente unido naquele município.

O Sr. Deputado Manoel Mota - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO ELIZEU MATTOS -Pois não! Concedo um aparte ao meu nobre líder, deputado Manoel Mota.

O Sr. Deputado Manoel Mota - Quero cumprimentar o eminente deputado lageano, Elizeu Mattos, e dizer o seguinte: o eminente deputado Joares Ponticelli vem aqui festejar a vitória em Criciúma. Quem ganhou em Criciúma é da coligação do governador Luiz Henrique, e ele vem fazer uma festa; quem ganhou em Tubarão é dessa mesma coligação, e ele vem fazer uma festa.

Essas coisas não podem passar assim despercebidas, até para a população fazer uma análise e ver que o presidente do PP do estado de Santa Catarina está delirando. Vejam, o PP fez dois vereadores em Tubarão, e ele fez uma festa aqui dizendo da vitória do Kennedy Nunes que não está no segundo turno em Joinville. Então, é uma situação interessante essa.

Em Araranguá nós fizemos cinco vereadores e quem ganhou também fez cinco vereadores. O PMDB fez três - essa é a vitória acachapante a que ele se referiu - e nós fizemos cinco a cinco para fazer a maioria na Câmara de Vereadores.

É preciso esclarecer à população aquilo que é falado aqui. Se eu resolvesse falar do seu grande líder, aqui em Florianópolis, com mais de 20% na pesquisa do Ibope, no domingo, como é que ficaria? Mas eu vou deixar para daqui a alguns dias podermos comemorar com mais garra ainda aqui na capital.

Muito obrigado, deputado.

O SR. DEPUTADO ELIZEU MATTOS -Deputado Manoel Mota, agradeço o aparte. Nós retornamos até para colocar os pingos nos ii. Não podemos começar a fazer festa com o chapéu alheio, fazer sombra com o chapéu alheio é muito fácil.

Na verdade há uma divisão de forças, mas queiram ou não, os grandes vencedores são os partidos também da polialiança que fizeram bonito no estado de Santa Catarina, e aí eu cito o PMDB, o DEM, o PSDB, o próprio PPS, PTB, PDT, que fazem parte da polialiança, que apóiam, que dão sustentação ao governo Luiz Henrique. Isso tem que ficar claro, ser frisado, arrumar os pingos nos ii.

Portanto, para encerrar, o grande vencedor dessa eleição continua sendo o nosso PMDB sob a liderança do dr. Eduardo Pinho Moreira e do nosso governador Luiz Henrique da Silveira. (Muito obrigado! (SEM REVISÃO DO ORADOR)

SR. PRESIDENTE (Deputado Antônio Aguiar) - Não há mais oradores inscritos. Livre a palavra a todos os srs. deputados

(Pausa)

Não havendo mais oradores ins-

critos, esta Presidência, antes de encerrar a presente sessão, comunica, de acordo com art. 108 do Regimento Interno, que são as seguintes matérias destinadas à Ordem do Dia da 78ª sessão ordinária de 15 de outubro de 2008: discussão e votação em turno único das Mensagens de Veto n.s 0703/2008, 0706/2008 e 0715/2008, de autoria do

governo do estado; discussão e votação em primeiro turno do Projeto de Lei n. 0259/2008, de autoria da deputada Ana Paula Lima.

Encerramos a presente sessão, convocando outra, ordinária, para amanhã em horário regimental.

. Está encerrada sessão.

PUBLICAÇÕES DIVERSAS

OFÍCIO

OFÍCIO Nº 361/08

TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 12ª REGIÃO - SANTA CATARINA 4ª Vara do Trabalho de Blumenau - SC

Ofício nº 5031/08

19 de agosto de 2008

Ilmo Senhor Presidente

Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina

Processo: AT 02625-2006-051-12-00-7

Autor (a): Artur Nunes de Borba

Réus: PRONERGE ELETRO COMERCIAL LTDA. e outro (2)

Ilustríssimo Senhor Presidente da Assembléia Legislativa do

Estado de Santa Catarina, Deputado Júlio Garcia

Pelo presente, extraído dos autos da (os) AT 02625-2006-051-12-00-7, em que são partes Artur Nunes de Borba, autor, e PRONERGE ELETRO COMERCIAL LTDA e outros(2) réus; encaminho a Vossa Senhoria cópia do acórdão prolatado em grau de recurso nos autos, para as providências que julgar cabíveis e necessárias, inclusive em relação à 2ª ré CELESC Distribuição SA (CNPJ 08.336.783/0007-86), sendo que os autos supra estarão à sua disposição, para as consultas que se fizerem necessárias.

Informo ainda que tanto a 1ª ré (Pronerge) quanto seus sócios não foram mais localizados e suas intimações estão ocorrendo via Edital nos autos.

Atenciosamente,

CARLOS ALBERTO PEREIRA DE CASTRO Juiz do Trabalho

Lido no Expediente Sessão de 14/10/08

*** X X X *** OFÍCIO Nº 362/08

Associação Catarinense de Assistência Odontológica **ACAO**

Of. Nº 017/2008

Balneário Camboriú, 10 de outubro de 2008

Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina

Ao tomarmos conhecimento da lei nº 4.182, de 01 de novembro de 2007 que dispõe sobre o reconhecimento de utilidade pública estadual das entidades sem fins lucrativos e sua manutenção, elaboramos os relatórios exigidos nesta lei referente aos anos 2006 e 2007, com o objetivo de obter desta Assembléia atestado de regularidade de utilidade pública quanto ao encaminhamento da documentação exigida.

Segue em anexo documentação solicitada para comprovar o efetivo exercício da Associação dentro dos dispositivos legais.

Certos em podermos contar com sua atenção, agradecemos e reiteramos protestos de estima e consideração.

Atenciosamente, Túlio Del Conte Valcanaia Presidente da ACAO

Lido no Expediente Sessão de 15/10/08

*** X X X ***

OFÍCIO Nº 363/08

ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS DE SÃO MARTINHO

Escola Especial Tante Cecília Effting RELATÓRIO DE ATIVIDADES - 2007

DADOS DA INSTITUIÇÃO

Nome: Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais - APAE de São

Martinho

CNPJ: 00.104.137/0001-96

Endereco: Rua Francisco Beckhauser, s/nº - Centro - CEP 88765-000

Cidade: São Martinho/SC Telefone/Fax: (48) 3645-6137 E-mail: apaesaomartinho@hotmail.com Horário de funcionamento: 07:45h às 17:00h

Categoria: Associação civil, filantrópica, de caráter assistencial, educacional, cultural, de saúde, de estudo e pesquisa, desportivo e outros, sem fins lucrativos, com duração indeterminada.

Registros Oficiais:

- Data de fundação: 12 de maio de 1994;

- Registro de Pessoa Jurídica: nº 206, no livro A/4, folhas 43v à 47, no Cartório de Registro Civil, Documentos e Pessoas Jurídicas de Imaruí/SC, em 13/05/1994;
- Número de Registro na Federação Nacional das APAEs: 1078 de 07/05/1997;
- Utilidade Pública Municipal: Lei nº 656 de 12/08/1994;
- Utilidade Pública Estadual: Lei nº 10.201 de 24/07/1996;
- Utilidade Pública Federal: Portaria nº 01 de 21/0111999;
- Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social: nº 71010.001923/2004-40;
- Registro no CNAS: n° 28.995.000.453/95.80 de 04/12/1995; Registro no COMAS: n° 0003 de 26/05/1998;
- Inscrição de matrícula no INSS: nº 20.601.002:839/95;
- Isenção do Imposto de Renda: processo nº 0476735.
 HISTÓRICO DA CRIAÇÃO DA ENTIDADE

A Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais - APAE de São Martinho - foi fundada no dia 12 de maio de 1994, em Assembléia Geral, com a presença da comunidade, pais de alunos, prefeito municipal e representante da Federação Estadual das APAEs. Na mesma data, foi realizada a eleição da Diretoria da APAE, tendo como 1ª Presidente a Srª Leonete Back Loffi, na época, Secretária de Saúde e Assistência Social do município.

A APAE foi fundada para atender as pessoas com deficiência do município, que segundo levantamento da Secretaria de Saúde e Assistência Social, na época existiam 28 pessoas com deficiência, o que correspondia a 1% da população municipal.

A idéia de fundar a Associação partiu da referida Secretária, ao se deparar com mães de crianças com deficiência mental que precisavam se deslocar até outros municípios para que seus filhos pudessem ser atendidos e também, pelo fato de existir no interior do município, um número elevado de adultos com deficiência mental que, até então, tinham sua vida social resumida ao ambiente familiar.

Então, a APAE passou a manter a Escola Especial Tante Cecília Effting (nome dado em homenagem a uma parteira que atuou no município durante quase 50 anos), que iniciou suas atividades em abril de 1995, atendendo alunos oriundos de várias localidades do município.

A escola instalou-se em casas cujo aluguel era pago pelos membros da Associação até 1997, quando, através de um convênio firmado com o MEC, reformou-se e ampliou-se um prédio doado pela Prefeitura municipal, situado no centro da cidade e, desde então, a APAE tem sua sede própria.

No ano de 2007 a instituição contou com 03 professoras efetivas (40 horas), 03 professoras ACTs (20 horas), 01 professora de Educação Física (10 horas) e ainda, com 01 psicóloga, 0 1 fisioterapeuta, 01 fonoaudióloga, 0 1 merendeira, 0 1 faxineira e 0 1 motorista, atendendo a fonoaudiologa, o i merendeira, o i faxineira e o i motorista, atendendo a 31 alunos, distribuídos nas turmas de: Estimulação Essencial; Serviço Pedagógico Específico; SAEDE/DM; Oficina Pedagógica II; Ocupacional; Serviço Itinerante; e Educação Física. Contando também, com atendimento de psicologia, fisioterapia e fonoaudiologia.

De forma geral esta instituição tem a finalidade de promover a melhoria da qualidade de vida das pessoas com deficiência, buscando especturar libro a exercício de cidadonio.

do assegurar-lhes o exercício da cidadania.

FINALIDADES ESTATUTÁRIAS

São os seguintes os fins desta APAE, na sua área de jurisdição:

a) promover a melhoria da qualidade de vida das pessoas com deficiência, preferencialmente mental, em seus ciclos de vida, crianças, adolescentes, adultos e idosos, buscando assegurar-lhes o pleno exercício da cidadania;

 b) coordenar e executar na sua área de jurisdição os objetivos, programas e a política da Federação das APAEs do Estado e da Federação Nacional das APAEs, promovendo, assegurando e defendendo o progresso, o prestígio, a credibilidade e a unidade orgânica e filosófica do Movimento Apaeano;

 c) atuar na definição da política municipal de atendimento à pessoa com deficiência, em consonância com a política adotada pela Federação Nacional e pela Federação das AP AEs do Estado, coordenando e fiscalizando sua execução;

d) articular junto aos poderes públicos municipais e entidades privadas, políticas que assegurem o pleno exercício dos direitos da pessoa com deficiência e com outras entidades no município, que defendam a causa da pessoa com deficiência em qualquer de seus aspectos;

e) encarregar-se, em âmbito municipal, da divulgação de informações sobre assuntos referentes à pessoa com deficiência, incentivando a publicação de trabalhos e de obras especializadas:

publicação de trabalhos e de obras especializadas; f) exigir de seus associados o permanente exercício de conduta ética de forma a preservar e aumentar o conceito do Movimento Apaeano;

g) compilar e/ou divulgar as normas legais e regulamentares federais, estaduais e municipais, relativas à pessoa com deficiência, provocando a ação dos órgãos municipais competentes no sentido do cumprimento e aperfeiçoamento da legislação;

h) promover e/ou estimular a realização de estatísticas, estudos e pesquisas em relação à causa da pessoa com deficiência, propiciando o avanço científico e a permanente formação e capacitação dos profissionais e voluntários que atuam na APAE;

i) promover e/ou estimular o desenvolvimento de programas de prevenção da deficiência, de promoção, de proteção, de inclusão, de defesa de direitos da pessoa com deficiência e de apoio e orientação à sua família e à comunidade;

 j) estimular., apoiar e defender o desenvolvimento pennanente dos serviços prestados pela APAE, impondo-se a observância dos mais rígidos padrões de ética e de eficiência, de acordo com o conceito do Movimento Apaeano;

k) divulgar a experiência apaeana em órgãos públicos e privados, no âmbito municipal;

n) prestar serviços gratuitos, permanentes, e sem qualquer discriminação de clientela na área específica de atendimento, àqueles que deles necessitarem;

 desenvolver e estimular política de autodefensores grantindo a participa de autodefensores de autod

m) desenvolver e estimular política de autodefensores garantindo a participação efetiva em todos os eventos e níveis do Movimento Apaeano;

n) promover e articular serviços e programas de prevenção, educação, saúde, assistência social, esporte, lazer, visando à inclusão social da pessoa com deficiência.

AÇÕES DESENVOLVIDAS

Estimulação Essencial: é propiciado o desenvolvimento integral da criança, através da estimulação sensório-perceptiva, motora, cognitiva, de comunicação e aquisição de hábitos de vida diária, para que a mesma atinja padrões de desenvolvimento compatíveis com suas características e possibilidades.

Serviço Pedagógico Específico: é proporcionado ao aluno condições de aprendizagem e participação na vida social, através de atividades psicomotoras, AVD, artes, recreação e o desenvolvimento de conteúdos da matemática, língua portuguesa, ciências naturais e sociais.

SAEDE/DM: são desenvolvidas estratégias pedagógicas que possibilitem a elaboração conceitual; bem como, orientação, assessoramento e acompanhamento da escola do ensino regular em que o aluno frequenta no período oposto.

Oficina Pedagógica II: é promovida a educação profissional, através da efetivação do Programa "Horta Escolar", proporcionando aos alunos maiores possibilidades de inserção no mercado de trabalho.

Ocupacional: é oferecido cuidados básicos de alimentação, saúde e higiene trabalhando as atividades de vida diária (AVD) e estimulando a tomarem-se o mais independente possível, tanto pessoal quanto social, trabalhando a continuidade e a manutenção das atitudes e hábitos já adquiridos.

Servico Itinerante: é oferecido cuidados básicos de alimentação, saúde e higiene trabalhando as atividades de vida diária (AVD) e visando a manutenção de habilidades adquiridas. Como também, diminuir a sobrecarga da família nos cuidados diários.

Educação Física: é desenvolvido atividades físicas que despertem nos alunos o gosto pelos esportes e artes, dando-lhes oportunidade de participarem ativamente das atividades sociais.

Setor de Psicologia: é realizado: - Triagem dos alunos; - Trabalho de atendimento e acompanhamento matemo-infantil; -Elaboração de programação terapêutica; -Reuniões técnicopedagógicas; -Estudo de casos; -Trabalho de prevenção junto a comunidade; -Grupo de mães, pais e irmãos.

Setor de Fisioterapia: é realizado: -Entrevista com os pais; -Exame e Diagnóstico; _ Programação terapêutica; -Avaliação e reavaliação; -Acompanhamento junto ao professor nas atividades desenvolvidas; -Orientação aos pais.

Setor de Fonoaudiologia: é realizado: -Entrevista com os pais; -Exame e Diagnóstico; _ Programação terapêutica; -Avaliação e reavaliação; -Acompanhamento junto ao professor nas atividades desenvolvidas; -Orientação aos pais.

Público alvo: Pessoas com Deficiência

CECÍLIA LOFFI SCHMITT Presidente da APAE

Lido no Expediente Sessão de 15/10/08

*** X X X ***

PORTARIAS

PORTARIA Nº 1799, de 15/10/2008

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: com fundamento no art. 169, I, da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985,

EXONERAR a servidora LEDA GLADIS C. ALVES,

matrícula nº 2599, do cargo de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-65, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, a contar de 14 de outubro de 2008 (Deputado Reno Caramori). Neroci da Silva Raupp

Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 1800, de 15/10/2008

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: nos termos dos arts. 9° e 11 da Lei n° 6.745, de 28 de dezembro de 1985, em conformidade com as Resoluções n°s

conformidade com as Resoluções nºs 001 e 002/2006, e alterações, NOMEAR PAULO ROBERTO DA SILVA, matrícula nº

5567, para exercer o cargo de provimento em comissão de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-70, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, a contar de 1º de outubro de 2008 (Deputado Marcos Vieira).

Neroci da Silva Raupp

Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 1801, de 15/10/2008

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução $n^{\rm o}$ 001, de 11 de janeiro de 2006,

NOMEAR EVANDRO CARLOS DOS SANTOS, matrícula nº 3748, para exercer o cargo de provimento em comissão de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-69, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, a contar de 1º de outubro de 2008 (Deputado Romildo Titon).

Neroci da Silva Raupp

Diretor Geral

PORTARIA Nº 1802, de 15/10/2008

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

EXONERAR o servidor WOLNEI FRANCISCO LIBERO, matrícula nº 4534, do cargo de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-37, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, a contar de 1º de outubro de 2008 (Deputado Dirceu Dresch).

Neroci da Silva Raupp

Diretor Geral

PORTARIA Nº 1803, de 15/10/2008

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

EXONERAR o servidor **LINO DE SOUZA**, matrícula nº 5764, do cargo de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-51, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, a contar de 1º de outubro de 2008 (Deputado Dirceu Dresch).

Neroci da Silva Raupp

Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 1804, de 15/10/2008

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

EXONERAR o servidor ODAIR JOSE DEMARCO, matrícula nº 5807, do cargo de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-3, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, a contar de 1º de outubro de 2008 (Deputado Dirceu Dresch).

Neroci da Silva Raupp

Diretor Geral

PORTARIA Nº 1805, de 15/10/2008 O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

NOMEAR ODAIR JOSE DEMARCO, matrícula nº 5807 para exercer o cargo de provimento em comissão de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-41, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, a contar de 1º de outubro de 2008 (Deputado Dirceu Dresch). Neroci da Silva Raupp

Diretor Geral

*** X X X *** PORTARIA Nº 1806, de 15/10/2008

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

NOMEAR MARCEL FABRIZIO SALOMON, matrícula nº 4408, para exercer o cargo de provimento em comissão de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-13, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, a contar de 06 de outubro de 2008 (Deputado Dirceu Dresch). Neroci da Silva Raupp **Diretor Geral**

*** X X X ***

PORTARIA Nº 1807, de 15/10/2008

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: nos termos dos arts. 9º e 11 da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, em conformidade com as Resoluções nºs 001 e 002/2006, e alterações,

NOMEAR LINO DE SOUZA, matrícula nº 5764 para exercer o cargo de provimento em comissão de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-45, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, a contar de 1º de outubro de 2008 (Deputado Dirceu Dresch). Neroci da Silva Raupp

Diretor Geral

*** X X X *** PORTARIA Nº 1808, de 15/10/2008

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

EXONERAR a servidora ELISETE SERAFIM FROEHNER, matrícula nº 5818, do cargo de Assessor de Comissão Permanente, código PL/GAC-59, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, a contar de 07 de outubro de 2008 (Comissao de Legislacao Participativa).

Neroci da Silva Raupp

Diretor Geral

*** X X X *** PORTARIA Nº 1809, de 15/10/2008

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18 da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

NOMEAR TARCISIO KOCK, matrícula nº 5326, para exercer o cargo de provimento em comissão de Assessor de Comissão Permanente, código PL/GAC-59, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, a contar de 07 de outubro de 2008 (Comissão de Legislação Participativa).

Neroci da Silva Raupp

Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 1810, de 15/10/2008

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

EXONERAR a servidora DAYANA WEISS, matrícula nº 5797, do cargo de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-46, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, a contar de 07 de outubro de 2008 (Deputado Jailson Lima).

Neroci da Silva Raupp

Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 1811, de 15/10/2008

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

EXONERAR a servidora MARCIA TEREZINHA DUARTE

MAY, matrícula nº 5775, do cargo de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-43, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, a contar de 07 de outubro de 2008 (Deputado Jailson Lima)

Neroci da Silva Raupp

Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 1812, de 15/10/2008

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

NOMEAR ELAINE PROCHNOW RAMOS, matrícula nº 5542, para exercer o cargo de provimento em comissão de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-43, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, a contar de 07 de outubro de 2008 (Deputado Jailson Lima).

Neroci da Silva Raupp

Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 1813, de 15/10/2008

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

NOMEAR PAULO ROBERTO WEISS, matrícula nº 5336, para exercer o cargo de provimento em comissão de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-46, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, a contar de 07 de outubro de 2008 (Deputado Jailson Lima).

Neroci da Silva Raupp

Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 1814, de 15/10/2008

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

EXONERAR o servidor LUIZ HENRIQUE HESSMANN, matrícula nº 5544, do cargo de Assessor de Liderança, código PL/GAL-17, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, a contar de 16 de outubro de 2008 (Lideranca do PDT).

Neroci da Silva Raupp

Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 1815, de 15/10/2008 O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18 da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

NOMEAR LUIZ HENRIQUE HESSMANN, matrícula nº 5544, para exercer o cargo de provimento em comissão de Assessor de Liderança, código PL/GĂL-37, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, a contar de 16 de outubro de 2008 (Liderança do PDT). Neroci da Silva Raupp

Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 1816, de 15/10/2008

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

EXONERAR RENATA **FERRACINI** а servidora RODRIGUES, matrícula nº 5466, do cargo de Assessor de Liderança, código PL/GAL-57, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, a contar de 15 de outubro de 2008 (Lideranca do PDT).

Neroci da Silva Raupp

Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 1817, de 15/10/2008

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

NOMEAR RENATA FERRACINI RODRIGUES, matrícula nº 5466 para exercer o cargo de provimento em comissão de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-40, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, a contar de 15 de outubro de 2008 (Deputado Sargento Amauri Soares)

Neroci da Silva Raupp

Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 1818, de 15/10/2008

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18 da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

NOMEAR EVERTON WAN-DALL ALVES, matrícula nº 5340, para exercer o cargo de provimento em comissão de Assessor de Liderança, código PL/GAL-49, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, a contar de 16 de outubro de 2008 (Liderança do PDT). Neroci da Silva Raupp

Diretor Geral

PORTARIA Nº 1819, de 15/10/2008

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

EXONERAR o servidor FABIANO GUSTAVO BUSSI, matrícula nº 5834, do cargo de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-66, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, a contar de 06 de outubro de 2008 (Deputado

Neroci da Silva Raupp

Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 1820, de 15/10/2008

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

NOMEAR ADILOR GUGLIELMI, matrícula nº 3237, para exercer o cargo de provimento em comissão de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-66, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, a contar de 06 de outubro de 2008 (Deputado Luiz Eduardo Cherem).

Neroci da Silva Raupp

Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 1821, de 15/10/2008

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18 da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

CONCEDER LICENÇA para tratamento de saúde aos servidores

Matr.	Nome do Servidor	Qde Dias	Inicío em	Proc.N°
2142	Emir José de Souza	15	01/10/08	1903/08
1582	Silmara Quintão da Silveira	30	06/10/08	1901/08
1022	Walbia S. Bittencourt Corrêa	15	06/10/08	1906/08

Neroci da Silva Raupp Diretor Geral

* * * X X X * * *

PORTARIA Nº 1822, de 15/10/2008

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18 da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

PRORROGAR LICENÇA para tratamento de saúde dos

servidores abaixo relacionados:

Matr.	Nome do Servidor	Qde Dias	Inicío em	Proc.N°
1563	Heloisa Helena Cardoso	15	01/10/08	1907/08
1399	Claudio José Ramos Couto	10	02/10/08	1905/08
0981	Ivania B. Ranzolin Nerbass	90	07/10/08	1904/08
Managet al	Cil D			

Neroci da Silva Raupp

Diretor Geral

* * * X X X * * * PORTARIA Nº 1823, de 15/10/2008

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18 da Resolução nº 001, de 11

de janeiro de 2006, tendo em vista o que consta do Processo nº 1908/08, CONCEDER LICENÇA por motivo de doença em pessoa da família a servidora ADELAIDE FURTADO VIEIRA, matrícula nº 0876, por 10 (dez) dias, a contar de 01 de outubro de 2008.

Neroci da Silva Raupp

Diretor Geral

*** X X X *** PORTARIA Nº 1824, de 15/10/2008

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18 da Resolução \dot{n}^{o} 001, de 11 de janeiro de 2006, tendo em vista o que consta do Processo nº 1902/08,

CONCEDER LICENÇA por motivo de doença em pessoa da família a servidora MARIA DA GRAÇA BRASIL CALDAS, matrícula nº 2360, por 15 (quinze)dias, a contar de 01 de outubro de 2008.

Neroci da Silva Raupp

Diretor Geral

*** X X X ***

PROJETOS DE LEI

PROJETO DE LEI Nº 289/2008

Altera a redaçãodo § 2º do art. 6º da Lei nº 13.553, de 16 de novembro de 2005

Art. 1° 0 § 2° do art. 6° da Lei nº 13.553, de 16 de novembro de

2005, passa a vigorar com a seguinte redação:
"Art. 6º (...)
§ 2º Para o licenciamento o órgão competente solicitará ao interessado na obra ou atividade, a elaboração dos estudos necessários, de acordo com suas características e seu porte."

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões

Deputado Edison Andrino

Lido no Expediente Sessão de 15/10/08

JUSTIFICATIVA

A Constituição Federal (art. 225, §1°, inciso IV) e a Constituição Estadual (art. 182, inciso V) exigem a realização de estudo prévio de impacto ambiental para obras e atividades potencialmente causadoras de significativa degradação ambiental, vejamos:

Constituição Federal

Art. 225. Todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações.

§ 1º Para assegurar a efetividade desse direito, incumbe ao Poder Público:

(...)

ÌV - exigir, na forma da lei, para instalação de obra ou atividade potencialmente causadora de significativa degradação do meio ambiente, estudo prévio de impacto ambiental, a que se dará publicidade;

Constituição Estadual

Art. 181. Todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, impondo-se ao Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações.

Art. 182. Incumbe ao Estado, na forma da lei:

(...)

V - exigir, para instalação de obra ou atividade potencialmente causadora de significativa degradação do meio ambiente, estudos prévios de impacto ambiental, a que se dará publicidade.

Embora não haja lei federal ou estadual disciplinando a matéria, o fato é que, por força dos preceitos insculpidos nas Constituições Federal e Estadual, o estudo prévio de impacto ambiental (EPIA) deve ser exigido somente de obras ou atividades potencialmente causadores de significativa degradação do meio ambiente.

Isso significa que a legislação infraconstitucional não pode dispensar de EPIĂ as atividades com significativa degradação ambiental (como já decidiu o Supremo Tribunal Federal no julgamento da ADIN 1086 que julgou inconstitucional o §3º do art. 182 da Constituição Estadual), nem

exigi-lo de atividades que não tenham potencial impacto significativo.

Ocorre que o art. 6°, §2°, da Lei n° 13.553, de 16 de novembro de 2005, exige a realização de estudo prévio de impacto ambiental e do respectivo relatório de impacto ambiental para toda obra ou atividade realizada na Zona Costeira Estadual.

Desse modo, até mesmo a construção de uma residência unifamiliar na Zona Costeira estaria sujeita à elaboração de estudo prévio de impacto ambiental quando tal atividade, salvo exceções, não tem potencial de degradação ambiental e muito menos significativo potencial de degradação ambiental.

Com efeito, a legislação federal sequer exige licenciamento ambiental para tal atividade (construção de casa) e, por certo, não exige a elaboração de estudo prévio de impacto ambiental.

Destaque-se que a Lei Estadual nº 13.553, de 2005, não define Zona Costeira, contudo, o Decreto Federal nº 5.300, de 7 de dezembro de 2004, traz um conceito bastante amplo dessa área:

Art. 3º A zona costeira brasileira, considerada patrimônio nacional pela Constituição de 1988, corresponde ao espaço geográfico de interação do ar, do mar e da terra, incluindo seus recursos renováveis ou não, abrangendo uma faixa marítima e uma faixa terrestre, com os seguintes limites:

I - faixa marítima: espaço que se estende por doze milhas náuticas, medido a partir das linhas de base, compreendendo, dessa forma, a totalidade do mar territorial;

II - faixa terrestre: espaço compreendido pelos limites dos Municípios que sofrem influência direta dos fenômenos ocorrentes na zona costeira (grifo acrescido)

Esse conceito amplo de zona costeira torna preocupante o disposto no art. 6°, §2°, porque este torna exigível o estudo de impacto ambiental para um enorme número de situações, onde não há significativo impacto ambiental.

Não fosse o suficiente, importa lembrar que o estudo de impacto ambiental consiste numa análise bastante complexa e cara, que demanda o atendimento de uma série de requisitos e o dispêndio de muitos recursos, o que só se justifica diante do potencial de significativa degradação ambiental.

Exigi-lo de toda e qualquer atividade - ainda que na Zona Costeira - além de contrariar o disposto na Constituição, é inviável do ponto de vista prático e econômico.

Ante o exposto, convém a alteração do §2º do art. 6º da Lei nº 13.553, de 2005, evitando a permanência no sistema jurídico de uma norma fadada ao desuso ou, o que seria ainda pior, que seja usada para impedir o desenvolvimento de obras e atividades de pequeno potencial de impacto ambiental, sem a devida justificativa para

PROJETO DE LEI Nº 290/2008

Dispõe sobre a obrigatoriedade instalação de sistema de vigilância, por meio de câmeras de vídeo, nas arenas de e estádios de credenciados para a realização de jogos oficiais.

Art. 1º É obrigatória a instalação de sistema de vigilância eletrônica, por meio de câmeras de vídeo, nas arenas de multiuso e estádios de futebol credenciados para a realização de jogos oficiais.

Parágrafo único. As câmeras de vídeo referidas no caput deverão oferecer cobertura visual simultânea de todas as áreas onde haja concentração de público.

Art. 2º Será concedido um prazo de cento e oitenta dias, a contar da entrada em vigor desta Lei, para que as arenas de multiuso e os estádios de futebol enquadrem-se na situação descrita no caput do art. 1º.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação. Sala das Sessões

Deputado Edison Andrino

Lido no Expediente Sessão de 15/10/08

JUSTIFICAÇÃO

Recentemente, temos visto o aumento da violência nos estádios de futebol, que se manifesta sob a forma de briga entre torcidas organizadas, invasões de campo ou arremesso de objetos destinados a ferir torcedores, jogadores ou árbitros.

Esses atos de violência, devido à dificuldade de fiscalização e identificação dos agressores, pelo fato de estarem no meio de multidões, muitas vezes restam impunes.

Para resolver esse problema, alguns clubes de futebol vêm adotando a instalação de sistemas de câmeras de vídeo que permitem a identificação dos que praticam esses atos violentos. A experiência tem demonstrado que a medida é eficaz na redução da violência nos estádios de futebol.

Com efeito, nossa proposição tem por finalidade tornar obrigatória a instalação desse tipo de sistema de vigilância em todos os locais de grande concentração de torcidas, quer seja nas arenas de multiuso, como nos estádios de futebol credenciados para a realização de jogos oficiais.

Dessa forma, pretendemos coibir a violência com métodos coercitivos e de prevenção, de baixo impacto financeiro e que certamente trarão resultados positivos no combate a essas manifestações

Assim, pela relevância da matéria para a segurança pública é que esperamos contar com o apoio de nossos Pares para a aprovação desta proposição em norma legal.

*** X X X ***

PROJETO DE LEI Nº 291/2008

Dispõe sobre a obrigatoriedade de estabelecimentos comerciais -destinarem os resíduos de óleo de cozinha a processo de reciclagem

Art. 1º Os restaurantes, lanchonetes e demais estabelecimentos comerciais que utilizem grande quantidade de óleo de cozinha no preparo de seus produtos, ficam obrigados a destinar para processo de reciclagem os resíduos gerados pelo seu uso.

Art. 2º Os resíduos de óleo de cozinha deverão ser devidamente armazenados pelos estabelecimentos comerciais antes do encaminhamento à reciclagem.

Art. 3º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação. Sala das Sessões

Deputado Edison Andrino

Lido no Expediente Sessão de 15/10/08

JUSTIFICAÇÃO

A proteção do meio ambiente tornou-se uma das ações mais importantes na agenda política mundial. A preservação dos recursos naturais é questão vital na busca de melhorar e preservar a qualidade de vida. Dentre os recursos naturais a serem protegidos, urge a preservação dos recursos hídricos que com a expansão e o crescimento econômico das cidades, vêm sendo paulatinamente contaminados. Dentre as formas de contaminação, uma das mais comuns e nocivas é o despejo de óleo de cozinha em local impróprio, com sérios danos ao meio ambiente.

Estudos apontam para a necessidade da reciclagem do óleo de cozinha, de outra forma corremos sério risco de dano ambiental de difícil reversão. Vale ressaltar que, costumeiramente, o óleo de cozinha é jogado em ralos, pias ou mesmo em bueiros por falta de conscientização e de um programa de reciclagem.

Mister informar que hoje em dia existem empresas com tecnologia para reaproveitamento desse produto, que inclusive é reaproveitado pelas industrias que precisam de calor para os seus fornos.

Assim, com um simples programa de reciclagem que vise o reaproveitamento do óleo de cozinha, estaremos contribuindo para a preservação dos recursos naturais, além de estarmos oportunizando aos estabelecimentos comerciais que pratiquem medidas socioambientais.

Pelo exposto, proponho o presente projeto de lei a fim de tornar obrigatória a reciclagem do óleo de cozinha utilizado pelos estabelecimentos comerciais, geradores de grandes quantidades desse produto que, em face do patente interesse público, espero contar com os ilustres colegas para a aprovação deste projeto. * * X X X *

PROJETO DE LEI Nº 292/2008

Determina o perdimento e a doação dos veículos apreendidos pelo Detran/SC e não reclamados no prazo de seis meses.

Art. 1º Os veículos apreendidos ou removidos a qualquer título, e não reclamados por seus proprietários no prazo de cento e oitenta dias, serão perdidos em favor do ente a que se subordina o órgão ou entidade executiva rodoviária responsável pela apreensão ou remoção, e doados a órgãos ou entidades públicas ou que prestem serviços de relevante interesse social.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor no prazo de cento e vinte dias de sua publicação.

Sala das Sessões

Deputado Edison Andrino

Lido no Expediente Sessão de 15/10/08

JUSTIFICAÇÃO

Hoje em dia é comum que veículos apreendidos pelos órgãos executivos rodoviários permaneçam por longos períodos nos depósitos, sem que seus proprietários regularizem as pendências existentes. As razões são as mais diversas e esses veículos, que frequentemente ficam expostos à ação do tempo e ao furto de peças, até se tornarem absolutamente inservíveis e sem valor, poderiam ser muito úteis a prefeituras, hospitais, escolas e entidades carentes de recursos, que prestam serviços de relevante interesse público.

Por essa razão, propomos que, passados cento e oitenta dias sem que o veículo seja retirado pelo seu proprietário, e as pendências não sejam regularizadas, o veículo seja perdido em favor do Estado ou do Município, conforme o caso, e doado a órgão ou entidade pública que preste serviço de interesse social.

Ante as razões acima expostas, contamos com a colaboração de nossos Pares para a transformação desta proposição em norma legal.

*** X X X ***

PROJETO DE LEI Nº 293/2008

Declara de utilidade pública o Instituto de Desenvolvimento e Integração Ambiental, com sede no município de Balneário Camboriú.

Art. 1º Fica declarada de utilidade pública o Instituto de Desenvolvimento e Integração Ambiental, com sede no município de Balneário Camboriú.

Art. 2º À entidade de que trata o artigo anterior, ficam assegurados todos os direitos e vantagens da legislação vigente.

Art. 3º A entidade deverá encaminhar, anualmente, à Assembléia Legislativa, até 30 de julho do exercício subsequente, para o devido controle, sob pena de revogação da presente Lei, os seguintes documentos:

I - relatório anual de atividades;

II - declaração de que permanece cumprindo os requisitos exigidos para a concessão da declaração de utilidade pública:

III - cópia autenticada das alterações ocorridas no estatuto, se houver; e

IV - balancete contábil.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação. Sala das Sessões,

Deputado Dado Cherem **JUSTIFICATIVA**

Submeto à elevada consideração de Vossas Excelências o projeto de lei em anexo que visa declarar de utilidade pública estadual o Instituto de Desenvolvimento e Integração Ambiental, de Balneário Camboriú.

Trata-se de entidade com personalidade jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, de caráter socioeconômico e de educação ambiental formal informal, visando à organização de sociedades sustentáveis.

O presente projeto de lei, além de assegurar os benefícios previstos na legislação, é também um reconhecimento ao empenho, aplicação e dedicação que os membros da referida entidade têm com a digna causa comunitária.

Solicito, portanto que o Instituto de Desenvolvimento e Integração Ambiental, de Balneário Camboriú, seja reconhecido com a declaração de utilidade pública estadual.

PROJETO DE LEI Nº 294/2008

Institui no âmbito do Estado de Santa Catarina, o Cadastro para bloqueio do Recebimento de Ligações de Telemarketing

A ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SANTA CATARINA

Artigo 1º - Fica instituído, no âmbito do Estado de Santa Catarina, o Cadastro para o Bloqueio do Recebimento de Ligações de Telemarketing.

Parágrafo Único - O Cadastro tem por objetivo impedir que as empresas de telemarketing, ou estabelecimentos que se utilizem deste serviço, efetuem ligações telefônicas, não autorizadas, para os usuários nele

Artigo 2º - Compete ao PROCON/SC implantar, gerenciar e divulgar aos interessados o Cadastro, a partir da publicação desta Lei, bem como criar os mecanismos necessários à sua implementação.

Artigo 3º - O PROCON/SC disponibilizará, em seu site oficial e por meio de linha telefônica específica, a lista de usuários do Cadastro a que se refere o texto, discriminando o número do telefone e data da inscrição. Parágrafo Único: Para ter acesso a esse cadastro, as pessoas físicas ou jurídicas deverão se cadastrar previamente junto ao PROCON.

Artigo 4º - A inscrição no Cadastro será realizada pelo titular da assinatura do telefone, mediante os meios descritos no artigo anterior. No ato da inscrição o usuário deverá fornecer as seguintes informações

I - nome ou Razão Social

II - número do RG ou INSCR. ESTADUAL - CPF ou CNPJ

IV - endereço;

V - CEP

VI - telefone a ser cadastrado;

VII - e-mail;

Artigo 5° - A partir do trigésimo (30°) dia do ingresso do usuário no Cadastro, as empresas que prestam serviços relacionados ao parágrafo único do artigo 1º, ou pessoas físicas contratadas com tal propósito, não poderão efetuar ligações telefônicas destinadas às pessoas inscritas no cadastro supra criado.

O usuário poderá cadastrar somente linhas telefônicas § 1° registradas em seu nome, respeitando o limite máximo de 03 (três) números

§2º - Incluem-se, nas disposições desta Lei, os telefones fixos e os aparelhos de telefonia móvel em geral.

§3º - A qualquer momento o usuário poderá solicitar o seu desligamento do Cadastro.

§4º - O usuário que receber ligações após os 30 (trinta) dias da data do ingresso no Cadastro deverá registrar ocorrência do fato, junto ao PROCON/SC, informando o dia, horário, nome do atendente e da empresa prestadora do serviço, quando possíveis, a fim de que sejam tomadas as medidas cabíveis.

§5° - Será aplicada multa no valor de R\$ 5.000,00 (cinco mil reais), por ligação efetuada de forma indevida.

Artigo 6° - Não se aplica os dispositivos da presente lei às entidades filantrópicas que utilizem telemarketing para angariar recursos próprios. Artigo 7º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, Deputado Antonio Aguiar

Lido no Expediente Sessão de 15/10/08

JUSTIFICATIVA

A presente proposição tem por objetivo oferecer aos usuários do sistema convencional e móvel de telefonia de Santa Catarina, a alternativa do não recebimento de ligações efetuadas por instituições diversas que realizam o serviço de telemarketing.

A proposta foi inspirada em ação semelhante implementada nos Estados Unidos há alguns anos, denominada "Do Not Call" (não me ligue). O Projeto de Lei foi aprovado na Câmara Legislativa do Distrito Federal e aguarda sanção do governador.

** X X X *** PROJETO DE LEI Nº 295/2008

Declara de utilidade pública o Conselho Comunitário de Irineópolis, com sede no município de Irineópolis.

Art. 1º Fica declarado de Utilidade Pública o Conselho Comunitário de Irineópolis, com sede no município de Irineópolis.

Art. 2º À entidade de que trata o artigo anterior ficam assegurados todos os direitos e vantagens da legislação vigente.

Art. 3º A entidade deverá encaminhar, anualmente, à Assembléia Legislativa, até 30 de junho do exercício subsequente, para o devido controle, sob pena de revogação da presente Lei, os seguintes documentos:

I - relatório anual de atividades;

II - declaração de que permanece cumprindo os requisitos exigidos para a concessão da declaração de utilidade pública;

III - cópia autenticada das alterações ocorridas no estatuto, se houver; e

IV - balancete contábil.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação. Sala das Sessões

Deputado Antonio Aguiar

Lido no Expediente Sessão de 15/10/08

JUSTIFICATIVA

Levo ao conhecimento dos Senhores Deputados, o projeto de lei em anexo que visa declarar de Utilidade Pública o Conselho Comunitário de Irineópolis, com sede no município de Irineópolis.

Trata-se de entidade sem fins econômicos e que visa, entre outras finalidades, integrar e dinamizar as ações da comunidade, aprimorando-a como agente de seu próprio desenvolvimento, em estreita colaboração com órgãos do poder público; conscientizar a comunidade de suas pontecialidades, levando-a a responder aos seus anseios; promover a inserção da comunidade no contexto da dinamização nacional, através do cultivo das virtudes cívicas.

por entendermos que a oportunização da Assim, declaração de utilidade pública ensejará em concretizar incentivo às condições de trabalho da entidade epigrafada, solicitamos aos nobres Pares deste Parlamento o acolhimento da presente proposição.

*** X X X ***

PROJETO DE LEI Nº 296/2008 Declara de utilidade pública o Grupo de Assistência Social Paraíso-GASP, com sede

no município de Joinville. Art. 1º Fica declarado de utilidade pública o Grupo de Assistência Social Paraíso - GASP, com sede no município de Joinville.

Art. 2° À entidade de que trata o artigo anterior, ficam assegurados todos os direitos e vantagens da legislação vigente.

3º A entidade deverá encaminhar, anualmente, à Assembléia Legislativa, até 30 de junho do exercício subsequente, para o devido controle, sob a pena de revogação da presente Lei, os seguintes documentos:

I - relatório anual de atividades;

II - declaração de que permanece cumprindo os requisitos exigidos para a concessão da declaração de utilidade pública

III - cópia autenticada das alterações ocorridas no estatuto se houver; e

IV - balancete contábil.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data da sua publicação. Sala das Sessões,

Deputado Nilson Gonçalves

Lido no Expediente Sessão de 15/10/08

JUSTIFICATIVA

Submeto à elevada consideração de Vossas Excelências o projeto de lei em anexo que objetiva declarar de utilidade pública estadual o Grupo de Assistência Social Paraíso-GASP, com sede no município de Joinville.

Trata-se de entidade sem fins lucrativos, de caráter recreativo, social e cultural, que tem por finalidade a elaboração e engajamento em campanhas sociais no âmbito municipal, regional, estadual e nacional, promovendo a cultura, as diversões lícitas, os esportes sadios, encontros de formação, integração social e moral de crianças, jovens, adultos e idosos, bem como angariar recursos financeiros para a concretização e manutenção dos objetivos da entidade por meio de campanhas, doações, mensalidades de associados e outros que coincidam com os propósitos do Grupo. A entidade tem como objetivo, ainda, coletar, pesquisar, elaborar e divulgar nos meios de comunicação locais, regionais e nacional, informações de cunho político, social e econômico, científico, cultural, artístico e desportivo, relacionados à comunidade ou de seu interesse.

Assim, para dar continuidade a essas dignas ações de interesse público, faz-se necessário que a referida entidade seja beneficiada com a declaração de utilidade pública estadual.

* * * X X X * * * PROJETO DE LEI Nº 297/2008

Altera o art. 1º da Lei 13.348, de 2005. Art. 1º O art. 1º da Lei nº 13.348, de 2 de maio de 2005, que

"Estabelece condições de estacionamento em shopping centers, supermercados e agências bancárias", passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 1° (...) § 1° (...)

§ 2º Fica estabelecido que em todos os postos de cobrança de estacionamento de veículos, em shopping centers, supermercados e agências bancárias, deverão ser afixados e mantidos avisos quanto à Lei 13.348/2005, a qual estabelece o direito à isenção do pagamento de estacionamento de veículos automotores. "Os cartazes, placas ou adesivos referidos deverão estar em tamanho legível, citar a Lei, seus artigos e parágrafos e conter o seguinte texto: 'Cuide dos seus Interesses Você Mesmo.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação. Sala das Sessões,

Deputado Nilson Gonçalves

Lido no Expediente Sessão de 15/10/08

JUSTIFICATIVA

Submeto à elevada consideração de Vossas Excelências o projeto de lei em anexo que dispõe sobre a fixação de cartazes ou placas nos postos de cobrança de estacionamento com informações sobre a Lei Estadual nº 13.348/2005, a qual estabelece isenção do pagamento de estacionamento de veículos automotores em shopping centers, supermercados e agências bancárias.

Nesse sentido, toda a forma de divulgação contra a exploração do consumidor é de suma importância, e para dar continuidade a essas dignas ações de interesse público, faz-se mister o apoio dos nobres Pares, para sua efetiva aprovação.

PROJETO DE LEI Nº 298/2008

Cria o Programa Estadual de Compensação por Serviços Ambientais - Programa Bolsa Verde, destinado à transferência de renda com condicionalidades.

Art. 1º Fica criado o Programa Bolsa Verde, destinado ao pagamento de benefício financeiro aos agricultores familiares, na forma de regulamento

§ 1º Para os efeitos desta Lei, constitui benefício financeiro do Programa o pagamento de bolsa, como contrapartida de serviços ambientais prestados pelos beneficiários.

§ 2º Para fins de seleção dos agricultores familiares, de que trata o caput deste artigo, bem como para determinação de sua elegibilidade, serão considerados os beneficiários do PRONAF - Programa Nacional de Agricultura Familiar.

§ 3º Para fins do disposto nesta Lei, considera-se serviço

ambiental a adoção de práticas que visem:

I. a redução do desmatamento

II. a recuperação de áreas degradadas,

III. a redução do risco de queimadas;

IV. a conservação do solo, da água e da biodiversidade;

V. a produção de alimentos sem o uso de agroquímicos

VI. a preservação e/ou conservação de áreas de interesse ambiental;

VI. outras práticas que reduzam a emissão de gases causa-

dores do efeito estufa.

Art. 2º O benefício de que trata o art. 2º dar-se-á na forma de remuneração proporcional aos serviços ambientais, calculados e atestados por instituição prestadora de assistência técnica e extensão rural, devidamente credenciada pelo Programa.

Art. 3º Os recursos necessários para o pagamento do benefício financeiro semestral serão captados junto às agências multilaterais e bilaterais de cooperação internacional, sob forma de doação, sem ônus para o Tesouro Estadual, salvo contrapartidas.

Art. 4º Para efeito de implementação do disposto nesta Lei, o órgão executor poderá celebrar convênios com a União e Municípios.

Art. 5º O Poder Executivo regulamentará as disposições desta Lei, inclusive sobre o valor e a juridicidade da referida bolsa.

Art. 6º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação. Palácio Barriga-Verde, em Florianópolis, 07 de outubro de 2008. Pedro Uczai - Líder da Bancada Estadual do PT/SC Ana Paula Lima - Deputada Estadual

Decio Góes - Deputada Estadual Jailson Lima da Silva - Deputado Estadual Dirceu Dresch - Deputado Estadual

Padre Pedro Baldissera - Deputado Estadual JUSTIFICATIVA

Um importante desafio da atualidade, relacionado às políticas públicas voltadas ao meio ambiente, consiste na criação de mecanismos e instrumentos de incentivo financeiro e/ou fiscal àqueles setores, atividades e empreendimentos que prestam serviços ambientais positivos à sociedade.

Por serviços ambientais pode-se considerar desde bens produzidos como alimentos, combustíveis, água potável e medicamentos até serviços como preservação de nascentes e rios, regulação de processos de clima, controle de doenças, regulação de inundações e provisão de bens não materiais como benefícios culturais, estéticos e educacionais

O pagamento por serviços ambientais positivos, especificamente, é um tipo de transferência financeira dos beneficiários para aqueles que através de suas atividades e práticas, conservam a natureza e contribuem ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, essencial à qualidade de vida das sociedades humanas. Trata-se de uma guinada na forma de promover medidas de conservação e preservação ambiental, haja vista que até o presente momento, predominam as políticas discriminatórias e coercitivas.

A experiência internacional de políticas públicas de pagamento ou compensação por serviços ambientais tem apresentado excelentes resultados. Na Costa Rica, por exemplo, a política de pagamento por serviços ambientais reverteu a tendência de desmatamento de florestas em curso, ao mesmo tempo em que se apresentou como importante política de impulso ao desenvolvimento econômico.

No Brasil, o ICMS Ecológico se constitui na maior fonte de

financeiros específicos para o meio ambiente é também no recursos instrumento de compensação financeira aos municípios que principal possuem porções de seus territórios indisponíveis para usos produtivos diretos, seja por causa da existência de unidades de conservação, seja devido a presença de mananciais hídricos e/ou aqüíferos destinados ao abastecimento público.

Na prática, o Governo Federal vem implantando, na região da Amazônia Legal, o Proambiente, que se constitui num programa de desenvolvimento socioambiental baseado no incentivo à produção rural sustentável, com pagamento compensatório por serviços ambientais gerados por pequenos agricultores familiares. Em 2007, o governo do Pará criou o "Bolsa Floresta", que ob-

jetiva pagar uma certa quantia em dinheiro para que famílias rurais carentes "mantenham em pé" a floresta de suas propriedades.

Segundo matérias veiculadas na Internet, o Ministério do Meio Ambiente (MMA) está finalizando um projeto de lei, que será encaminhado ao Congresso Nacional ainda no segundo semestre, para instituir e regular o Pagamento por Serviços Ambientais. A proposição vai conceituar o que são serviços ambientais e o que caracteriza a sua prestação, vai instituir uma política nacional para o pagamento dos serviços ambientais e criar um programa para a sua implementação que já prevê, entre outras iniciativas, incentivos financeiros aos responsáveis pela manutenção de áreas com

cobertura de vegetação nativa acima do exigido pela lei em todos os biomas.

Cabe ressaltar que já tramita pela Câmara dos Deputados o PL

1190/2007, que institui o programa Nacional de Compensação por Serviços

Ambientais - Programa Bolsa Verde, além de outras proposições correlatas.

Ao mesmo tempo, em diversas casas legislativas do país, vem tramitando projetos de lei que objetivam instituir formas de incentivo financeiro ou fiscal à agricultores familiares que detém grandes áreas de floresta em suas propriedades.

Seguindo esta tendência legislativa, o presente projeto de lei objetiva compensar financeiramente, com a transferência de recursos monetários, os pequenos proprietários e possuidores de terras pela prestação de relevantes serviços ambientais à sociedade catarinense e, paralelamente, incentivar o uso sustentável dos recursos naturais e a recuperação de áreas de interesse ambiental.

Em face da relevância da matéria, enfatizamos a necessidade de apoio dos nossos Pares para a aprovação do presente projeto de lei. *** X X X *:

PROJETO DE LEI Nº 299/2008

Obriga as empresas de construção civil a promover vacinação antitetânica, no Estado de Santa Catarina.

Art. 1º As empresas de construção civil ficam obrigadas a promover vacinação antitetânica em todo o seu efetivo, no Estado de Santa Catarina.

Art. 2º O Poder Executivo Estadual, juntamente com a Secretaria Estadual de Saúde, regulamentará esta Lei no prazo de sessenta dias contados a partir da sua publicação.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data da sua publicação. Sala das Sessões,

Deputada Ada De Luca

Lido no Expediente Sessão de 15/10/08

JUSTIFICATIVA

O número de acidentes na construção civil por objetos perfurocortantes é muito grande, levando à interrupção da função exercida pelo operário, para que seja atendido em uma emergência hospitalar para receber a vacina antitetânica, além dos primeiros socorros.

Entretanto, muitas vezes ocorrem acidentes causados por pequenos furos ou cortes que necessitam apenas da aplicação da vacina e, em função do número excessivo de atendimento na rede publica hospitalar, o operário perde horas, até mesmo o dia inteiro, para ser atendido, sobrecarregando ainda mais o sistema de saúde.

O presente projeto visa a preservação da saúde de nossos operários, além de indiretamente colaborar para desafogar o sistema público de saúde.